

BOITEMPO

# O NOVO TEMPO DO MUNDO

PAULO ARANTES

C O L E Ç Ã O

ESTADO  de SÍTIO

ISBN 978-85-7559-367-7



9 788575 593677



**BOITEMPO**  
EDITORIAL

Durante alguns meses, o rescaldo de Junho parecia não ter fim na cidade do Rio de Janeiro. Como a onda “coxinha” refluía, as ruas voltaram a ser ocupadas exclusivamente pelos manifestantes da primeira hora, cujo fôlego continuava a surpreender. Quase diários, os atos se estenderam pelo menos até setembro, e um pouco além, como o explosivo 15 de outubro (exatos dez dias depois, em São Paulo, foi a vez de um coronel da Polícia Militar sentir na pele a sensação térmica de *público-alvo*, para recorrer ao jargão no emprego do qual convergem faz tempo governantes, empresas, organizações não governamentais e veteranos de movimentos sociais históricos). Pois foi nessa atmosfera sobrecarregada por meses de lacrimogêneo, pimenta e borracha – para nos restringirmos aos ingredientes básicos do coquetel servido ao supracitado público-alvo – que foi se armando um raciocínio enviesado e não menos tóxico do que a mistura de gás e ordem que respiramos desde junho, pelo menos com intensidade e frequência inéditas para o alvo da vez. Seja como for, o argumento estava no ar quando circulou na cidade um manifesto de apoio ao AfroReggae e seu coordenador, José Junior, “Deixem o Rio em paz”.

Um punhado de notáveis e celebridades puxava um arrastão de “empresários, médicos, executivos, economistas, publicitários, antropólogos, escritores, músicos, jornalistas e policiais” – na divertida e pitoresca enumeração de um apoiador entusiasta, que no entanto se esqueceu de comemorar a ausência de políticos – em solidariedade à ONG ultrapremiada cujas instalações no Complexo do Alemão sofreram vários e mal explicados atentados, e seu fundador, outras tantas ameaças de morte. O AfroReggae dispensa apresentações, bem como a personalidade carismática de seu líder. Relembro apenas que ao completar vinte anos exportando sua tecnologia social para o resto do Brasil, e do mundo que foi se perifерizando, a marca AfroReggae é também o resumo conclusivo de uma trajetória de unanimidade em torno de iniciativas que surgiram na esteira da Ação da Cidadania, inaugurada por Betinho em 1993, não por acaso no mesmo ano de nascimento de uma iniciativa complementar chamada Viva Rio. E, é claro, no meio do caminho, as chacinas consecutivas da Candelária e de Vigário Geral, respectivamente em julho e agosto do mesmo 1993. Um ano depois, o jornalista Zuenir Ventura publicaria a crônica daquelas campanhas que sob o amplo guarda-chuva da Paz já costumavam no mesmo saco Fome e Segurança<sup>[1]</sup>. Creio que pela primeira vez os vestidos de branco botavam o bloco na rua. Uma virada e tanto: a bandeira branca voltava a ser uma bandeira de guerra, só que desta vez, nas palavras de um dos idealizadores da campanha – lembrando que antes de ser filantrópica, publicitária ou eleitoral, juntando movimento e efeito público de choque, e sempre planejada por um estado maior, uma “campanha” designava originalmente uma temporada coordenada de operações bélicas –, tratava-se de declarar uma “guerra ao contrário”, contra a violência e pela paz. Entrava-se na violência pela porta da não violência, como também se proclamava<sup>[2]</sup>. Vinte anos depois, como nos tempos ansiosos em que pipocavam campanhas do tipo Rio Mania, Se Liga Rio, Caminhada Pela Vida e Pela Paz etc., o exorcismo da cidade dividida, a exortação de que o Rio tem de ser um só, como se dizia naquele longínquo ano de 1993, abalado pelas chacinas gêmeas, ressurgiu com força. Como a guerra sem fim contemporânea, a paz também parece não ter limites.

Por certo, não é a primeira vez que Zé Junior é ameaçado de morte. Sendo por excelência um “mediador de guerra em favela”, como ele mesmo costuma se apresentar, recordando os primeiros passos de sua carreira, é natural que colecionasse ressentimentos de ambos os lados da linha de sombra em que sua condição anfíbia o condena a transitar<sup>[3]</sup>. Desarmar conflitos violentos, casando-os com projetos sociais, é uma operação ainda mais arriscada – pouco importa a garantia dos patrocínios corporativos – por uma particular escolha estratégica: “Só entramos em área não pacificada, só montamos núcleos em área de conflito”. Durante muito tempo, quando subia o morro para negociar conflitos, não via nenhuma ONG ou movimento social ao seu lado; hoje, capacita policiais militares – que antes chegavam fardados e armados nas escolas e favelas – em grafite, *street dance*, circo etc. Sinal de que quando a maré virou a favor da reunião administrada das duas metades antagônicas da cidade partida, retrospectivamente realçou ainda mais a tecnologia pioneira do AfroReggae. No limite, a peregrinação a Medellín era

dispensável, modelo do qual os governos locais copiaram quando muito o teleférico, mesmo assim inexecutável sem os serviços de relações públicas promovidos por Zé Junior: “A obra do teleférico do Complexo do Alemão, quem mediou para traficante não destruir em 2008 fui eu. Eu sentei com o Tota, que era o todo-poderoso do Comando Vermelho, e com o Luciano Pezão (vice-governador), e não foi dado um real para traficante”<sup>[4]</sup>. Deixem o AfroReggae e seu principal animador em paz – venham de onde vierem as ameaças e os atentados, do crime ou da banda podre da polícia, os suspeitos de sempre –, quer dizer: não arranhem o simbolismo do pioneiro dispositivo pacificador montado por Zé Junior. Mexeu com ele, mexeu com o Programa de Pacificação das Favelas, do qual as UPPs, como se sabe, constituem a joia da coroa, de onde irradiam as mais variadas políticas de gestão dos territórios conquistados ou liberados, como se queira. Tirante a declaração inicial de natural solidariedade, o manifesto veio apenas lembrar com ênfase redobrada que “a Pacificação é um patrimônio do Rio de Janeiro”. Mas então quem o ameaça? As facções retraídas? O aparato coercitivo que o assegura, tantos Amarildos quantos forem os efeitos colaterais necessários e inevitáveis? E morador em desacordo, eventualmente inconformado com o novo estilo das abordagens, que se saiba ainda não dá tiro.

Aqui entramos nós, quer dizer, o ar do novo tempo cristalizado na percepção arrevesada que estamos tentando identificar. Quem afinal ameaça a continuidade daquela política, à qual se costuma atribuir a onda recente de investimentos, grandes eventos, turismo, emprego abundante etc.? A máquina carioca de crescimento urbano, em princípio, não funcionaria a pleno vapor não fosse o clima de paz instaurado graças àquele cinturão de segurança. Acresce que se trata de um consenso arduamente costurado desde os tais anos fundadores que teriam revelado uma cidade fraturada e à beira do abismo, consenso solidarizando governantes e governados, todas as classes confundidas, num sentimento comum de crise emergencial pedindo salvação drástica. Fora os usuais energúmenos do contra, quem ousaria represar ou desviar esse rio de paz e prosperidade que está passando em nossas vidas? Mesmo que dê para desconfiar, a surpresa do curto-circuito não é menos dissonante. O quebra-quebra de Junho, é claro. A política do quebra-quebra que brotou das ruas sabe-se lá por que vias tortas e impenetráveis, e a escalada que ela prenuncia. Compreende-se a rejeição que se conhece, espantoso mesmo seria o contrário. O que realmente intriga – não dá para acrescentar “e assusta”, pois a atual normalidade coercitiva já é por definição assustadora – é o traçado bizarro que liga os pontos, a vida serena nos territórios pacificados num extremo, o som e a fúria das ruas de Junho no outro. De onde teria surgido a ideia de que, cedo ou tarde, toda aquela energia sem eira nem beira inundaria precisamente aqueles santuários? Neste ponto, a linha de raciocínio faz um rodeio indutivo pela demanda clássica *cui bono*?. Com certeza o tráfico, beneficiário direto dos tumultos que se seguiram à revoada lírica de Junho e que já estaria salivando por conta. Então é isso: depois de Junho o tiroteio voltou, e mais, não é mero acaso que o retorno da pancadaria nas ruas do Rio coincida com uma inflexão na curva ascendente da criminalidade. Chegou-se a dizer que usuários e repassadores de drogas estavam sendo pagos para engrossar o caldo da novíssima cultura da depredação. Algum sexto sentido punitivo por certo desconfiou que tanta e inusitada energia no confronto deveria brotar de uma fonte igualmente suspeita da mesma ordem que o princípio ativo das substâncias ilícitas comercializadas no varejo asfíxiado pelo clima de paz social reinante na cidade desde a inauguração do programa redentor.

É claro, o amálgama acerca dos beneficiários diretos da explosão de violência política nas ruas do Rio nas semanas que se seguiram à efêmera coreografia pacifista (lembrando que os tais manifestantes pacíficos bateram sem dó nem piedade nos vermelhos) não chega a concluir que a intenção original era essa, “acabar com o sossego dos moradores das favelas ocupadas pelas UPPs”. Noutros tempos, o argumento do aliado objetivo costumava ser infalível. Como respira, tal argumento, uma inconfundível e longínqua memória política de alianças sempre sonhadas, porque no fundo impossíveis, chegou-se até mesmo a alegar que sair por aí quebrando tudo acabaria por reforçar o moral dos traficantes, os quais, uma vez “recuperado o espírito de luta” (quem diria!), tratariam de reaver o domínio territorial perdido, reascendendo a guerra com o pavio de Junho. É curioso que não tenha ainda ocorrido a fantasia, na montagem do espantalho, de que o contágio agora se propagaria na mão inversa – do morro ao asfalto –, porém nivelando por baixo, no marco zero da degradação, pois como até os especialistas teriam obrigação de saber, a crise barbariza por igual, fragmentando ainda mais os comandos da droga, cada vez mais irracionais e autodestrutivos. Deixando de “representar uma alternativa econômica, ainda que perigosa e ilegal, tendem a se tornar núcleos de pura violência”<sup>[5]</sup>. É questão de tempo, se é que o referido amálgama já não tocou esse fundo obscuro do poço. Mas continuemos com a assombração se desenhando na névoa de enxofre do dia seguinte à ruptura de Junho – é por esses e outros fantasmas que o país não voltará mais a ser o mesmo. Essa ligação à primeira vista paranoica de pontos tão díspares também está acentuando outra ameaça, e de novo o mau exemplo vem da desobediência das ruas. É raro, mas de vez em quando a mídia deixa vazar a notícia de que as comunidades pacificadas reclamam dos novos usos e costumes dos pacificadores<sup>[6]</sup>. E se a notícia se espalhar morro acima de que uma gente indócil também não está se “acostumando”, muito menos se conformando, com o novo padrão de abordagem nas ruas?

Basta uma amostra, o relato de uma jovem advogada presente no momento do conflito em que os manifestantes partiram para cima de um coronel da PM de São Paulo, na noite de 24 de outubro de 2013.

Eu estava pouco antes desse momento, realmente deplorável, tentando falar com o coronel, arrogante. Ele e outro soldado estavam pegando e anotando o RG de todos os manifestantes que passavam e de quem chegava perto só para ver o que estava acontecendo ou para perguntar por que tinham detido uma menina que não estava fazendo nada: qualquer manifestante era “fichado” por eles. Apresentei-me como advogada e perguntei o motivo e finalidade desse fichamento. O coronel foi debochado e recusou-se a responder. Insisti e logo em seguida ele largou os RGs e partiu para cima de um garoto vestido de *black bloc* segurando um mastro tipo pau de bandeira. Avançou para cima do garoto e começou a bater, mas acho que não contava que todos que estavam em volta se revoltassem e partissem para cima dele para ele largar o garoto. Depois disso, não vi mais porque estourou a confusão e saí de perto [...].

O militante que me passou essa ilustração da nova “abordagem” acrescentou um comentário cujo resumo poderia ser este: se me pedissem para condensar em duas palavras a real novidade de Junho, diria o seguinte: *agora há reação*. Fiquemos com a última, ou melhor, a primeira do ano de 2014, pelo menos a primeira a ser registrada e ter ampla repercussão na mídia comercial, para não falar das redes, que aliás não são menos comerciais, embora atendam pelo nome de sociais. Como esperado, os protestos de rua voltaram no dia 25 de janeiro. O primeiro manifestante baleado pela polícia caiu em São Paulo, ferido a tiros no tórax e na virilha. No momento em que escrevo, está em coma induzido na Santa Casa, para onde foi conduzido pelos próprios policiais, contrariando normas recentes de atenuação das estatísticas, pois é a caminho que se costuma completar o serviço. Para efeito de raciocínio, vamos adotar a versão da polícia. Ao ser abordado e ter a mochila revistada, Fabrício Chaves fugiu correndo com três policiais no seu encalço; sentindo que seria alcançado, voltou-se com um estilete na mão e partiu para cima de um dos policiais, que então atirou em legítima defesa, com a atenuante de que já estava no chão, empurrado pelo seu agressor. As execuções na periferia são expeditivas. Quando o alvo se desloca em velocidade, ignoro quais são os protocolos. Na região central de São Paulo, três policiais com arma de fogo interpelaram um jovem que, depois de correr em vão, os encarou com uma arma branca. Admitamos que por uma vez a polícia não tenha forjado um boletim de ocorrência. No início do segundo capítulo de Junho, ainda não temos resposta para a pergunta, quem sabe a única capaz de abrir caminho sob a tonelada de senso comum que se abateu sobre o país: por que Fabrício parou de correr? Podemos não saber ainda por que parou, mas podemos presumir sem muito erro o que sentiu enquanto corria pela rua:

uma impressão de pavor [...] a postura da cabeça, tentando manter-se erguida, é de alguém que se afoga, o rosto tenso assemelha-se à careta de dor. Ele tem de olhar para frente, quase não consegue olhar para trás sem tropeçar, como se seu perseguidor – cuja visão deixa-o gelado de horror – já respirasse em sua nuca. Outrora corria-se de perigos demasiado terríveis para que se lhes fizesse face e, sem saber, disso ainda dá testemunha quem corre atrás do ônibus que se afasta velozmente. O regulamento de trânsito não precisa mais levar em conta os animais selvagens, mas ele não conseguiu apaziguar a ação de correr.

Também sabemos de qual animal selvagem Fabrício estava correndo:

Ninguém deixa de sentir um frio na barriga quando é parado pela polícia. Até porque, se você está limpo, ninguém garante que a polícia esteja. Todo mundo sabe que com a polícia tudo é possível. E todo mundo sabe que para o Estado, que está por trás da polícia [...] somos todos não-pessoas [...]. E se eu for pobre, aí a situação é realmente grave [...]. Na relação com o Estado, estamos todos mortos. Não é por acaso que o fisco é o leão [...] é justamente o encontro com o leão na mata.

O primeiro trecho encontra-se nas *Minima Moralia*<sup>[a]</sup>, de Adorno; o segundo, numa palestra do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, “A morte como quase acontecimento”. Ambos se encontram no livro da socióloga Silvia Viana sobre os *reality shows*, *Rituais de sofrimento*<sup>[7]</sup>, onde, por meu turno, os encontrei – o primeiro, havia lido e esquecido, o segundo, não conhecia. Os dois fragmentos falam por si, mas o fato de serem citados e comentados num estudo sobre a alienação contemporânea do trabalho – aqueles monstros televisivos não são mera patologia ilustrada, mas a exibição em tempo real de pessoas trabalhando de verdade para produzir a eliminação de outras que também estão trabalhando de verdade para o mesmo fim – lança uma luz nova sobre a fuga de Fabrício e o bafô arcaico da violência congelando-lhe a nuca enquanto corre, depois do mau encontro na selva, a quase morte vivida em plena mata de Higienópolis, a única experiência diante da qual, segundo o antropólogo, nos sentimos completamente abandonados, o que torna ainda mais misteriosa a fonte de energia que permitiu a Fabrício parar e olhar para trás sem se deixar congelar pela visão de seus perseguidores. Graças à imaginação sociológica de Silvia Viana, podemos agora reconhecer o terror que mal se esconde nas imagens hipervalorizadas hoje em dia, nas “cenas de gente apressada de um lado para o outro, para cima e para baixo, se trombando, tropeçando, atropelando na rua, na cozinha, no ateliê, na passarela”. Parece simulação, mas é trabalho real, intensificado pela aceleração rumo à degola que cedo ou tarde virá, que por sua vez não deixa de ser uma simulação, pois assim ninguém consegue trabalhar de fato. Trata-se de uma correria só, sem antes nem depois. Por essa pista, o estudante de escola técnica e estoquista (daí o estilete) Fabrício Chaves já corria há algum tempo, ao correr também da polícia. Mudou a faixa, mas a equivalência entre “correr atrás” e “aguentar a pressão” continua a mesma. Na formulação de Silvia Viana: “A premência de alcançar o que está à frente é sempre também a fuga febril de uma ameaça

que se aproxima por trás”. Como seu ancestral, Fabrício correu para sobreviver (até Hobbes lhe facultava esse direito), mas não só. Não correu como o prisioneiro (que praticamente já era) a quem a polícia teria dado a ordem de correr para ter um pretexto para assassiná-lo (como estava a ponto de acontecer). Até o momento em que deu meia-volta e encarou a quase morte do mau encontro, descartando a correria como único horizonte concebível. Primeiro na rua, quem sabe logo mais no trabalho. Mas não sabemos nem mesmo por que parou e se voltou.

Tudo somado, sobram analogias sumárias na origem dessa outra visão carioca, tão fora de foco que não sabemos mais onde termina a percepção alucinada e principia uma outra ameaça, esta sim bem mais tangível. Ligue os pontos e verá para onde caminham esses manifestantes que não fogem mais da polícia, inverta o raciocínio e verá que, baixada a poeira da tarifa, o tal rastro de destruição que deixam atrás de si revela um outro endereço. O secretário de Segurança Pública nunca escondeu o que de resto mostram muito bem os mapas de localização das UPPs, a saber, que os territórios pacificados formam um cinturão de segurança para os megaeventos a caminho. Ora, quem ousou sitiar arenas da Copa está de fato mandando um salve geral aos candidatos naturais a quebrar aquela grade de proteção. Pensando bem, não é para surpreender tanto assim: o que exigiam, logo nos primeiros dias em que a chapa esquentou e o trânsito parou, editorialistas, colunistas mais o pessoal da moral-e-cívica nos *talk shows*? Justamente que se reconquistasse a avenida Paulista, a Cinelândia etc. Enfim, todos os espaços tomados e conspurcados por manifestantes abusados. Na semana seguinte, a onda verde e amarela das bandeiras atestava que a missão fora cumprida, os medos urbanos reais e imaginários haviam decifrado em silêncio o ar de família que circula em comandos do gênero: faxinemos a Cinelândia com a mesma energia cívico-militar com que libertamos o Alemão. A ficha caiu antes de junho chegar ao fim, mas só foi cantada, como estamos vendo, depois de um par de meses de embates pelo domínio da rua. Na visão, é claro, de quem opera segundo a lógica de ocupação de territórios, como é o caso tanto das facções que controlam o varejo da droga quanto dos agentes armados da pacificação desses mesmos espaços de segregação e estigma<sup>[8]</sup>.

Desde Junho, essa territorialização violenta se estendeu das ruas ao perímetro inviolável dos megaeventos. Contiguidade contagiosa, que por sua vez inspirou a política envenenada do argumento retardatário cujos pontos procuramos ligar. Depois de igualmente reparar que a ideia absurda de “retomada do espaço público” invadido por manifestantes predadores não difere muito da dinâmica de instauração das UPPs, a advogada voluntária e defensora dos direitos humanos Gabriela Azevedo tocou no ponto nevrálgico dessa visão de território: nela, sempre se recorta um canto “no qual se pode suspender o ordenamento, invisibilizar, incluir, excluir e matar (*lato sensu*) de várias formas ao sabor da vontade política”<sup>[9]</sup>. Espaços de exceção, em suma, onde a lei é como que desativada, zonas cinzentas nas quais os protocolos da “resistência seguida de morte” são a senha de uma autorização para matar, zonas cujo epicentro pode ser tanto um ponto de droga quanto os circuitos informais de comércio popular<sup>[10]</sup>. Pois o que o relato de Gabriela Azevedo mostra é que esses espaços de exceção – antes restritos aos circuitos de relegação da pobreza estigmatizada – vazaram para a rua política ante a surpresa intolerável da desobediência recalcitrante e incivil; pior ainda, nesse mesmo plano do inusitado, a contaminação alcançou a greve dos professores da rede municipal carioca, entornando de vez o caldo, juntando e misturando “baderna” com uma categoria histórica de trabalhadores organizados<sup>[11]</sup>. Assim, ao *spray* de pimenta e à bala de borracha adicionou-se o Pacote da Ilegalidade, que desde então não para de crescer e multiplicar-se<sup>[12]</sup>.

Resumindo, ficamos assim: quem *não* se manifestou dentro da lei e da ordem, e continuou quebrando vidraças depois que a onda cívica voltou para casa, estava *objetivamente* a fim de pôr fogo no circo das UPPs, sabotar os dividendos da paz, detonando em primeiro lugar a redenção urbana, econômica e social que viria no rastro dos megaeventos. E pouco importa se a campanha de rua para barrar o aumento das tarifas no transporte público ou, na vaga sucessiva, o fogo de barragem dirigido contra as bolhas de exceção da Fifa jamais cogitaram visar e minar a paz dos pacificadores de favelas: a linha imaginária e paranoica ligando tais pontos vinha confirmar um mau sonho carioca, uma desconfiança pesada e jamais formulada de que as UPPs talvez não fossem bem a ansiada “fórmula mágica da paz” enaltecida por seus idealizadores, tampouco se reduzissem ao papel de meras facilitadoras de negócios, como querem seus detratores, sintomas enfim de uma neurose objetiva e como tal premonitória, saídas de emergência porém preventivas de uma urgência maior e não sabida, e não obstante a caminho. Dia 18 de dezembro de 2013, o Programa de Pacificação das Favelas, deflagrado pelas UPPs, fez aniversário. Sua mais remota e funda razão de ser finalmente revelou-se em Junho. Oito anos de espera depois, os bárbaros chegaram<sup>[13]</sup>. A fantasia punitiva dos pacificadores só parecia tresloucada por ser exata. É que os tempos estavam trocados, bem como a ordem de chegada dos personagens em cena. Sem falar na denominação inusual que logo se verá, há dois anos adormecida no vocabulário político da cidade.

Quem a despertou de uma latência de duas décadas, a julgar pela data de declaração da *guerra ao contrário*, com a qual sonhavam os pacificadores de 1993, foi, primeiro, o golpe de vista bem treinado de um diplomata norte-americano associado ao posto brasileiro de seu país. Segundo, graças a um dos tantos vazamentos do WikiLeaks, o não menos certo senso das desproporções reveladoras do pesquisador e militante Eduardo Tomazine Teixeira num artigo publicado no jornal eletrônico *Passa Palavra*, em 13 de janeiro de 2011, “A doutrina da pacificação”<sup>[14]</sup>. Pois bem. Segundo *mr. Hearne*,

o Programa de Pacificação de Favelas compartilha algumas das características da doutrina e da estratégia de contrainsurgência dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. O sucesso do programa dependerá, em última instância [...] da percepção dos moradores da favela quanto à legitimidade do Estado [...] assim como na contrainsurgência, a população do Rio de Janeiro é o verdadeiro centro de gravidade [...] um dos principais desafios desse projeto é convencer a população favelada que os benefícios em submeter-se à autoridade estatal (segurança, propriedade legítima da terra, acesso à educação) superam os custos (taxas, contas, obediência civil).

À primeira vista, o disparate não podia ser maior. Para atenuá-lo, Tomazine foi se informar, verificando que a doutrina e a prática da contrainsurgência não são as mesmas do tempo da Guerra Fria – “deslocamentos forçados de populações, recrutamento obrigatório da população local para as forças de segurança, rígidos toques de recolher, pressão letal sobre os civis para se colocarem ao lado do governo”, nas palavras de uma alta patente americana, ressaltando o anacronismo daquelas táticas da guerra irregular empregadas nas selvas do Sudeste Asiático e da América Central. Não será demais observar de passagem que as remoções forçadas estão aí de volta entre nós faz algum tempo, e tempo desenvolvimentista, para ser preciso. Mas não avancemos o sinal. Uma importante voz dissidente na comunidade intelectual norte-americana de segurança, o historiador militar Andrew Bacevich, recomenda inverter o raciocínio se quisermos atinar com a reviravolta que veio bater no Rio. Contrainsurgência foi o nome da moda<sup>[15]</sup> dos tempos em que se combatia no solo a guerra revolucionária de novo tipo que o exército francês descobriu na derrota na Indochina e depois reverteu a seu favor na infame batalha de Argel, travada na base da tortura e do atentado terrorista, como se há de recordar – e sua ressurreição contemporânea (a revolução armada nos trópicos foi enterrada faz tempo) demanda outra explicação. A saber: por volta de 2006, Bagdá parecia a Beirute da guerra civil em 1983, só que muito pior. A truculência *high tech* do Choque e Pavor simplesmente não funcionara – algo como a nossa estratégia doméstica “pé na porta” à enésima potência tecnológica –, de sorte que o Estado Maior da vez tirou da manga um novo Manual de Campo, o desde então venerado FM 3-24, ao qual se atribui a inflexão favorável no curso das guerras gêmeas no Iraque e no Afeganistão<sup>[16]</sup>, dando continuidade por outros meios à essência da estratégia Bush, a da guerra sem fim, inclusive no que concerne a objetivos palpáveis, que não o da perpetuação da constelação de organismos e interesses que compõem o Estado de Segurança Nacional<sup>[17]</sup>.

Na raiz da mudança terminológica prestigiosa, uma senhora mistificação, ainda que desbravadora de um inestimável roteiro ideológico. Pensando em termos de história militar, contrainsurgência hoje, afirma Bacevich, é uma moeda falsa, uma fraude destinada a perpetuar o estado de guerra no mundo, pois a “segurança da população”, por definição, é uma porta que nunca se fecha. (Ou a Segurança Humana, o nome do jogo hoje.)<sup>[18]</sup> Pois diante dos escombros da estratégia Choque e Pavor, como se disse, a inteligência militar chegou à conclusão de que a natureza da guerra contemporânea mudara inteiramente, muito menos uma decorrência do teorema – como se exprimiu um membro do Estado Maior quando as primeiras bombas começaram a cair sobre Bagdá – “velocidade é poder”, e muito mais, se não tudo, quando se deseja “mudar o modo de vida deles”, *quase uma saída para a questão social*, forçando um pouco a nota do grotesco na presente situação. Na definição mais precisa de Bacevich, um *trabalho social armado*. Numa frase, não se trata mais de “vencer batalhas, mas de *pacificar populações*”<sup>[19]</sup>, por meio de “boa governança”, “desenvolvimento econômico”, “segurança pública” – enfim, todo o pacote em que se entrelaçam hoje *welfare* e *warfare*. O soldado protagonista de uma intervenção social armada, além de exercer o papel de trabalhador social, precisa atuar igualmente como planejador urbano, antropólogo e psicólogo<sup>[20]</sup> e, com isso tudo, inevitavelmente, como um “policia”, como o redefiniu há tempos Mary Kaldor, na primeira obra de referência acerca das novas guerras pós-clausewitzianas<sup>[21]</sup>. O nome do pacote, como sugerido, é *governo*, ou um conjunto de técnicas cujo objetivo é a segurança (em todo seu espectro) e o *alvo*, uma população (mal) assentada num território, cuja matriz de percepção por analogia é um ambiente urbano saturado de conflitos. Mas, com isso, processou-se uma tremenda e não prevista reviravolta, e é onde estamos: *do despropósito histórico na ressurreição do ideário operacional da contrainsurgência, chegamos a um encaixe não menos histórico, a visão do “trabalho social” como uma operação de contrainsurgência*. E esta última, quem diria, repaginada como uma *política pública*, no caso, *política de pacificação*<sup>[22]</sup>. Não surpreenderá então que o círculo dessa reviravolta espantosa se feche com a conclusão sinistra: tudo, portanto, deve se passar como se o público-alvo, como o nome indica e assinala, de todo esse dispositivo de governo fosse potencialmente insurgente. Mas, pensando bem, quem é afinal o alvo?

O problema é que os suspeitos de sempre seriam os menos indicados para preencher a vaga de insurgente. Por mais que mídia e governantes assoprem a brasa dormida das facções, a ameaça de uma provável contraofensiva do varejo enxotado aqui e ali é só isso, uma ameaça, destinada sobretudo a despertar o ânimo bélico dos pacificadores. Desnecessário insistir, relembra Tomazine, examinando os candidatos, o pessoal do “movimento” não é nem de longe “insurgente”, mas de fato os elos mais fracos – daí a violência – do circuito internacional do comércio de drogas e armamentos. Sua anomia é conformista, e embora desafiem o monopólio estatal do uso da violência dita legítima, como gostam de recordar os sociólogos ofuscados pela evidência de que o Estado está voltando a ser a relíquia arcaica que sempre foi, um bando armado que vende proteção, nunca cogitaram enfrentá-lo para valer, embora o façam para negociar em melhores condições, como se viu na sublevação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006, em São Paulo, muito menos têm qualquer pretensão que poderia se chamar de política – salvo a ironia macabra de que o assim chamado Estado de Direito faça valer suas prerrogativas pelo menos na legislação em princípio garantista da Execução Penal. Nisto são até litigantes de boa-fé, jamais insurgentes. Não é, portanto, o comércio varejista de substâncias ilícitas, tocado pelos donos do morro, que se “insurge” contra “a valorização capitalista das favelas por meio da ocupação policial permanente dos territórios”. Resta a “geração perdida” da população favelada – na acepção que lhe deu um oficial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), em conversa reportada pelo nosso *mr.*: aqueles moradores que viveram décadas sob o controle do tráfico e a informalidade dos serviços via de regra providos por fontes piratas. Pois é essa geração e sua circunstância que Tomazine considera o alvo das grandes manobras cariocas de contrainsurgência. É que pacificá-la significa quebrar sua resistência – e potencial insurgência – a assumir suas novas responsabilidades perante a suposta normalização capitalista de todas as prestações econômicas e sociais. Tampouco havia insurgentes em pé de guerra nas ruas mais obscuras e violentas de Porto Príncipe, apenas cidadãos pobres e desamparados<sup>[23]</sup>. Em suma, considerá-la “potencialmente insurgente”, conclui Tomazine, é encarar seriamente a contrapartida de “não haver no Brasil um verdadeiro inimigo interno”, mas ao mesmo tempo uma população oprimida e recalitrante, que desconfia e reluta, quando não se insubordina, diante do preço de mercado a pagar pelo despertar de sua subjetividade empreendedora. Quem dera<sup>[24]</sup>.

E se o paradoxo da contrainsurgência preventiva, da contrainsurgência sem insurgência, fosse redescrito menos como uma “inclusão extorquida” do que como um dispositivo de substituição de comando na fabricação social de um produto novo no mercado de políticas públicas, a favela pacificada? Empreendimento inviável sem o envolvimento “cidadão” da polícia, que obviamente só poderia mesmo ser militar, e uma invisibilização preliminar da violência do tráfico, acompanhada de uma subsequente demão de visibilização máxima de ações sociais. Que hoje mudaram, tais ações sociais: não são mais as mesmas que se presumia dever ser há trinta anos, na década da reinvenção brasileira do “social”, como lembrado. Um social por substituição, digamos assim. Como a pacificação contrainsurgente (a expressão é prolixa, mas nos permite abandonar as aspas) é um dispositivo destinado a incitar os moradores a se tornarem gerentes de algum empreendimento, compreende-se que nunca se tenha cogitado, salvo para efeito de propaganda, a extinção dos antigos gerentes do comércio ilegal, e sim seu desarmamento e substituição por novos gerentes do território<sup>[25]</sup>. Substituição em dois tempos, segundo o protocolo da contrainsurgência. E uma contrainsurgência *en creux*, como se está vendo, operando num vazio insurrecional imaginário, nem por isso menos coercitiva e disciplinadora. Com o necessário *low profile* adotado pelos donos do morro, o foco se volta preferencialmente para a arregimentação dos trabalhadores de chão de fábrica do tráfico, cujo plano de carreira não previa o acesso ao fuzil e seu poder de sujeição, vidas arriscadas na tarefa de matar um leão por dia, como se diz hoje no jargão da autenticidade batalhadora, que o olho clínico dos planejadores da contenção social – treinado, de resto, durante mais de uma década no garimpo dos recursos humanos liberados em abundância pela inelutável ossificação geral dos movimentos sociais clássicos – já havia identificado muito antes do desembarque graças aos postos avançados das ONGs, tanto faz se do bem ou do mal, essas tecnologias de controle e governo são ambidestras. “A juventude desses locais tem um perfil curioso”, observava, em outubro de 2010, o principal formulador dessas políticas de contrainsurgência social:

o jovem tem grandes fragilidades, como baixíssima escolaridade, mas uma grande capacidade de iniciativa, de trabalhar em equipe e de fazer com que os outros trabalhem, tudo o que o mercado de trabalho valoriza hoje, e aprenderam tudo isso no mundo do tráfico, da ilegalidade.<sup>[26]</sup>

Como se vê, o “movimento” precisou apenas mudar de lugar, transpondo mais uma “fronteira de tensão”<sup>[27]</sup>, para manter o mesmo espírito, no caso, o capitalismo de projetos, que simplesmente não funciona sem a mobilização-implicação dos envolvidos em sua própria exploração<sup>[28]</sup>.

O nosso *mr.*, quando reconheceu na abordagem carioca da pacificação reminiscências da doutrina americana da contrainsurgência, resumiu esta última em três comandos: “limpar, manter, construir”<sup>[29]</sup>. A limpeza dispensa comentários; a manutenção é óbvia, um posto polivalente de PMs *idem*; é na construção que está o *x*: como estamos vendo, uma construção eminentemente política, e portanto envolvendo relações mais ou menos coercitivas de avaliações e controle, de situações de

mercado em âmbitos sociais redesenhados para produzir uma falsa mercadoria, que atende por diversos nomes, “cidadania”, “inclusão”, “participação” etc., cotada, vendida e comprada numa bolsa de valores e licitações, em cujos pregões atuam o amplo leque de entidades estatais, empresariais, movimentistas etc. Alguns pesquisadores batizaram essa terra de ninguém de “mercado da cidadania”<sup>[30]</sup>. A grande novidade agora é dupla: é que a porta de entrada desse mercado é a polícia, que por sua vez passou a ser apresentada, nada mais, nada menos, como um verdadeiro agente de transformação social<sup>[31]</sup>. Seja de que tipo for – econômico, social, cultural ou uma combinação dos três, preferencialmente –, o empreendedorismo dos pobres não é nenhuma esquina da história nacional, mas uma saída de emergência para o colapso da sociedade salarial no Brasil e no mundo. Como tal, um novo paradigma de governo das populações, e neste sentido sim, uma virada e tanto, que resultou na conformação de um exército de viradores de cujas fileiras seria mesmo um milagre descobrir a mais leve suspeita de insurgência. E, no entanto, mal nasce a manhã, um intempestivo zelo contrainsurgente não cessa de multiplicar os meios de juntar os dois grandes objetivos desse novo paradigma de governo – e não só das populações das famigeradas aglomerações subnormais –, Paz e Oportunidade<sup>[32]</sup>. A Pacificação e seus Inimigos: demos mais uma volta no parafuso da emergência, e nada. Sem os tais insurgentes que mal e mal imaginamos, o que será de nós pacificadores, fardados e à paisana? Até que o tiroteio voltou, depois de Junho. Como vimos, segundo a fantasia punitiva de que partimos, graças à aliança inusitada porém objetiva entre a grande e destrutiva insubordinação das ruas e o espectro do inimigo titular da Pacificação, o Crime, organizado ou não.

A perfeição quase mecânica do encaixe se deve justamente à ordem temporal invertida. Os Pacificadores, que obviamente não poderiam saber que suas campanhas seriam incorporadas vinte anos depois ao repertório da contrainsurgência, também sonhavam para frente<sup>[33]</sup>. Mas ao ligarem os pontos que a ninguém ocorreria ligar nas semanas do quebra-quebra mais intenso, pelo menos, ao pressentirem o sinal de uma virada, acertaram, embora no que não viram. A palavra insurgência nem de longe é frequente no vocabulário político brasileiro. Mesmo quem se politizou tendo lido *México insurgente*<sup>[b]</sup>, de John Reed, raramente a empregou, se é que o fez. Mesmo no auge da Guerra Fria, e portanto em tempos de difusão da terminologia gringa da Segurança Nacional, exterminava-se subversivos, e não insurgentes. Os movimentos de protestos que tomaram as ruas e praças do mundo a partir da queda de Mubarak, em fevereiro de 2011, estavam coalhados de indignados, mas que se saiba nenhum insurgente. Mesmo em Seattle, em novembro de 1999, quando o quebra-pau voltou às ruas atestando que a grande tradição norte-americana de desobediência civil – e seus mártires da manifestação pacífica – batera no teto, havia sim um número crescente de autodenominados anticapitalistas, mas nem mesmo a reestria com novo *script* dos *black blocs* reconheceu-se insurgente, mesmo porque, como se diz à esquerda e à direita, eles não falam, só quebram. Por fim, o marco zero de todo o novo período, o levante zapatista de 1º de janeiro de 1994. Na acepção trivial do termo, os zapatistas de fato se insurgiram contra o governo federal mexicano, mas em nenhum momento cogitaram tomar o poder, pela simples razão que julgavam ser esta a via real para não transformar o mundo, e nisto bifurcaram no tronco das insurgências históricas na América Latina, não obstante se organizassem também, na defesa de suas municipalidades autônomas, na forma de um exército de libertação nacional. Pode ser até que a palavra se encontre em seu imenso acervo de manifestos e comunicados, mas certamente não a coisa.

As avaliações provenientes das mais diversas fontes oscilam entre 10 e 15 milhões de manifestantes em mais de quinhentas cidades. Enquanto não dispusermos de uma razoável coleção de relatos de todas as procedências, sobretudo das mais improváveis, continuará soterrada a memória viva do maior protesto de massa da história brasileira, com esta peculiaridade igualmente divisora de águas, a de que ele foi rigorosamente autoconvocado, ao contrário de episódios altamente coreografados, como as Diretas Já ou os caras-pintadas. Tão cedo não saberemos quem, quantos, em que circunstância, a que altura dos acontecimentos poderiam se reconhecer no performativo – na sua acepção linguística originária, para início de conversa: fazer coisas com palavras – “insurgente”. De novo: as visões cariocas da Doutrina da Pacificação mostraram que não se trata de mera preferência terminológica. Na minha documentação impressa, que infelizmente está muito longe de ser exaustiva, apenas numa publicação de novembro de 2013 a jornalista Lena Azevedo e alguns de seus entrevistados recapitulam a onda social que deixou no seu rastro centenas de novos coletivos ao longo de cinco meses de altos e baixos como uma “insurgência nas ruas”, “insurgência social”, “insurgência popular”<sup>[34]</sup>. Não é prova de nada, mas pode vir a ser. Resta a novidade de sua redescoberta de agora, porém sentido e referência não podem mais ser o mesmo. A única evidência da pista intrincada que seguimos até aqui foi o aviso de incêndio dado pelos pacificadores. Mas nosso encontro com o espectro da insurgência foi mero efeito dedutivo de uma triangulação de medos e ameaças na qual um dos termos só a chamava pelo nome por ser contra. Ou do acaso. Convidado pela socióloga Isleide Fontenelle em agosto de 2013 a também me exprimir sobre os acontecimentos de junho num ciclo de palestras da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, notei que, em quatro falas programadas, duas traziam insurgência no título, não sei se empregada em sua acepção corrente ou não, e

por quê, pois até então, como observado, a palavra mal circulava no Brasil. Infelizmente, não pude ouvir nenhuma das intervenções. Pelo sim, pelo não, achei que seria uma boa ocasião de testar minha hipótese quando chegasse minha vez, em outubro.

As coisas estavam nesse pé quando me deparei com a tese do antropólogo James Holston, que estuda periferia em São Paulo desde os anos 1980 – tendo, aliás, nesse meio tempo, publicado um livro muito conhecido sobre as notórias segregações socioespaciais multiplicadas pelo urbanismo de Brasília, a utopia urbana que virou pesadelo<sup>[35]</sup>. A tese desnorteia, não menos que o título, no meu desconhecimento de outras acepções possíveis do termo no repertório político e intelectual americano: *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*<sup>[36]</sup>. Há três décadas, a periferia de São Paulo está povoada de cidadãos “insurgentes” e não sabíamos, ou melhor, não sabíamos que seus moradores fora de esquadro também podiam ser chamados assim. Assim como? A definição de Holston é peculiar, por isso a transcrevo, renunciando ao comentário que ela sem dúvida pede:

A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta; insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já organizado. Ela borbulha do passado onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção.<sup>[37]</sup>

Desde que a entendamos, convenhamos que dará muito pano para manga. Pois, segundo seu autor, nela se enquadram tanto a “insurgência democrática nas periferias urbanas do Brasil”, no seu confronto com o regime de cidadania dominante historicamente, como o nazismo (que sem dúvida “lançou um movimento de cidadania insurgente na Alemanha”) ou a direita fundamentalista norte-americana – e nesses termos o levante zapatista me pareceria um candidato natural, ainda mais por emendar na insurgência mexicana propriamente dita, dos tempos de Zapata e Villa. Assim abrangente, o sentido de “insurgente” não pode ser mesmo normativo, como adverte o autor: “Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado”. No caso brasileiro, mas não só, há ainda um sentido suplementar de enfrentamento e combate, expresso já na denominação do regime de cidadania oponente, que o autor batizou de “entrincheirado”. Também não saberia dizer se seu uso é corrente ou não na terminologia sociológica norte-americana. Não me parece implausível presumir que a inovação vocabular do autor tenha se dado na ordem inversa das metáforas: uma vez identificado o regime de cidadania desigual como uma linha de barricadas e fortificações edificadas para a defesa de usurpações e privilégios, parece lógico e sob medida a denominação em termos de assalto a uma praça forte para quem se insurge contra essa ordem de desigualdades instauradas.

O desenvolvimento das periferias urbanas – não periferias quaisquer, mas as autoconstruídas – é descrito assim como um confronto entre duas cidadanias, uma insurgente e outra entrincheirada. Não posso obviamente me deter no tema polêmico da autoconstrução, embora ele seja central na argumentação do autor, a ponto de lhe permitir justificar de forma original a ênfase no consumo das classes trabalhadoras, estratégico no atual arranjo apaziguador de poder. Quando os trabalhadores pobres se viram forçados a morar em regiões distantes, em condições precárias e ilegais, no meio do mato, como ainda se diz,

tiveram de construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. Ainda assim, em algumas décadas eles urbanizaram esses bairros e melhoraram de forma notável suas condições de vida. Além disso, como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias de estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais. Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaços de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietário, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas.<sup>[38]</sup>

Desse modo, Holston poderá mostrar que desde a década de 1970 as classes trabalhadoras vêm formulando nas periferias das cidades brasileiras “uma cidadania insurgente que desestabiliza o entrincheirado”. E assim argumenta que “as provações da moradia ilegal, da construção de residências e dos conflitos de terras” forneceram “o contexto e a substância de uma nova cidadania urbana”. Pois então: essa nova cidadania urbana é assim fruto de uma insurgência local que desestabilizou os privilegiados a partir dos lugares históricos na diferenciação igualitária – os direitos políticos, o acesso à terra, a igualdade, o servilismo<sup>[39]</sup>. Como se está percebendo, o nervo dessa insurgência – inusitada apenas no emprego inesperado da palavra – é urbano, e graças a ela os trabalhadores pobres garantiram nada mais, nada menos, que seu direito à cidade, hoje no epicentro da convulsão nacional que se sabe.

E ganharam seu direito à cidade – nessa acepção muito peculiar, em que gravita na órbita de uma insurgência – “adquirindo direitos políticos, tornando-se donos de imóveis, usando a lei a seu favor, criando novas esferas públicas de participação e se transformando em consumidores modernos”. Uma paradoxal insurgência dentro da ordem, portanto, que Holston descreve como um emaranhado corrosivo e desequilibrador de persistências e resistências em que o insurgente representa, sim, uma ruptura, embora sem dúvida perpetue atributos da cidadania entrincheirada historicamente dominante, como “o significado da propriedade fundiária, a prática da legalização do ilegal e a norma do direito de tratamento especial”<sup>[40]</sup>. Imagina assim poder evitar o que considera um falso dilema armado pelos estudiosos dos movimentos sociais

surgidos nessa onda de cidadania que está chamando de insurgente: no corpo a corpo com o Estado, a oscilação recorrente entre resistência e cooptação, mobilização e institucionalização. Pois aprendeu com a teoria feminista “a ver que a agência humana também produz entrincheiramento, persistência e inércia”. Seria o caso de acrescentar, sem mais comentários por ora, que nós também aprendemos na observação dos altos e baixos da galáxia movimentista brasileira – mas não só ela – que a praga da burocratização dos movimentos, ou seu entrincheiramento, como preferiria dizer Holston, não é uma patologia evitável, mas um desdobramento de seu próprio êxito na condução do social<sup>[41]</sup>. Não é verdadeira a impressão de que James Holston estaria redescrivendo mais uma vez a grande onda democrática dos anos 1980<sup>[42]</sup>, agora pelo prisma inusual da cidadania dita insurgente – a seu ver, entre outras coisas, a vitória eleitoral de 2002 poderia ser interpretada, para além do triunfo da política democrática, como a conquista de “uma cidadania insurgente de justiça social”. Por certo também é esse o caso, mas de fato está dizendo muito mais, que o impulso predominante na origem dessa reviravolta na paisagem brasileira procede mais especificamente de uma longa batalha pela democratização do solo urbano, travada por uma geração de cidadãos insurgentes, geração que soube criar um acesso sem precedentes a seus recursos<sup>[43]</sup>. Vale a pena olhar um pouco mais de perto para esse “novo tipo de direito adquirido sobre a cidade”. Afinal, a explosão de Junho se deu em torno de um de seus componentes fundamentais, a livre circulação, sem a qual uma cidade não existe, como se podia ler desde 2010 no grafite-manifesto do Movimento Passe Livre (MPL): “Pule a Catraca! Passe Livre Já! Uma cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”<sup>[44]</sup>. Direito adquirido pela bizarra insurgência da autoconstrução, nove fora a força de trabalho não paga empregada nela, mas evitemos a página virada dessa polêmica sem fim<sup>[45]</sup>.

Pois na contramão dos clássicos, o que Holston está dizendo sobre as classes trabalhadoras, não só no Brasil mas em todo o Sul do planeta, é que seus integrantes se tornaram novos cidadãos – e urbanos, para começar – “não por meio das lutas trabalhistas, mas pelas lutas pela cidade”. Longe das fábricas, longe dos patrões. É bem conhecida – mas nem sempre lembrada na hora certa<sup>[46]</sup> – a explicação de Florestan Fernandes para a truculência bárbara das lutas de classe no Brasil, alimentada pelo verdadeiro medo- -pânico dos dominantes ante a menor aspiração de desafogo dos setores populares. No capitalismo dependente, como se dizia então, a guerra social sempre se travou entre duas categorias, os “possuidores de bens”, que monopolizam todos os benefícios do sistema, e os “não possuidores de bens”, na sua grande maioria “os condenados do sistema”. Essa brutal assimetria condena os despossuídos a gravitar num universo de “mínimos políticos”, assim como desloca para a margem o conflito entre capital e trabalho, e com ele a expectativa de direitos, indisponíveis para os de baixo no mundo exclusivo dos proprietários. Escapar assim da desclassificação social, só pela porta estreita do assalariamento. Daí, concluía Florestan, para escândalo de seus correligionários socialistas,

a identificação positiva com a proletarização, vista como ascensão social e também como um privilégio, a superestimação do estilo de vida operário etc. Mecanismos pelos quais se concretiza a conciliação dos condenados do sistema com sua ordem socioeconômica.<sup>[47]</sup>

A insurgência dos pobres urbanos segundo Holston inverteu esse quadro de redenção pelo trabalho regulamentado, herdado do imaginário trabalhista forjado na Era Vargas, como se sabe, sem precisarmos reabrir toda a biblioteca a respeito da “cidadania regulada”, na frase famosa de Wanderley Guilherme dos Santos, uma cidadania embutida nas profissões e ocupações reconhecidas e definidas por lei, e por isso restrita e perpetuadora de desigualdades, porém ancorada no mito libertador da carteira de trabalho<sup>[48]</sup>. As leis trabalhistas, prossegue o argumento, constituíram sem dúvida um horizonte visível de direitos, mas nem por isso a fábrica deixava de ser um espaço “marcado por um profundo sentimento de frustração, fracasso, divisão e dependência”, e nesse aspecto, paradoxalmente, o menos propício para o desenvolvimento de uma cidadania da classe trabalhadora, e ainda mais paradoxalmente, em contraste com as periferias ilegais, autoconstruídas e remotas, que, por sua vez, longe dos olhos do Estado, dos empregadores e do trabalho assalariado, foram se convertendo em espaços autônomos abertos por uma cidadania de fato antagônica. Este o resumo da insurgência:

Exatamente em oposição ao regime fabril, a conquista de uma casa própria se tornou uma emancipação da dominação do empregador e da regulamentação do Estado para os pobres urbanos e, como tal, uma forma de reavaliar seus lugares pessoal e coletivo na sociedade brasileira.<sup>[49]</sup>

Enquanto esteve na linha de frente da ofensiva popular que ganhou corpo com o recesso da Ditadura, terá sem dúvida contribuído para corroer o prestígio do assalariamento como via de acesso a direitos e fator de identificação com a sociedade dos proprietários dos meios de produção. Até que o Estado e o complexo imobiliário-financeiro entraram em campo dispostos a enfrentar, como se diz, o déficit habitacional, encerrando o ciclo épico da cidadania insurgente. A mesma cidadania insurgente que desacreditara as promessas do assalariamento via-se agora engolida por um outro regime de conversão do direito à moradia em simples acesso via mercado subsidiado à propriedade de um imóvel, refazendo assim, nos termos de nosso autor, o emaranhado de entrincheirados e insurgentes, ou, na chave atual, daqueles cadastrados por movimentos credenciados e dos relegados de sempre, no fundão cinzento das periferias consolidadas<sup>[50]</sup>. Muitas leis e instrumentos

urbanísticos depois, mais ainda um Ministério da Cidade, um Estatuto da Cidade, planos, conselhos, fundos variados etc., reunidos todos os capítulos da “cidadania democrática insurgente”, cujo triunfo James Holston testemunhou numa noite de novembro de 2002 na avenida Paulista, “os pobres foram aconselhados a parar de fazer autoconstrução e mutirão, meios arcaicos de se produzir moradia no mundo de mercadoria, para se tornarem compradores, a prazo e com certo subsídio, da mercadoria-moradia”<sup>[51]</sup>. Reviravoltas como esta, em que o fundo falso de um processo se comprova na verdade de seu desfecho, não se improvisam. Foi preciso muitos mandatos, ONGs, gabinetes, administrações, universidades, e sobretudo muito empenho sincero de trabalhadores sociais envolvidos na elaboração e aplicação das mais diversas políticas públicas para canalizar as lutas populares – como o nome indica, “canalizar” como se retifica um rio turbulento: essa onda participativo-governativa acabou orientando “a ação direta da desobediência civil (o ciclo das ocupações) na direção da prática responsável de quem faz estatutos e participa de conselhos (o ciclo das leis)”<sup>[52]</sup>. Ao nos despedirmos da Cidadania Insurgente, seria o caso de dizer que, ao encerrar seu ciclo, ela teria sido suplantada por um novo regime de Cidadania Regulada para o qual ainda não temos nome – quem sabe “totalmente administrada” ou seu equivalente numa sociedade periférica madura, equipada até com multinacionais próprias, que deixou de ser subdesenvolvida, como se dizia nos tempos em que a miragem do desenvolvimento funcionava, sem com isso integrar-se ao condomínio fechado do sistema mundial de poder e acumulação<sup>[53]</sup>.

Mas aí veio Junho. Nem seria preciso esperar alguma manifestação de Holston a respeito para sabê-lo convencido, e reconfortado, de que sua Cidadania Insurgente foi para as ruas em junho. De fato, em entrevista recente, convidado a avaliar o novo fenômeno dos “rolezinhos”, não só reconheceu prontamente na velocidade de propagação destes últimos a impregnação do Espírito de Junho, pois tem a ver com ocupação de espaço e circulação, como lembrou que a cidadania insurgente está presente no Brasil há quase meio século, só que esquenta e esfria, dependendo de circunstâncias imprevisíveis: e junho foi um dos momentos em que a chapa ferveu<sup>[54]</sup>. Ninguém dirá que não, ainda que não saibamos ao certo o que devemos entender por insurgência nas presentes circunstâncias. Todavia, se nos mantivéssemos fiéis aos termos do próprio autor, seria o caso de dizer que a novidade da conjuntura resultaria precisamente não da persistência do antigo e recorrente impulso antagonista, mas do choque, na intensidade que se viu, entre os dois regimes de cidadania, o insurgente e o entrincheirado. Podemos duvidar, mas desse entrechoque pode estar surgindo o oponente com o qual sonhavam os planejadores de uma contrainsurgência no vazio. Alguns sinais desse choque que viria e começou a acontecer poderiam ser rastreados no último capítulo do livro, o capítulo dos perigos, ao longo do qual nos deparamos com um pequeno inventário dos espaços de confronto entre o insurgente e o diferenciado, a começar pelas *incivilidades* cotidianas a permear os encontros públicos. A incivilidade é sempre a incivilidade do outro – entendendo por civilidade, como relembra Holston, um código de comportamento associado à participação na vida pública –, e esse outro de agora é mesmo o Outro, aquela nova geração de insurgentes cujo acesso sem precedentes aos espaços públicos e seus recursos gerou um “clima de medo e incivilidade”, responsável, por sua vez, pelo “visual sitiado” (Mike Davis) que foi se alastrando pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras. Mais uma vez, voltaremos.

A primeira vez que deparei com esse provável sinal de uma mutação a caminho foi num pequeno e profético artigo de Silvio Mieli, publicado na última semana de julho de 2013<sup>[55]</sup>. Sem exagero, quase dois meses depois da explosão de junho, foi uma das primeiras tentativas realmente originais de conceptualização daqueles acontecimentos, nos quais até o *mainstream* da ciência política – com perdão da redundância – reconheceu “a mais expressiva, surpreendente e rápida vitória popular da nossa história”, enquanto lideranças históricas não menos expressivas desse ambíguo campo popular vitorioso ainda teimavam, e teimam, em ver naquilo tudo “tão somente uma revolta” (revolta é sempre mera revolta), a “indignação” de uma juventude sem projeto, sem nem mesmo saber no que tudo isso vai dar etc., sem falar na linha justa de sempre, reconfortada pela enésima demonstração de que o esquerdismo é mesmo uma doença infantil<sup>[56]</sup>.

Se entendi bem, Silvio Mieli teria dito mais ou menos o seguinte. Antes de tudo, como sugere de saída a etimologia latina da palavra, insurgir-se é levantar-se, pôr-se de pé, mas também surgir, vindo do fundo, como algo submerso subindo à tona. Ao primeiro sentido, posso acrescentar que, até onde minha vista alcança, muita leitura dos acontecimentos no calor da hora seguiu espontaneamente essa trilha: sair à rua seria um dia entendido como insurgência pelo simples fato de que as pessoas estavam se levantando do sofá diante da televisão – e já ouvi muito engraçadinho dizer que Maio de 1968 só aconteceu porque na França as pessoas ainda não dispunham da televisão como um bem de consumo de massa onde descarregar o mal-estar de uma sociedade na qual não se morria mais de fome, mas em compensação se morria de tédio<sup>[57]</sup>. Daí a gracinha suplementar perpetrada por outra sumidade, segundo a qual a população foi para a rua porque se *entediava*<sup>[58]</sup>. Mas voltemos à insurgência de Junho segundo Silvio Mieli. E segundo o argumento desenvolvido até aqui, se não surgiu obviamente do nada, veio finalmente preencher o vazio da doutrina contrainsurgente da Pacificação. O outro traço definidor dessa verdadeira ruptura de época – não é lenga-lenga piedosa a convicção difundida de que depois de Junho o país nunca mais voltará a ser o mesmo – é que, ao colocar-se de pé, a insurgência do corpo social caracterizou-se por “*uma série de atos profanatórios*” (grifo meu). Como *profanação* não é um termo qualquer, menos ainda de uso corrente no vocabulário político da esquerda – para não falar na prática, no zelo religioso com que a dita esquerda vem escrupulosamente ajoelhando e rezando, pouco importa se da boca para fora ou não, o que conta é o joelho dobrado –, não penso estar avançando o sinal supondo que sua inspiração nesse passo – *a compreensão da insurgência que levantou o país como uma profanação* – se apoia na recuperação política da ideia mesma de profanação sugerida por Giorgio Agamben<sup>[59]</sup>.

Nas suas escavações arqueológicas, Agamben notou a existência de uma relação muito especial entre “usar” e “profanar”, como também redescobriu que o termo religião não deriva de “*religare*”, o que une o humano ao divino, mas de “*relegere*”, que “indica a atitude de escrúpulo e atenção que deve caracterizar as relações com os deuses, a inquieta hesitação (o ‘reler’) perante as formas – e as fórmulas – que se devem observar a fim de respeitar a separação entre o sagrado e o profano”. Prolongo a citação para efeito de reconhecimento do terreno, que é familiar, como se pode perceber à primeira vista:

*Religio* não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos. Por isso, à religião não se opõem a incredulidade e a indiferença com relação ao divino, mas a “negligência”, uma atitude livre e “distraída” – ou seja, desvinculada da *religio* das normas – diante das coisas e de seu uso, diante das formas da separação e de seu significado. Profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular.

Apenas um olhar politicamente educado pelas verdadeiras profanações cometidas por Brecht – as tábuas consagradas do palco desviadas para o ringue de boxe ou o praticável ruidoso e esfumaçado do *cabaret*, o público nem aí para os encantos do fosso e da quarta parede etc., para não mencionar toda a engrenagem de produção de atores “negligentes” na observação do ritual cênico mais do que milenar – e, sobretudo, Walter Benjamin, por ser nosso autor quem é, leitor contumaz do materialismo messiânico e antiprogressista de Benjamin: no caso, será suficiente mencionar a demolição da obra de arte aurática e o correspondente apagamento da distância estética que congela os profanos na imobilidade contemplativa. E certamente pela incansável Crítica da Separação conduzida por Guy Debord e demais “situacionistas” até a beira de sua breve implosão, em Maio de 1968: na verdade, um *continuum* de separações, desde a mais espetacular, a do poder teológico-político e sua imagem soberana de onipotência, até a célula geradora de todas as hierarquias, o trabalho social separado de si mesmo na forma-mercadoria. Não, não estamos redescobrimo a pólvora, a crítica da religião desde Feuerbach como matriz da crítica materialista da ideologia e sua sequência política bem conhecida, da alienação-separação à reapropriação. É que o horizonte emancipatório encurtou de lá pra cá, não há mais nenhum tesouro expropriado a ser recuperado das entranhas em decomposição do capitalismo, levando autores idiossincráticos como Agamben a vasculhar no entulho arcaico da religião e do direito. Sim, o poder separador do sagrado subtraiu o essencial – coisas, lugares, animais, pessoas – ao uso comum dos homens, e profaná-lo significa restituir ao livre uso o que antes estava indisponível, confiscado e preservado fora de alcance em sua aura.

Voltando aos destinos paralelos de há pouco: assim como era de se esperar que à época de seu surgimento a hipótese comunista fosse confrontada como se combate um sacrilégio, com exorcismo e fogueira, logo poderemos sugerir que seu eclipse contemporâneo algo tem a ver com as condições proibitivas que cercam a profanação-restituição, quer dizer, “a tarefa política da geração que vem”<sup>[60]</sup>. O outro elo da redescoberta da profanação para a ação política (direta, havia alguma dúvida?) diz respeito justamente à crescente incapacidade de profanar numa era de rituais a cuja letra já não corresponde mais nenhum espírito. Para isso, é preciso lembrar que “a profanação não restaura simplesmente algo parecido com um uso natural, que preexistia à sua separação na esfera religiosa, econômica ou jurídica”. Abolir pura e simplesmente a forma da separação não basta para reencontrar um “uso não contaminado”<sup>[61]</sup>. Assim, se a propriedade também pode ser entendida como “o dispositivo que desloca o livre uso dos homens para uma esfera separada, na qual é convertido em direito”, nem por isso a simetria da operação inversa da expropriação-reapropriação nos livra da praga do direito: não é uma evidência que “o uso antigo possa ser recuperado na íntegra, como se pudéssemos apagar impunemente o tempo durante o qual o objeto esteve retirado de seu uso comum”<sup>[62]</sup>. Por isso, os franciscanos, em luta contra a Cúria romana no século XIII, insistiam na possibilidade de um uso totalmente desvinculado da esfera do direito, relembra Agamben, comentando numa entrevista:

O que está realmente em questão é, na verdade, a possibilidade de uma ação humana que se situe fora de toda relação com o direito, ação que não ponha, que não execute ou que não transgrida simplesmente o direito. Trata-se do que os franciscanos tinham em mente quando, em sua luta contra a hierarquia eclesiástica, reivindicavam a possibilidade de um uso de coisas que nunca venha a ser direito, que nunca venha a ser propriedade. E talvez “política” seja o nome dessa dimensão que se abre a partir de tal perspectiva, o nome do livre uso do mundo. Mas tal uso não é algo como uma condição natural originária que se trata de restaurar. Ela está mais perto de algo novo, algo que é resultado de um corpo a corpo com os dispositivos de poder que procuram subjetivar, no direito, as ações humanas.<sup>[63]</sup>

Há, porém, uma pedra no caminho político da profanação, e graças a essa barreira a ser dinamitada a intuição histórica de Silvio Mieli, conjugando num só ato divinatório insurgência e profanação, pelo menos está livre do risco de virar receita. É que nesse meio tempo – na verdade, toda uma era –, continua o argumento de Agamben, a “religião capitalista alcançou a sua fase extrema”. Ainda duas palavras, e voltamos aos atos profanatórios de Junho. Como se há de recordar, a tese benjaminiana de 1921 – poucas notas num fragmento póstumo –, segundo a qual o capitalismo é, antes de tudo, uma religião, voltou a circular, e Agamben justamente encontra-se entre seus novos leitores<sup>[64]</sup>. Nas palavras originais do próprio Benjamin: “O capitalismo deve ser visto como uma religião, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições, inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer respostas”. Depois de contornar a concepção famosa de Max Weber – o capitalismo não é mera secularização da fé protestante, mas é, ele próprio, essencialmente um fenômeno religioso, como resume Agamben<sup>[65]</sup> –, Benjamin identifica três traços na estrutura religiosa do capitalismo: é uma religião puramente cultural; seu culto é permanente, ou seja, para ele não existem “dias normais”; e é, enfim, um culto culpabilizador, não está voltado para a redenção ou a expiação de uma culpa – um movimento monstruoso, em suma<sup>[66]</sup>. O ponto luminoso da visão benjaminiana encontra-se na primeira dimensão: o capitalismo é uma religião, mas espectral, no sentido de que nele “todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto; ele não possui nenhuma dogmática, nenhuma teologia”. Tudo se passa como se da secularização da ascese calvinista restasse apenas o osso do rito exclusivo, implacável e inegociável, um ritual cujo espírito se tornasse por fim a própria letra, e só letra. O capitalismo, dizia Benjamin poucos anos antes do colapso de 1929, enquanto tirava consequências da guerra química e observava a serpente chocar seu ovo, é, no fundo, um sistema de comandos absurdos<sup>[67]</sup> e, como tal, necessitava, em princípio, de um espírito, como queria Weber, que justificasse aos olhos de suas vítimas e supostos beneficiários – obrigados igualmente a dizer amém para salvar a alma – tamanha mobilização de corações e mentes, só que no ponto de saturação a que chegara, coincidindo afinal, sem deixar resto, com a formalidade cega de seus imperativos de nascença, “o cumprimento preciso da ordem tornara-se mais importante que o conteúdo das ordens”, como foi dito pouco depois acerca desse mesmo ritualismo puramente cultural.

*O cumprimento preciso da ordem tornara-se mais importante que o conteúdo das ordens*: dito, ou escrito, em algum momento entre meados dos anos 1930 e 1946 por Günther Anders, quando afinal publicou seu extraordinário livro sobre um autor muito mal lido e ainda menos compreendido, Kafka<sup>[68]</sup>. Pois bem, para Günther Anders, Kafka foi o porta-voz literário de um “ritualismo sem ritual”, entendendo por ritual o que estamos chamando aqui, na esteira do fragmento de Benjamin relido por Giorgio Agamben, de o “espírito” ausente de uma religião cujo único significado se refere ao cumprimento de um culto. Não estaremos forçando a mão, muito pelo contrário, voltando à nota original, se dissermos que o mundo de Kafka na chave identificada por Günther Anders, um mundo regido por um imperativo categórico monstruoso, “cumpra com precisão os deveres que não conhece!”, é exatamente o mundo no qual seu leitor e

contemporâneo Walter Benjamin reconheceu o capitalismo como uma religião puramente ritualística, empurrando, por sua vez, para o primeiro plano justamente aquele motivo originário da religião: a precisão, o escrúpulo, o ritualismo, tal como Kafka possivelmente lhe ensinara a ver e Günther Anders, por seu turno, nos ensinou. E, caso tivesse porventura tomado conhecimento do fragmento benjaminiano, sem dúvida concluiria: pois não é que nos deparamos com a mesma combinação de um quadro agnóstico e processos ritualísticos tanto no universo de Kafka como no capitalismo cultural de Benjamin? Deu-se então a junção demoníaca das duas esferas fantasmagóricas. À pergunta: “Onde houve agnosticismo ligado a escrúpulos e ritualismo?”, Günther Anders deu uma resposta: “Sob o terror fascista no qual pessoa nenhuma sabe *o quê* em dado momento é exigido dela, porque alguma coisa nos é exigida – mas onde se espera dela o cumprimento mais escrupuloso do indevassável ou do desconhecido”<sup>[69]</sup>. Conhecemos a resposta de Agamben: na religião capitalista em sua fase contemporânea extrema. Assim, a prática negativa que inspira todo ato profanatório hoje remete, nada mais, nada menos, àquele horror que revestira o capitalismo com a “aparência de uma religião compacta e encouraçada”. Mesma resposta para a pergunta: “Onde é válido o abominável imperativo categórico estilizado por Kafka?”. Num mundo onde “só se permite auto-humilhação e desespero”. Foi assim, continua Günther Anders, naquele “estado terrível em que ninguém se achava digno de saber, mas era obrigado a agir com exatidão”<sup>[70]</sup>. *E continua assim graças a esse novo e tremendo dispositivo da religião capitalista que estamos chamando de Neoliberalismo*. A prova? Basta uma, de tão bem produzida e inapelável. Estudando um objeto desprezível e soterrado sob montanhas de lugares-comuns bem pensantes acerca da mídia e da natureza humana, a epidemia dos *reality shows*, e nada sabendo do fragmento benjaminiano acerca do capitalismo como processo religioso culpabilizador meramente ritualístico, e muito menos tendo notícia de que Agamben baseara seu elogio da profanação anticapitalista naquela visão do capitalismo como um sistema de deveres a serem tanto mais religiosamente cumpridos quanto mais indevassáveis fossem seu desígnios – a socióloga Silvia Viana, a cujo livro estamos de volta, não só refez por conta própria toda essa tradição crítica, como acrescentou uma nova dimensão ao argumento, a agonia do trabalho descartável, mostrando que o capitalismo como religião em sua forma contemporânea tornou-se um espantoso e interminável “ritual de sofrimento”<sup>[71]</sup>. Não será possível acompanhar todos os passos da autora a caminho de sua descoberta, a saber, que os rituais absurdos, escrupulosamente observados pelos voluntários que deles participam por contrato, como se fosse a coisa mais natural do mundo, embora todos saibam que não é nada disso, o espetáculo colorido do consumo, por exemplo, são na verdade “rituais de sofrimento”, mas de um sofrimento muito particular, o que se padece no inferno do mundo do trabalho contemporâneo. Em tempo: “mundo do trabalho” é, a rigor, mera força de expressão, além do mais consagrada pela literatura especializada, cuja anatomia, como a presente e um bom número de reconstituições similares, é a prova cabal e paradoxal de que o trabalho, tal como o conhecíamos, perdeu sua capacidade de formar um “mundo”. E como tantos outros “mundos”, o do trabalho também chegou ao fim e, com ele, uma nova pergunta está abrindo caminho: o que significa trabalhar depois do fim do mundo? O que atrai o nosso olhar não é algo obscuro, mas o fundamento mesmo da nossa reprodução social, a vida produtiva organizada na forma de empresas flexíveis que gerem sua força de trabalho segundo uma lei ditada por um deus oculto, a da eliminação, sob a aparência arbitrária de um jogo cuja finalidade não é selecionar um vencedor, mas condenar todos os demais ao “paredão”. Tem mais nesse achado: não se trata de uma melodramática imitação da vida, como, aliás, já vimos em um passo anterior deste ensaio; os programas funcionam gerenciando (flexivelmente) a força de trabalho à sua disposição segundo os mesmos rituais em vigor na vida real das empresas cujas vagas são a razão de ser do pega pra capar em cena. As provas são rituais com requintes caprichados de aflição, além do mais, porque se trata de “vencer uma competição na qual as regras mudam ao sabor do vento”, não à toa, mas para que, no final, “fiquem apenas o sentimento do mero acaso e o agradecimento à Providência pelo saldo positivo na roleta-russa da vida”, no comentário de Isleide Fontenelle ao livro<sup>[72]</sup>, que ainda se pergunta: que forma de vida resulta de uma organização social guiada pela lógica da eliminação? Por certo, responde, uma forma social em que *o estado de alerta* precisa ser permanente. Uma vida, no mínimo, autopoliciada, cujo complemento de segurança sabemos bem qual é. O que a visão do capitalismo como religião, na sua última configuração como ritual de sofrimento, está mostrando nos *reality shows* – por sua vez, laboratórios de iniciação à nova razão do mundo – “são processos seletivos marcados por uma seleção negativa, ou seja, as pessoas vão sendo eliminadas não porque não são boas o suficiente, mas porque há uma cota de eliminação que precisa ser respeitada. A eliminação é, portanto, o meio e o fim”<sup>[73]</sup>. Não sei qual anjo da guarda dos sociólogos colocou Silvia Viana na pista luminosa de Kafka e Primo Levi, entre tantos outros autores essenciais para se captar, na etapa contemporânea do capitalismo-religião como dispositivo de controle por eliminação, a chave que permite abrir seu momento fundacional, a irrupção fascista de entreguerras. O essencial para a administração dos campos de concentração, dizia Primo Levi, “não é que sejam eliminados os mais inúteis, e sim que surjam logo vagas

em uma porcentagem prefixada”. É só conferir a atualidade – digamos “neoliberal”, e não capitalismo desregulado, fora da coleira, como pensam os que imaginam o capitalismo como um parque temático das forças produtivas – das observações de Hannah Arendt, que nossa autora, arregalando bem os olhos, simplesmente viu na telinha: a organização do inferno funcionava à perfeição não a despeito, mas porque não carecia da menor explicação, mesmo a mais esdrúxula; naquele mundo indecifrável, os mais insensatos e infundáveis cerimoniais eram de fato a “ideologia nazista”, que não existia na primitiva nulidade de seus dogmas – afinal, o quadro era agnóstico, como lembrado por Günther Anders –, mas em seus rituais, cujo principal era o da seleção. (Será preciso evocar a ciranda macabra, e minuciosamente protocolada, das cerimônias de eliminação em *Saló*, de Pasolini?) Convenhamos que parece não haver ainda milagre dialético disponível que desenranhe alguma etapa superior do que quer que seja desse último círculo da religião capitalista: um século de guerra social pode ter mostrado que nenhum futuro será parido por esse círculo infernal, nenhuma gestação imanente movida a quantas negações da negação se queira. A tarefa da nova geração agora é outra: como se livrar desse sistema de normas, práticas, dispositivos, de todo esse cerimonial de acumulação, de sofrimento alimentado por seus próprios adoradores? Numa palavra, como sair? Não há resposta, muito menos no ensaio de Silvia Viana, salvo um gesto luminoso e único que irrompe nas últimas linhas do último capítulo. Quando se vê um participante de um *Big Brother* sendo levado a um dos tais quartos de intensificação máxima do processo seletivo – nos conta a autora – dá para adivinhar o que o programa está sussurrando no ouvido do concorrente, àquela altura já nas últimas: “Pede para sair, vai, pede para sair...”. Às vezes acontece de pedirem mesmo, mas é raro, já que a Lei da empresa-*reality show*, tanto quanto a empresa da realidade que dispensa o *show*, proíbe recusar o sofrimento gratuito, “pois a violência vã não é apenas autorreferida, é autopropulsionada, trata-se de uma violência impotente, pois põe em movimento o mundo para que não se mova”<sup>[74]</sup>. Desistir sem tentar é, assim, pecado mortal. De passagem, nossa autora sugere que o bordão do filme *Tropa de elite* só se tornou a epidemia que se sabe por escarnecer – ainda por cima, numa voz de comando que aconselha – dos milhões de mobilizados pela disciplina do trabalho, em cujo mundo, de resto, não há mais vagas para todos. Por isso, a ordem é pedir para sair. E quando pedem também pedem desculpa por terem sucumbido ao desespero do momento – e os que vão até o fim e são eliminados, são premiados com a “estranha legitimidade de quem agiu de acordo com a Lei”. Até que o milagre aconteceu. “Uma participante [...] não pediu para sair nem foi eliminada. Ela simplesmente saiu. Não fez discursos, não brigou, não exigiu nem acusou. Fez suas malas e saiu.” Obviamente foi execrada por todos. Com a autora, a última palavra, abrindo os trabalhos da geração que vem: “Não aceitar as porradas da vida? *Profanação*”<sup>[75]</sup>.

Como lembrado aqui, a crítica materialista da alienação-separação, cujas metamorfoses culminam na sociedade burguesa, principiou historicamente pela crítica da religião como instituição do sagrado enquanto dispositivo ou poder que subtrai e confisca coisas, lugares, animais e pessoas da livre circulação entre os homens. Portanto, desse ângulo, toda crítica é um ato profanatório – o que Debord chamava de prática negativa. Ora, a conclusão de Agamben é que o capitalismo contemporâneo enquanto religião total, quer dizer, um ritualismo integral, impulsionado por imperativos meramente culturais, tornou-se um sistema inteiramente voltado para a “criação de algo absolutamente Improfanável” – e assim sendo, a profanação do improfanável tornou-se a tarefa política da geração que vem. E se estamos no bom caminho, é essa a mesma tarefa da insurgência que vem, devidamente esconjurada pela Marcha dos Pacificadores, iniciada faz algum tempo à procura do seu verdadeiro alvo: a prova de que finalmente o encontraram é que também desceram em massa para as ruas de Junho. E mais: dependendo para onde se desloque o *establishment* e sua composição, impossível não se dar conta de que os “*coxinhas*” também se insurgiram. Na mesma medida desse deslocamento, também variam as cores dos Contra. Do branco ao vermelho antigo, são mais de quarenta os tons do consenso macabro em expansão, o consenso da Paz e da Oportunidade, ao qual voltaremos, embora dele nunca tenhamos saído.

Interessará saber, por certo, que mais adiante Agamben enfrentaria esse nó que torna particularmente problemáticos os atos profanatórios aos quais confiamos a tarefa de libertar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e de restituí-lo a um possível uso comum. É que “os dispositivos com os quais temos de lidar na atual fase do capitalismo não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação”. Contra eles, a profanação que restitui ao uso comum o que a separação capitalista havia sacrificado parece não funcionar mais, pelo menos não mais como nos tempos da prática negativa que costumávamos chamar de política<sup>[76]</sup>. Um breve apanhado talvez ajude a reconhecer nos atos de Junho o que eles realmente foram: *profanações cometidas por gente sem nome que não está nem pedindo para sair nem aceitando as porradas da vida*. Nem aceitando

a cosmologia difundida pelo Bope nas empresas, que reparte o mundo entre “caveiras” e “invertebrados”<sup>[77]</sup>. Pois voltemos à não menos curiosa cosmologia de Agamben. Nela, o universo também é composto por duas grandes classes de existentes: de um lado, os seres vivos; de outro, os tais dispositivos, em cujo âmbito os primeiros são incessantemente aprisionados, desde sempre no sentido da primeira teologia da Providência Divina governando o mundo, isto é, dispositivos que enredam os vivos na intenção de melhor governá-los e guiá-los para o bem. Ampliando bastante a classe dos dispositivos inventariados por Foucault, Agamben dará tal nome

a qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, os manicômios, o Panóptico, a escola, a confissão, a fábrica, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares etc.<sup>[78]</sup>

Como a lista poderia se expandir até os confins do mundo conhecido, poderíamos acrescentar alguns itens de Junho, como UPPs, catracas, megaeventos, redes sociais, armamentos humanitários, máscaras e muitos *et ceteras* que ainda não deram o ar de sua graça, além de outros velhos conhecidos, como os institutos de pesquisa, os *talk shows*, as políticas públicas de sempre, redesenhadas para atender às novas demandas identificadas pelos Data Isso e Aquilo, Pronto Atendimento Jurídico, faixas exclusivas de ônibus, Mais Médicos, regimes semiabertos fechados e vice-versa etc. Entre os seres vivos e os dispositivos, Agamben fecha sua cosmologia com um terceiro grupo, os sujeitos. Tudo aquilo que resulta da relação corpo a corpo entre os vivos e os dispositivos. São as subjetivações, as estudadas por Foucault, por exemplo: a constituição de um sujeito delinquente e de um *milieu* delinquente produzido pelo dispositivo prisional, que por sua vez se torna sujeito de novas técnicas de governo; ou a formação da subjetividade ocidental por excelência, “ao mesmo tempo cindida e, no entanto, dona e segura de si”, inseparável da ação plurissecular do dispositivo penitencial inaugurado pela prática da confissão. Este o caso privilegiado por Agamben, pois lhe interessa destacar o eclipse contemporâneo desse processo de subjetivação por excelência, o da cisão provocada pelo dispositivo penitencial, “produtora de um novo sujeito que encontrava a própria verdade na não-verdade do Eu pecador repudiado”. Se um dispositivo não desencadear um processo de subjetivação, não poderá funcionar como um dispositivo de governo, reduzindo-se então a um mero exercício de violência. (Foi pensando em particularidades como estas que Livia de Tommasi e Dafne Velazco incluíram as UPPs no rol dos dispositivos de gestão de uma ampla faixa da população carioca.) Para efeito de contraste de época, uma recapitulação:

Numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumiam a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo de assujeitamento. Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo.<sup>[79]</sup>

Já não é mais assim com a espantosa acumulação e proliferação de dispositivos que vem a ser o capitalismo de controles rituais sob o qual vivemos, pois na operação de tais dispositivos o momento dessubjetivador tornou-se a tal ponto preponderante que parece não haver mais lugar para a recomposição de novos sujeitos, como no período estudado por Foucault. Havia na raiz de todo dispositivo “um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituíam a potência específica do dispositivo”. Por isso, a profanação poderia operar como um contradispositivo, e operar justamente pelo, digamos assim, titular de uma subjetivação conflituosa em vias de se consumir. Horizonte perdido nas sociedades contemporâneas, atravessadas por gigantescos processos de dessubjetivação, mas não por isso, que é o caminho da modernização, para recorrer a outro repertório, e sim precisamente porque a tais processos não correspondem mais nenhuma subjetivação real. A política de classes girava em torno dessas subjetivações, política cujo antagonismo constitutivo estruturou todo um campo de “instituições”, para voltar a falar à moda antiga. Com o seu eclipse, por falta de sujeitos e identidades reais, a “economia” triunfa sem inimigos como pura atividade de governo que visa apenas a sua própria reprodução. E governo do mais dócil e frágil corpo social jamais constituído na história da humanidade. Teríamos então tocado o fundo distópico de toda essa engrenagem, o limite do ato profanatório. Chegamos, ao que parece, ao indivíduo absolutamente governável,

o inócuo cidadão das democracias pós-industriais, que executa prontamente tudo o que lhe é dito e deixa que os seus gestos cotidianos, como sua saúde, os seus divertimentos, as suas ocupações, a sua alimentação e os seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes.<sup>[80]</sup>

Aqui o nó górdio. O coletivo invisível que animava a controvertida revista *Tiqqun* batizou esse personagem cuja “vida besta” transcorre “pastando mansamente entre serviços e mercadorias”<sup>[81]</sup> com um nome próprio pescado na figura central do *Ulysses*, de Joyce, merecendo de quebra toda uma teoria, a Teoria do Bloom<sup>[82]</sup>. Uma outra caracterização mais recente na construção desse herói do nosso tempo, depois de lembrar que vive um Bloom em cada um de nós,

descreve-o como alguém que

destrói laboriosamente suas possibilidades de vida na mobilização infinita de uma atividade que ele sabe entretanto ser incapaz de jamais produzir uma “ação” digna desse nome. O Bloom é colocado [pelo coletivo *Tiqqun*] como a figura emblemática desse “empreendedor de si mesmo” que cultua e despende assiduamente um “capital humano” com o qual ele não sabe o que fazer.<sup>[83]</sup>

Ocorre, continua a Teoria, que nesse Bloom nosso de todos os dias vive adormecido um “terrorista” virtual, como se vê mundo afora na monótona recorrência dos massacres à maneira de Columbine e assemelhados. Agamben adota a hipótese – nada se assemelha mais ao terrorista do que o homem comum –, acrescentando, porém, que esta teoria do despertar terrorista das células Bloom adormecidas nos seres acometidos pelos processos de dessubjetivação se origina na e inspira a grande estratégia do Estado de Segurança Preventiva, cujo permanente estado de alerta conta com a colaboração autovigilante desses mobilizados da imobilidade. Como as conjunturas mentais variam, é bom lembrar que esse fantasma do pai de família que à noite se transforma num *hooligan* incendiário passou a assombrar a tradição crítica radical, em estado de choque com a guerra civil mundial que seguiu de perto a desintegração da paz armada propiciada pela Guerra Fria. Se a qualquer momento um vagão de metrô poderia tornar-se uma Bósnia em miniatura, tudo indicava que o processo civilizador descrito por Norbert Elias, responsável pela progressiva pacificação das sociedades, estava dando para trás. Assim como estava dando para trás o improvável sentido do terror político nos anos de chumbo na Itália e na Alemanha, na brasa dormida de quase duas décadas da herança impossível de 1968. Nas suas visões da nova guerra civil, Hans Magnus Enzensberger foi dos primeiros a entrever, e obviamente temer, “o vazio no centro do terror” que desde então descreveu, justamente, como um “*terror sem ritual*”<sup>[84]</sup>. Já vimos como ritualismo sem ritual é conosco mesmo, estamos apenas interpolando uma outra data na escalada. As elucubrações de Agamben em torno da hipótese Bloom – segundo consta, inspiradas por ele mesmo –, acerca das consequências explosivas da dessubjetivação endêmica causada pela proliferação dos novos dispositivos de governo, são anteriores à grande crise de setembro de 2008 – alguém se lembra? Certamente não mais, pois o estado de emergência econômica permanente no qual nos encontramos faz tempo tornou-se modo de vida. Deu-se então o que ninguém esperava. Conforme apertava o garrote da austeridade, as células Bloom adormecidas despertaram, mas despertaram menos terroristas e mais “indignadas”, de preferência conectadas em rede. No Brasil, foi o Grande Despertar “Coxinha”. Todos pela Paz, que veio preencher o vazio no centro do terror. Voltando então aos sinais que anunciavam os contradispositivos profanatórios, que por seu turno abririam caminho para o “comum”, é bom ter em mente um aviso histórico aos navegantes: no Brasil, Ingovernável mesmo só índio, sobre o qual o neodesenvolvimentismo de agora está passando o rodo da solução final. Para eles também, depois de Junho a paz será total.

MPL insurgente? Tem lá sua graça. Podendo parecer, inclusive, descabida, pois é praxe consolidada na literatura do movimento tratar os episódios maiores da luta pelo transporte coletivo livre como revoltas populares. Não começou em Salvador (2003) nem vai terminar em São Paulo (2013)? Certamente. Como também não é menos certo que algo de novo surgiu em Salvador com a Revolta do Buzu. Pela primeira vez, o que era para ser mais uma manifestação estudantil virou ensaio geral de uma revolta popular, na avaliação de Manolo. Nas suas palavras, “um evento de dimensões jamais imaginadas por quem quer que fosse”<sup>[85]</sup>. Mas não custa testar, à luz do presente exercício de imaginação política: ligar os pontos e reconhecer os sinais dentro da figura, nada mais, nada menos. Pois então, por falar em imaginação, se há alguma coisa que mexe, e bem lá no fundo, com a imaginação social e política das pessoas é a *circulação nas cidades*.

Ao começar a se organizar em plano nacional, logo após sua mais do que improvável vitória em Florianópolis em junho de 2004, derrubando o aumento das tarifas de ônibus, depois de ocupar por semanas as principais vias da cidade, nelas incluídas as duas pontes que ligam a metade insular da capital à sua extensão continental – vamos lá: profanação de um santuário estratégico –, o futuro MPL deve ter sentido que afinal tocara nalguma mola secreta ancestral, a ponto de arriscar uma profecia: “Todos demos o sangue pela vitória dessa atividade [sic], pois ela vai desencadear um processo de revoltas simultâneas jamais visto no Brasil”<sup>[86]</sup>. Dito e feito. Mesmo assim, o espanto não foi menor<sup>[87]</sup>. Nas palavras de um veterano da luta pela tarifa zero, não seria preciso quebrar muito a cabeça para desconfiar que a questão do transporte coletivo deve encerrar uma memória específica de anseios históricos tão fortes que, ao menor solavanco, vira uma revolta popular<sup>[88]</sup>. Como se um sentimento atávico de insurgência fosse reativado no calor de um confronto cujas raízes se perdem não na noite dos tempos, mas nos primórdios da urbanização capitalista.

Na greve geral que paralisou e amotinou a cidade de São Paulo em julho de 1917, no repertório variado da revolta, sem que houvesse encomenda ou precedente conhecido, lá pelas tantas, vários bondes foram sequestrados, os cobradores cruzaram os braços e os motorneiros, deixando-se levar pelos passageiros rebelados, porém em férias, embaralharam as linhas, conforme lhes ditava a fantasia daqueles viajantes de ocasião. Num cenário clássico de jornada insurrecional – tropas nas ruas, armazéns saqueados, autoridades sitiadas –, tudo se passa, na observação de alguns historiadores, como se o “espírito de carnaval” tivesse baixado na massa proletária em movimento, disposta a tomar ao pé da letra a ocasião única em que a sociedade estava saindo dos trilhos<sup>[89]</sup>. Aquele *détournement* dos bondes, na acepção “situacionista” do termo, seria mesmo um flagrante do mundo de ponta-cabeça, separações e hierarquias se quebrando, mas sobretudo confirmando a presença de um apelo original de ultrapassagem, algo como a transcendência de uma finalidade sem fim alojada num simples meio de transporte, num aparato técnico de indivíduos-pagantes num meio urbano reordenado pela produção de mercadorias.

Em seu sentido figurado, o substantivo “transporte” também significa arrebatamento, sensação de entusiasmo e êxtase, nos quais se apoia Paul Virilio para avançar o sinal – como de hábito – e concluir da existência, ao longo de toda história, de uma “errância revolucionária não expressa, não revelada”, a organização de um Primeiro Transporte Coletivo, que vem a ser a própria Revolução<sup>[90]</sup>. Demasia retórica? Talvez até seja, mas tomamos ultimamente um tal porre de Direito à Cidade que por vezes esquecemos de alguns nexos fundamentais, como a presença paradoxal da circulação em todas as revoluções, evidente, por exemplo, na persistência fossilizada na memória coletiva de alguns comandos antitéticos, como o “proibido estacionar” e o automatismo policial diante de qualquer ajuntamento, “circulando, circulando”<sup>[91]</sup>.

Essas afinidades eletivas entre Comuna Revolucionária e Transporte Coletivo transparecem novamente nos poucos dias de novembro de 1935 durante os quais a cidade de Natal esteve em poder dos sublevados, organizados numa junta governativa composta por um sargento, um sapateiro e dois funcionários públicos, sendo um deles trabalhador dos Correios. Entre outras providências expropriadoras imediatas, o transporte municipal passou para as mãos dos seus usuários, a rigor toda a população numa cidade de raros carros particulares, e, ao que parece, por iniciativa dos estudantes. Se o ar que se respira dentro da cidade deveria ser o da liberdade (deixando obviamente entre parênteses suas origens militares e atual destino de fortaleza urbana), então não seria descabido afirmar, na esteira dessas duas amostras nada triviais, que ao circular livremente por ela sentimos soprar na nuca um vento forte de utopia<sup>[92]</sup>, a qual, sem tirar nem pôr, o MPL, vitorioso nas ruas de São Paulo<sup>[93]</sup>, demonstrou ser possível e realizável bem antes que o longo prazo nos mate a todos. O que é ainda mais grave e inaceitável, nos marcos do capitalismo, como se diz na fraseologia da esquerda instalada eternamente na desvantagem da correlação de forças.

Seria um despropósito atribuir à concepção desbravadora de Henri Lefebvre uma versão barateada do Direito à Cidade, uma espécie de direito à visita ou acesso e usufruto daquilo que já existe, como David Harvey, por exemplo,

costuma lembrar sempre que esse novo direito entra em cena a cada nova rodada de “ocupe isso”, “ocupe aquilo”. Assim que a tempestade amainou e os manifestantes entraram na linha pacífica do bom senso, o resumo bem raso de toda a ópera de Junho passou a ser o seguinte:

Se, no início, ter um carro conferia ao seu proprietário pleno acesso a todas as oportunidades da vida urbana, em comparação com as condições dadas àqueles que usam os meios de transporte coletivo, hoje esta garantia não existe mais. Ainda que em condições mais vantajosas, os usuários de transporte individual também sofrem hoje para se deslocar, presos no congestionamento que eles mesmos provocam.

Reflexão equilibrada e razoável como tantas outras na mesma direção, que só citei por ter sido publicada exatamente um ano antes das manifestações. Mas poderia ter evocado igualmente, porém na contramão do debate, entre várias outras nessa linha, a lembrança de Thiago Benicchio a respeito do momento em que “trânsito” começa a virar Mobilidade Urbana:

Essa discussão sobre mobilidade urbana em São Paulo ganhou força nos últimos anos porque chegou a quem até então não era afetado por ela [...] quando essa pessoa [classe média] começa a levar uma hora e meia para ir ao trabalho [distante a não mais de 5 km, por exemplo] [...] isso se tornou um problema social. Identificado como “trânsito”.<sup>[94]</sup>

Mas a fila já vinha andando faz algum tempo. O capital pode ser um mecanismo cego de acumulação como um fim em si mesmo, mas não erra o alvo nunca. Estava muito claro durante a campanha eleitoral de 2012. Não havia marqueteiro que não alertasse seu cliente: é o transporte coletivo, estúpido! E não se trata só de voto. É que a fronteira dos grandes negócios urbanos está se deslocando, como sempre, quando o excesso do ciclo anterior arrisca paralisar o motor da máquina de crescimento justamente no pesadelo da imobilidade total. Não seja por isso: sinal verde para a demonização do transporte individual, e meia-volta dos fundos públicos para as devidas parcerias com o *big business* – modelagem financeira incluída – no setor dos “transportes em comum”, como se diz em bom francês – desmoralizando, de quebra, o “comum” dos novos comunistas –, a saber, no mesmo carrinho de compras: metrô, monotrilhos, trens metropolitanos, ônibus e mais ônibus em corredores e faixas etc.

Noutras palavras, o espectro do apocalipse motorizado pode estar mudando de mãos. Encomendada a peso de ouro ao escritório do arquiteto estelar *sir* Norman Foster, está sendo construída em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, a primeira cidade do planeta sem emissão de CO<sub>2</sub>, totalmente sustentável e tudo mais que se segue dessa palavrinha mágica. *Mas sobretudo e antes de tudo, nela não haverá carros*. As pessoas circularão numa espécie de bonde com paradas a cada duzentos metros deslocando-se sobre trilhos magnéticos e movidos por energia solar. Serão os únicos veículos autorizados a circular, *pois toda cidade pertencerá ao pedestre*. Coroando sua reentronização, esta bem-aventurada criatura, o pedestre, terá à sua disposição uma ampla praça onde deambular à sombra de imensos guarda-sóis que seguirão o curso do sol até se fecharem ao anoitecer para liberar o calor absorvido durante o dia. Nesse cenário de mil e uma noites e energia limpa, o carro saiu solenemente de cena, banido para as trevas exteriores do mal absoluto, enquanto estão de volta bondes e trilhos e tudo mais que puder confortar a imaginação apocalíptica dos integrados. Não é *showroom*, tem até nome, Masdar City, e está sendo de fato construída, porém lentamente, para tornar ainda mais devastador seu efeito demonstração. Se a moçada não ficar esperta e por descuido embarcar no realejo do “tudo pelo transporte coletivo” – como nos anos 1980 mordemos a isca do “tudo pelo social” –, logo estaremos chovendo no molhado dos novos gestores do negócio “coletivo”. A armadilha é poderosa. Mesmo Robert Kurz, num escrito memorável, “Sinal verde para o caos da crise”<sup>[95]</sup>, se deixou apanhar – de raspão, é verdade. Visando o fetichista do automóvel e do progresso pela aceleração tecnológica da mobilidade, amarrou o destino do impulso ao movimento livre ao “lugar nenhum” característico do indivíduo modelado pelo moinho capitalista, totalmente sem rumo por não querer deixar preestabelecer a sua direção de viagem. Não custa prevenir, como se viu: mesmo o mais execrável dos dispositivos, como a máquina-automóvel, nada poderia se não aprisionasse, a seu modo, algum desejo demasiadamente humano de felicidade. Voltemos ao projeto Masdar City, uma porta só aparentemente muito fácil de arrombar. Até o *New York Times* desconfia, ou pelo menos abre espaço para artigos “céticos” levantarem um pouco o véu que afinal recobre a culminação do conceito de *gated community*. Todavia, o abre-te-sésamo conjugado de carbono zero e *car-free city*, desenhado, além do mais, para hospedar a nata das companhias *cleantech*, torna irresistível o apoio dos Greenpeace e WWF da vida. E por aí vamos<sup>[96]</sup>. Há um outro ponto cego nesse consenso em torno da demonização do carro, o dispositivo de governo das condutas que passou a ser combatido por esse mesmíssimo governo das populações entaladas nos mais diversos aparatos técnicos. O que não falta é material na internet sobre Masdar City. Preferi, no entanto, uma outra fonte para a sumária descrição inicial, aliviando o recorte das devidas aspás para não ter de esclarecer de imediato sua origem, o filósofo francês Francis Wolff, que além do mais conhece muito bem o Brasil, onde lecionou durante um bom tempo. Pois abordando o tema proposto num colóquio recente realizado em várias cidades brasileiras – “o futuro

não é mais o que era”, uma das tantas frases célebres de Paul Valéry acerca da mutação dos tempos entre as duas grandes guerras do século passado –, Francis Wolff abre sua comunicação contrapondo ao futuro sem carro de Masdar o desastre rodoviário de Brasília, nosso futuro no passado<sup>[97]</sup>. Mas se Brasília era o futuro que chegou como um colapso, pelo menos era um futuro, e, se deu no que deu, o seu eclipse não se deve exclusivamente à tendência entrópica de um sistema de exploração baseado em energia fóssil e transporte individual. Ao passo que na perenemente limpa e reciclável Masdar, cujos habitantes andam sobre trilhos, tanto no literal como no figurado, o único horizonte é o presente, embrulhado numa embalagem futurista que reforça ainda mais a couraça da precaução securitária que envolve todo esse aparato preventivo, filtrando os sinais ameaçadores que o futuro lhe envia. E, no entanto, há quem sonhe com esse estado de alerta e vigilância permanente, transposto, é claro, para latitudes menos inóspitas. Como o nosso filósofo, por certo *cum grano salis*: “Sonhamos hoje com Masdar – ou melhor, sonhamos viver numa outra Masdar, longe dos Emirados, talvez perto de Paraty, em algum lugar mágico entre Rio e São Paulo”<sup>[98]</sup>. “*Luxe, calme et volupté*”? A reminiscência viria a calhar, mas não procede: o convite do poeta à viagem em direção ao Novo foi feito numa era de expectativas crescentes, cujo horizonte encurtou até o grau zero da mais explosiva das emergências. Contra as quais justamente proliferam tais bolhas de sonho que Mike Davis e Daniel Monk batizaram de “paraísos do mal” e Otilia Arantes, de “paraísos fora da lei”. Tudo somado, já que se trata de sonho e viagens, expectativas e experiências, o futuro há cinquenta anos e o presente indefinidamente expandido de hoje, a boa pergunta deveria ser: afinal, com o que sonha acordada e de olhos bem abertos “a população trabalhadora humilhada pela CPTM”, como escreveu em 2012 Ronan<sup>[99]</sup>, se o pesadelo da imobilidade urbana baixou sobre todos, motorizados e transportados? Irmanadas num abraço de afogados, utopia e distopia explodem, mas até agora só explodem – sempre que a circulação retorna ao primeiro plano. P. S.: Leio num magazine francês de variedades que o projeto Masdar City encalhou, mas não o argumento, pelo simples fato de que rende meganeócios e alimenta campanhas eleitorais.

Por que pulamos a catraca? Porque a Tarifa Zero é uma *utopia real*<sup>[100]</sup>. O que muda tudo. A começar – tendo em vista nosso exercício de imaginação política – pela hipótese da nova insurgência profanatória que teria vindo desmanchar o consenso em torno do processo de paz armada – ou, caso se prefira, pacificação – em curso no país e vulgarmente chamado de Transição, cujo aperfeiçoamento será por certo interminável<sup>[101]</sup>. Creio que São Paulo, 1917, e Fortaleza, 1935, deixaram claro que o simples gesto – por assim dizer, já que é o mais difícil de todos – de profanar um dispositivo de captura da livre circulação numa cidade segregada pela distribuição das funções do capital libera uma carga de energia utópica que parece muito longe de esgotada – como diz a lenda difundida pelos coveiros da Teoria Crítica. A imensa novidade é que dessa vez ela não se dissolveu no ar. Por meio da ação direta e autônoma, condensou-se numa molécula cujo princípio ativo em duas semanas converteu uma marola de 4 a 6 mil pessoas numa onda de 1,5 milhão em mais de 120 cidades. Não era o milênio, mas a queda de uma tarifa. Para ser preciso<sup>[102]</sup>, uma reversão da lógica da tarifa – outro ato profanatório? –, do seu aumento inercial, um ritual fetichista engolido pela população, entra ano, sai ano (*Oh, My God!* Abaixo da inflação!), para a sua redução crescente até o limite lógico da tarifa zero. E este limite lógico não é o cemitério do longo prazo, é um horizonte próximo, no qual todos os devaneios despertados pelo ato de pular uma catraca – todas as catracas da separação operada pela mercadoria – se materializam na real existência de uma cidade que só existia na expectativa de um dia poder se movimentar livremente por ela.

Se entendi alguma coisa da irrupção de Junho, não me surpreenderia reencontrar nos coletivos que planejaram tão bem a luta contra o aumento<sup>[103]</sup> quem, não obstante o planejamento estratégico evocado agora, não se reconheça num manifesto de mutação histórica como o sugerido, por exemplo, pelas seguintes linhas:

Há uma urgência nisso tudo [...] e agora há uma nova urgência, uma urgência do próprio tempo [...] as dimensões temporais do pensamento radical e revolucionário mudaram. Colocamos um crânio sobre as nossas mesas, como os monges de antigamente, não para glorificar a morte, mas para nos focarmos no perigo iminente e intensificar a luta pela vida. Não faz mais sentido falar em *paciência* [grifo meu, nem mesmo do Conceito, P. A.] como uma virtude revolucionária ou falar sobre “revolução futura”. Que futuro? Precisamos da revolução agora, aqui e agora. Tão absurdo, tão necessário. Tão óbvio.<sup>[104]</sup>

Então: não obstante o planejamento estratégico – vírgula – por isso mesmo. A utopia real de que começamos a falar é também esse *agora* de um paradoxal raio em céu azul calculado até na sua voltagem<sup>[105]</sup>. As sucessivas revoltas da catraca que culminaram na vitória de Junho reverteram o horizonte remoto dessa expectativa numa utopia real. Ao ressaltar o forte componente utópico de uma proposta (quem diria) como a do transporte coletivo gratuito – nada menos utópico do que uma política pública, cuja única razão de ser é incrementar a governabilidade das condutas, e estamos falando de “condução” –, João Alexandre Peschanski remete a uma especificação desse “real” na utopia, à definição de Olin Wright: “O *real* em ‘utopia real’ também explora alternativas [utópicas] para instituições dominantes, mas foca no problema da dinâmica das

consequências não-intencionais e autodestrutivas”<sup>[106]</sup>. A Tarifa Zero seria assim um antidispositivo híbrido, uma política pública autodestrutiva, mas autodestrutiva enquanto política pública, sendo o limite lógico da tarifa zero uma cidade fora do limite do capital.

Mas pode não ser, como relembra Peschanski. Do ponto de vista econômico, o transporte público gratuito não só não é incompatível com o capitalismo, como é até desejável e viável. Aliás, Lucas Oliveira, na mesma entrevista com Maria Carlotta, lembrava que recentemente um economista do BNDES publicou um artigo na *Folha de S.Paulo* chamado “Ônibus gratuito”<sup>[c]</sup>.

O que ele fala? Que o ônibus de graça desenvolveria a economia da cidade porque mais gente circularia. As pessoas gastariam o dinheiro do transporte em outras coisas, teriam uma mobilidade social maior, tendo uma mobilidade maior, aumentaria o PIB, aumentando o PIB, aumenta a arrecadação, então a médio e longo prazo se paga.

O real obstáculo a essa proposta de componente utópico diz respeito às relações de poder no capitalismo. Obstáculo cuja primeira barreira, mas só a primeira, foi transposta pela ação direta nas ruas. Um processo horizontal e autônomo, estrategicamente planejado para perder o controle da situação numa explosão antissistêmica, alcança finalmente um resultado tangível de alívio prático imediato num contexto de sofrimento social intenso.

Como indicado, sobre essa confluência finalmente realizada entre processo e resultado – depois de uma larga temporada em que os novos movimentos anticapitalistas sobrevalorizaram o processo, entendido e praticado como um “comunismo pré-figurativo” (Carl Boggs) em detrimento do resultado –, ver o capítulo de Pablo Ortellado no já citado *20 centavos*. Para uma conclusão na mesma direção, o artigo de Rodrigo Guimarães Nunes, que passo ato contínuo a citar para então voltar à interpretação de Ortellado.

Ao contrário de um Occupy Wall Street, que durante meses discutiu se era legítimo apresentar demandas, o movimento brasileiro desde o início teve algumas claramente definidas: fim das tarifas, fim das remoções, desmilitarização da polícia [...] a riqueza dessa luta, que lhe permitiu assumir ressonância tão ampla, está em partir de um objetivo claro, imediato e amplamente consensual (redução das tarifas) para uma discussão mais ampla (lucro das empresas, qualidade dos transportes) e objetivos de médio prazo (abertura das planilhas, passe livre para alguns setores etc.), apontando sempre para uma transformação radical das relações entre capital e trabalho, população e Estado (transporte de qualidade gratuito, financiado pela redução do lucro das empresas e impostos progressivos).<sup>[107]</sup>

Realmente bizarra insurgência, tão longe e tão perto. Afinal, que horizonte é esse? O mesmo Rodrigo Nunes oferece uma pista preciosa a respeito da esquina que estamos dobrando. Agora que a fórmula gasta escapou, o jeito é explorar o ato falho. Esquina da História são palavras de granito, daí a maiúscula. Esquinas e degraus se alternavam então na marcação de um tempo político ascensional. Hoje um Acontecimento como o Junho brasileiro é o seu próprio horizonte. O pacote filosófico de que se extraiu esse juízo sobre o *presentismo* dos acontecimentos de Junho não precisa ser desembulhado agora – estamos vendo o filme, aliás narrado enquanto transcorria. Vem daí a centralidade da mídia, e não se trata de conspiração, que, aliás, nela é congênita, não é uma patologia exclusiva de uma localização no espectro ideológico. Com o perdão do mau trocadilho, estamos falando da decisão nada épica ou heroica tomada numa manifestação de rua, digamos, historicamente desorientada, de dobrar nesta esquina e não naquela outra, ocupar uma Câmara Municipal ou seguir em frente etc. Ou melhor, quem está falando é o nosso autor, Rodrigo Nunes, rebatendo as críticas à falta de “direção” do movimento, segundo a cartilha conhecida:

Apenas organizações de massa podem ter “direção”; apenas uma estrutura formal de liderança, como a destas organizações, é capaz de formar uma vontade coletiva; na ausência destas organizações, há apenas ou uma multidão de átomos, ou uma turba disforme, facilmente manipulável.

Saudade eterna deixada pelo Século dos Chefes. (Estou citando o título de um livro notável de Yves Cohen<sup>[d]</sup>.) Não vou esmiuçar a original anatomia da massa em movimento proposta por Rodrigo Nunes<sup>[108]</sup>, embora seja tentador, sobretudo por sua “direcionalidade” se contrapor, e por aí assinalando a virada histórica que está nos concernindo, à marcha proletária militarizada analisada por Virilio. Seja como for, o tamanho do abalo explica a virulência das restrições: “Os partidos, sindicatos e movimentos organizados, que se julgavam detentores exclusivos do poder de mobilizar multidões, em que pese sua visível decadência neste sentido, depararam com o impensável: um movimento de massa sem organizações de massa”. Contraprova desse fosso dramático que se aprofunda? O fiasco da Jornada Nacional de Lutas, de 11 de julho de 2013, convocada pelas organizações da esquerda histórica – aliás, “fiasco”, Jair Meneguelli *dixit* em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, por ocasião dos trinta anos da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>[e]</sup>. O descompasso revela muito da disjunção dos tempos de que estamos falando. Salvo erro nas contas, somente dez dias depois do primeiro auge das manifestações caiu a ficha e uma plenária foi convocada para “começar a costurar uma plataforma unitária que pautasse [sic] os movimentos nas ruas”, como se pôde ler na imprensa de esquerda. Qual a

pauta? Um mamute de sete cabeças: “10% do PIB para educação; investimentos em saúde; redução da jornada de trabalho; transporte público; reforma agrária; fim do fator previdenciário; reforma política; reforma urbana; democratização dos meios de comunicação; contra a PEC da terceirização e contra os leilões de petróleo”. Todas as demandas obviamente fazem sentido e são notoriamente progressistas. Num certo sentido e no seu conjunto, elas são o progressismo brasileiro. E, no entanto, dos milhões de um mês atrás, nem sombra. Por assim dizer, é claro. Para contrabalançar, fiquemos com a avaliação de Lincoln Secco:

Diante das manifestações de junho, as centrais sindicais convocaram uma greve geral para o dia 11 de julho, algo que não ocorria desde 1991. Cerca de 200 mil pessoas participaram das manifestações em 57 cidades. A abrangência geográfica foi maior que a dos protestos de junho, embora o número de manifestantes fosse menor. Mas o impacto da greve foi maior devido à paralisação de transportes públicos em algumas capitais e pelo bloqueio de rodovias na maioria dos estados da federação.<sup>[109]</sup>

Avaliação clássica no melhor sentido do termo, precedida de uma outra: “Até o fim de junho, nenhuma greve importante acompanhou os protestos de rua – é preciso lembrar que, em 2012, houve 58% mais greves do que em 2011. Os movimentos sociais e os grupos da periferia das grandes cidades ficaram em compasso de espera”. É questão de verificar. Em todo caso, não se trata de Fla-Flu. À medida que se alarga o desencontro histórico entre a esquerda produtivista e a esquerda anticapitalista, vamos cavando nossa sepultura, ora com a mão direita, ora com a mão esquerda. O descompasso não poderia ser maior, sobretudo levando-se em conta a presença na rua de um novo e jovem proletariado, de escolaridade mais alta que a renda, entre outros atributos dissonantes identificados pelos especialistas. Na vasta literatura a respeito da entrada em cena deste novo personagem, será sugestivo confrontar um ponto de vista mais assertivo, “Sob a sombra do precariado”, de Ruy Braga<sup>[110]</sup>, com outro mais recente, “Brasil, junho 2013: classes e ideologias cruzadas”, de André Singer<sup>[111]</sup>. Descompasso, enfim, entre forma e conteúdo, como se depreende, entre tantas outras declarações de divórcio de parte a parte, desta fala de Mayara Vivian (MPL):

O fato de esses atos terem sido muito grandes e contagiados [sic] tem a ver com a forma política que nós tomamos, porque a forma não está dissociada do conteúdo [...]. A gente construiu uma nova cara, porque as pessoas se sentiram à vontade para estar naquele espaço, porque não tinha ali um carro de som vomitando um monte de abobrinhas na orelha delas. É, sim, uma nova forma política.<sup>[112]</sup>

Corrigindo: adequação entre forma e conteúdo dos dois lados. Quanto à praga do carro de som, chama atenção o fato de que seus adeptos, comprovando o argumento apenas sugerido linhas antes acerca do novo regime temporal do acontecimento político, projetem a mesma lógica da voz condutora na paranoia da mídia manipuladora. Não sei se o carro de som é da mesma família do trio elétrico, todavia são parentes na distribuição pelo alto do som que faz as pessoas dançarem à volta, seja palavra de ordem, seja refrão de música padronizada. Tampouco é meramente anedótica a implicância com bandeira de partido. Bem como a aflitiva insistência do outro lado. Quase um automatismo, neste último caso, aliás extremo: tudo se passa como se delegássemos a bandeiras e organizações, a esta altura mais rituais do que símbolos de um processo em marcha, a incumbência de acreditar por nós, enquanto vamos tocando nossas tarefas e agitando nossas bandeiras – adaptando, para o caso presente, as observações de Silvia Viana acerca da “espantosa importância que subitamente adquiriram as cores de nossas vestes”, creditando a dança inócua de tecidos e bandeiras na conta da política de administração de logos e campanhas<sup>[113]</sup>.

Como lembrado, o foco de Pablo Ortellado em *20 centavos* também é uma questão de adequação entre forma e conteúdo: vencemos porque, do princípio ao fim, dizíamos que queríamos a revogação dos vinte centavos de aumento, nada mais, nada menos, evidenciando, no entanto, a cada demonstração que tampouco negociávamos a carta anticapitalista pela qual se norteava a autonomia de todo aquele processo de ação direta. (Mais adiante veremos que este não é o único foco na sua importante avaliação do legado dos protestos de junho.) Numa palavra, vencemos, ainda parafraseando o autor, porque soubemos conciliar a preservação da lógica libertária da autonomia, cujo horizonte nunca é menos elevado do que a desmercantilização da vida, com a meta “curta” de uma revogação cifrada em menos vinte centavos. Na praça Tahrir, havia uma única demanda: a saída de Mubarak. À pergunta lançada aos ativistas do Occupy Wall Street, “qual é nossa única demanda?”, depois de muitos comunicados ziguezagueantes o movimento anunciou enfim sua única demanda: “Acabar com a pena de morte é nossa única demanda... Acabar com a desigualdade de renda é nossa única demanda... Acabar com a pobreza é nossa única demanda... Acabar com a guerra é nossa única demanda”. Aos olhos do autor, passaram um atestado de cegueira tática e estratégica, ao contrário do MPL, que saiu à rua em busca de um resultado. “Os sonhos dos ocupantes não cabiam em uma demanda única. O movimento decidiu que não queria os seus vinte centavos”, conclui Ortellado. Desafiada por Junho, que lhe roubou as ruas, a esquerda histórica brasileira fez subir aos céus de Brasília uma estrela de onze pontas, o resumo numa única jornada de todo o Projeto Democrático Popular velho de guerra: o eclipse foi visível a olho nu, descontadas todas as ocorrências promissoras elencadas por Lincoln Secco. Depois de Junho, veremos quem (e como) sairá atrás de seus vinte centavos, que, sem dúvida, não é fácil

encontrar. Os herdeiros de Seattle, ou Salvador/Florianópolis, levaram uma década para descobrir que não é nem a Economia nem a Questão Urbana (estúpido?), mas os vinte centavos. Para tanto, como vimos, foi necessário que vários consensos-tabu fossem quebrados ao longo do processo, abrindo caminho até esse resultado. As profanações do visionário Silvio Mieli – pelo menos naquela nota ainda mais enigmática por parecer contrabandeada no espaço que a acolheu. Logo veremos a mais sacrílega delas: a profanação da estratégia da não violência. Mais uma vez: jamais esquecer, como se esqueceu na hora em que a tática *black bloc* tornou-se a bola da vez, a dimensão inédita assumida pela tática da ação direta adotada pelo MST – ocupar, resistir, produzir –, que lhe rendeu de volta a fúria assassina dos proprietários e seu braço estatal. Pergunto-me se a lembrança de Pablo Ortellado em torno da tensão entre processo e resultado, ao se deter no marco simbólico que foi a Marcha sobre o Pentágono, em 1967, também não tocou num aspecto importante das profanações políticas de agora, ao que parece nascidas naquela marcha batida rumo a Maio de 1968, na sua definição, “a capacidade mobilizadora da performance contracultural, além da sua potência processual de pura diversão”, evocada a propósito da sugestão de algumas cabeças de vento de fazer o Pentágono levitar com milhares de pessoas entoando o mantra “Om”, descartada por se tratar de incompreensível futilidade que poria a perder anos de trabalho de conscientização contra a guerra no Vietnã. Sabemos que depois de quase três décadas de hibernação essa potência processual voltou à superfície com as heresias políticas do zapatismo para reemergir em Seattle e, por fim, desembarcar em São Paulo no início dos anos 2000, cavando nos subterrâneos da avenida Paulista até ressurgir nas campanhas preparatórias de junho, já nos anos 2010.

### Com a palavra, o próprio MPL:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles [...] é assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instruídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do Prefeito que aumentara a passagem em vinte centavos.<sup>[114]</sup>

Principiamos por uma astúcia clássica – mas agora, a da razão insurgente –, o bloqueio que se volta contra si mesmo para obter o efeito oposto, a imobilização como antecâmara disruptiva da livre circulação, posta no entanto em movimento pelo choque direto, pelo confronto *sem mediações*, processo ao longo do qual “as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano”<sup>[115]</sup>, para então ultrapassar um limiar inédito, o da “verdadeira gestão popular”, no caso, da política tarifária. Veremos, quando chegar a hora das novas licitações exigidas pela legislação, em que pé estará essa gestão às avessas, mas nem por isso menos gestão. A proposta de componente utópico seria então a prática concreta da gestão popular? Essa a utopia real prestes a se materializar numa cidade sem catracas? Insurgência passou a rimar com gestão<sup>[116]</sup>? Não é sarcasmo, mas reticência objetiva. *A contrarrevolução sem revolução, em curso há três décadas*, que apenas padecemos e não vemos mais, gira precisamente em torno de uma reviravolta gerencial de tudo e qualquer coisa “governável”, a começar pela força de trabalho que circula por um sistema de catracas chamado cidade. Numa palavra, *nunca fomos tão governados*. Gestão sem governo, então? Por enquanto, um enigma, de cuja solução apenas encaminhada dispomos, desde Junho, de um imenso ensaio geral. Fica a descoberta atônita de que a insurgência que vem, ou está chegando, envolve um momento perturbador de desgoverno, de abalo sísmico do regime normativo dominante: *simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim*<sup>[117]</sup>. Daí soar como um escárnio grotesco o reflexo pavloviano da Reforma Política, toda vez que parece tocar a campainha salivadora do “vocês não me representam”.

A utopia real armazenada numa proposta tão disparatada quanto sensata não teria surgido no horizonte se o tabu da luta política na rua não tivesse caído. Foram mais de duas décadas de sono dogmático. A regressão ao longo de nossa transição permanente foi tão avassaladora – há quem fale até numa sorte de retrocesso antropológico a propósito da involução que então se cumpriu em nossa capacidade de *agir*, em proveito da propensão a *fazer* cada vez mais coisas, no geral prescritas por um comando invisível<sup>[118]</sup> – que mesmo nos observadores menos anestesiados, a tendência inicial é sempre a de trivializar o acontecido em Junho, percepção niveladora encaminhada, aliás, pela banalização da presença dos jovens nas ruas de uns tempos para cá. Desde então, uma das coisas prioritárias a fazer, no geral multiplicadas na forma de “eventos”, tem sido ocupar os jovens nos fins de semana justo com a “ocupação” de um espaço público convenientemente selecionado para a “atividade”. Tudo virou ocupação, até residência em teatro, e o que era para ser solidariedade foi se tornando rubrica em planilha, embora o termo “residência”, de inspiração hospitalar, já não fosse menos infeliz. Ocupações intransitivas, portanto, de sorte que a “bandeira” (é preciso ter uma sempre, fora as carimbadas pelos partidos de praxe) que une os jovens agrupados em tais ocupações só pode ser a própria ocupação. Mobilizações em torno do nada, como as chamou Silvia Viana<sup>[119]</sup>. Mas é precisamente disso que se trata, como logo adiante veremos, que não haja nada no centro do redemoinho. Foi dessa maneira que se inventou o protesto sem protesto, como conclui a mesma autora<sup>[120]</sup>.

Pôr jovens na rua era e é um negócio, mas, como toda economia é política, o segredo desse negócio é a mobilização enquanto tal, tanto faz se movida a editais, ONGs oficiais, isso ou aquilo em rede, programas assim ou assado de alguma secretaria ou ministério, e por aí vamos, entra ano, sai ano, nessa espantosa fábrica de consensos e consentimentos em que o país se converteu. E de baixo para cima, desde o chão da fábrica social. Numa sociedade-empresa, tudo se mobiliza a partir dessa matriz, e pelo envolvimento através do zelo dos esfolados, pois não há outro jeito de tolerar o intolerável do que participando, e não há melhor escola de cooperação do que o próprio trabalho<sup>[121]</sup>. Contrapondo-se à onda de movimentos que reivindicam a cidade por meio de organizações, no geral em rede, ligadas à produção cultural, o coletivo *Passa Palavra* foi direto ao ponto cego dessa coreografia urbana:

Desde há muito que o capitalismo não se reafirma como forma social unicamente através da repressão. De tempos em tempos, as técnicas de poder precisam ser renovadas e, ao contrário do que se poderia supor, a principal característica destas novas (ou não tão novas) engenharias de controle não consiste mais em manter os dominados imóveis e apáticos frente aos problemas sociais. Ao contrário, tanto mais ela funcionará quanto mais mantiver os de baixo engajados e participativos, contanto que isto aconteça dentro de espaços preestabelecidos. É trazendo para a luz iniciativas que antes ocorriam à sombra que as empresas e os governos asseguram a manutenção de seus privilégios. E, em se tratando de forças renovadoras, a atuação sobre a juventude ganha especial importância.<sup>[122]</sup>

Um dos choques insurgentes de Junho consistiu justamente na profanação desse confinamento. Mudou-se o curso da mobilização, fazendo a moçada adestrada por sucessivas idas forjadas à rua voltar mais uma vez às ruas como de hábito, mas agora na direção oposta. Não foi da noite pro dia. Fazia algum tempo que outras marchas também vinham na contramão, pois então foi como tirar o dedo de um dique, como lembrado, prestes a se romper: quebrou-se o feitiço.

Existiam alguns consensos quando a gente começou a luta contra o aumento. Um deles é que as mudanças se faziam por dentro das instituições, por dentro do Estado ou por meio das eleições. Não seria possível barrar o aumento e a maioria da sociedade apoiava as medidas do governo. Esses três consensos caíram em treze dias.<sup>[123]</sup>

No que emenda a constatação dos jornalistas Cristiano Navarro, Luís Brasilino e Renato Godoy:

As mobilizações pela redução das tarifas reintroduziram estratégias de lutas nas ruas até então abandonadas no país. Com a força de um tsunami, o povo trocou abaixo-assinados, *lobbies* e petições online por marchas, cartazes, pedras e pichações em disputa física pelo rumo da sociedade.<sup>[124]</sup>

Dito isso, estamos longe de desatar o nó, *a conversão do extraordinário em cotidiano*, na fórmula inspirada de Maurício Carvalho, do movimento Juntos!<sup>[125]</sup>. E quem assim formulou o programa do próximo passo depois dessas semanas milagrosas de “renascimento libertário da rua”<sup>[126]</sup> certamente não tinha em vista algum equivalente daquilo que os sociólogos, leitores ou não de Weber, gostariam de chamar e ver acontecer, uma rotinização do carisma, que sem dúvida está à espreita, como atesta o simples tropeço na palavra “gestão” e seus derivados, para não falar na areia movediça da *participação*. No caso da juventude que foi para a rua, o melhor meio de governá-la, como tentou mostrar Fábio Candotti. Como as ruas não podem ficar o tempo todo ocupadas, o que fazer? O fato é que as duas semanas “em que começamos a vencer”, quando caíram em treze dias os consensos da “política”, tal como a conhecíamos e consensualmente reforçávamos a sua existência numa esfera separada de poder (Estado, instituições, eleições), deixaram uma herança sem receita, um acerto histórico com cara de pedra no caminho. É só comparar: ao contrário dos Indignados europeus, que continuam, com razão, indignados e ocupando praças conforme vai apertando o garrote da austeridade, a rua brasileira tinha uma agenda precisa de apenas vinte centavos, porém do tamanho de todo um ciclo de humilhações no transporte público e privações de toda sorte. E o fato não tão simples assim de estar junto nas ruas pôs em circulação um poder ainda não identificado. Uma experiência inédita que a inércia da pergunta

clássica, tributária do antigo regime abalado, mas não abolido, irá por certo esterilizar: a partir de agora, como ele vai ser exercido, esse poder construído pelas ruas? Apostando no rejuvenescimento do modelo participativo? Mas se até mesmo quem aposta nessa alternativa que estimula a participação mas não dá poder e parece que foi enterrada de vez em junho está com a pulga atrás da orelha? Seus coveiros tampouco têm resposta, seja quando encaram, seja quando negam sua condição de gestores públicos virtuais. Não por insuficiência congênita, mas porque a pergunta pelo poder e seu exercício no governo dos homens e na administração das coisas é velha de quase dois séculos.

Mobilizar desmobilizando ou desmobilizar mobilizando? Bem que Sônia Fleury, referência no âmbito das políticas sociais, avisou. Mais ou menos nos seguintes termos. Em princípio, conseguimos inscrever na Constituição de 1988 “todo um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado”. E continuamos ativando isso todo tempo, multiplicando todo tipo de Conferências Nacionais disso e daquilo, porém o real poder de decisão estava passando cada vez mais longe desses tais espaços participativos, se é que algum dia passou de fato. Um bom exemplo, bem no olho do furacão:

A questão dos megaeventos mostrava muito claramente que o processo decisório de definir quais são as prioridades, para onde vão os recursos, estava se passando entre governo e empresários. Esse *gap*, essa contradição tinha que, num dado momento, estourar, emergir. Porque se fosse só um modelo de decisão fechado, empresarial (a cidade mercadoria, que nós vamos vender), e de repressão total, esses modelos combinam. Agora, é um modelo de ativação por um lado e, por outro, de centralização e concentração do poder [...]. Esse modelo não era desmobilizador como na ditadura: ele era mobilizador e centralizador ao mesmo tempo. Isso tinha que dar errado em algum momento.<sup>[127]</sup>

Por isso, continua, discorda dessa cantilena do gigante que acordou: “Não é verdade, as pessoas estavam ativas, estavam participando, mas infelizes e insatisfeitas”. Não foi por falta de avisos internos. Um ano antes, em julho de 2012, o cientista político Adrian Gurza Lavalle, embora ressaltando a quantidade e a pluralidade de instituições participativas que fazem do Brasil um caso único, e depois de relembrar que a noção de participação “nasceu atrelada a um conjunto de atores sociais que reivindicavam autonomia em relação ao Estado e às mediações políticas tradicionais”, apontou que as peculiaridades de nossa transição – mais uma vez, estou muito longe de ser o único a insistir nas anomalias de nossa longa normalização depois de um regime (tradicional) de exceção – fizeram com que a participação, absorvida pelas estruturas estatais,

fosse se tornando um discurso institucional e uma categoria de operação do Estado [...]. Hoje, a ideia de participação não é mais aquela carregada das energias utópicas dos anos 1960 a 1970 [...]. A noção de participação e as práticas a ela associadas passaram a funcionar também como uma parte da linguagem e das instituições do Estado.<sup>[128]</sup>

Ainda segundo o mesmo pesquisador, não é muito difícil atinar com a inflexão na origem dessa exaustão, da sempre lastimada exaustão da antiga energia utópica: mudou o *front* da luta de classes, se é que não se desmanchou, e já chegou mudado na Constituinte, redefinindo, mais uma vez, o rumo da transição.

A participação tinha um claro viés popular e classista. Era a participação dos que não têm vez e, portanto, não se refere aos ricos influentes e já bem representados no poder. Esse discurso classista foi mudando, e uma nova concepção se consolidou na Constituição de 1988, porque não se podia instituir um modelo participativo feito para uma classe específica. A participação popular se tornou, então, participação cidadã.<sup>[129]</sup>

Abriu-se então a porta dos espaços participativos, agora instituições participativas, e, sobre a rubrica da palavra “cidadã”, por ela entraram os reais condutores da Transição. Continuemos nessa brevíssima genealogia de nossas tecnologias sociais de desmobilizar mobilizando o corpo dos governados. Cinco anos antes da radiografia que se acabou de ver em 2007, a ex-secretária-executiva do Ministério da Cidade (2003-2005), Ermínia Maricato, afinal admitia: “Nós batemos no teto. Nós batemos no teto da produção acadêmica. Nós batemos no teto dos movimentos sociais, nós batemos no teto das estruturas democráticas”<sup>[130]</sup>. E como estamos vendo, batemos no teto subindo por uma escada que nós mesmos ajudamos a construir. Os degraus dessa escada, não custa insistir, são formados por dispositivos sociais, um conjunto de práticas e conhecimentos cujo objetivo é governar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens – na formulação filosófica bem conhecida. Mais uma vez: *políticas públicas* é o nome genérico de um desses dispositivos. Assim sendo, é possível dizer que era esta a ironia que dava título ao artigo em que Ermínia anunciava que estava partindo para outra – “acho que precisamos reinventar a luta” –, a saber, “Nunca fomos tão participativos”, querendo dizer não o oposto, mas o seu avesso constitutivo, como já pudemos observar, *nunca fomos tão governados*, completando-se assim a escalada da fabricação da sociedade consensual em que a Transição nos converteu: nos anos 1980, nunca fomos tão engajados – para glosar outro título célebre; desde o processo constituinte, nunca fomos tão participativos; com o “engajamento” das empresas socialmente responsáveis somando-se à malha cada vez mais fina da rede de políticas públicas, pode-se então concluir que nunca nos governamos tanto. Podemos pelo menos imaginar que

Junho veio para abrir esse ferrolho. Creio que também pensam assim as pesquisadoras Anna Luiza Salles Souto e Rosângela Dias Oliveira da Paz, que acabam de coordenar uma pesquisa sobre as institucionalidades participativas existentes hoje no país, conforme contam em entrevista a Francele Cocco. Não sei se queriam ou não marcar o fosso que nos separa do que também chamam, por sua vez, “as utopias em torno da democracia participativa”, mas o fato é que principiam por uma evocação do movimento dos sanitaristas lá pelos idos de 1970, cujos conselhos de saúde foram a fonte inspiradora de outros conselhos, para ir chegando aos poucos – depois de levantar os 71 conselhos e 74 conferências só no período lulista de 2003 a 2010 – à constatação nuançada o suficiente, mas não menos contundente, de que existe de fato um núcleo duro no projeto do governo que não interessa abrir ao debate, para não falar em participação. Numa palavra, são áreas rigorosamente blindadas. A palavrinha mágica, não por acaso, fala por si mesma: são áreas estratégicas. Já o governo do social admite quantos conselhos e conferências se quiser.

(E mesmo esse tópico está pedindo revisão, se é verdade, como também observou Sônia Fleury, que o dito “social” conheceu uma involução muito característica de todo o processo pacificador pós-ditadura. Entendido nos anos 1980 como o primado dos direitos, passou por uma abordagem econômica nos anos 1990 (repaginado como combate à pobreza), para se tornar agora uma “questão de segurança”, mas obviamente não mais nos moldes da República Velha, os dispositivos agora são outros. O que muda tudo, como estamos argumentando desde o início. O pesadelo de uma insurgência difusa foi sonhado na prática da pacificação armada do social, de cuja linha involutiva trata precisamente Sônia Fleury nos termos que se viu, e não creio deturpar o sentido se disser que vão na mesma direção, como se pode confirmar na entrevista que estamos citando:

E isso [o fato de o social ter virado uma questão de segurança] não é pouca coisa: aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, o secretário de Assistência Social é um delegado, a Saúde está ligada aos bombeiros. Você tem um primado não mais do direito, mas dos órgãos coercitivos, articulando todo o social [...] essa ideia de que nós vamos inserir todo mundo dentro do Bolsa Família, e vamos inserir todo mundo consumindo, pode construir mercado, mas não constrói sociedade. A gente que está pesquisando já estava vendo esse problema. Via com muito mais dramaticidade nas favelas, onde o direito estava entre aspas, onde você tem um regime de exceção em termos de direito de se reunir, de manifestações culturais. Esse poder discricionário que foi dado à polícia na favela se mostrou sem nenhum pudor nas manifestações [...]. Quando antes você levantava essas questões de desaparecimento de pessoas, da violência da polícia, todo mundo perguntava: “E o que você quer, então, que volte o domínio do tráfico?”. Como se só existisse o domínio da coerção, de um lado ou de outro.

É só ligar os pontos e concluir: “Isso não é democracia; pode ter eleição, mas democracia não é”. É pacificação permanente. E se a hipótese for plausível, não se trata apenas de revisão de todo o modelo da institucionalidade participativa, cuja erosão, como foi dito, se confunde com o seu próprio funcionamento. Com certeza, será mais uma vez modulado para gerir a nova conjuntura aberta pela insurgência de Junho.)

Voltemos ao balanço de Anna Luiza Salles Souto e Rosângela Dias Oliveira da Paz. Os grandes projetos correm por fora, continuam, e não se trata apenas de economia ou áreas estratégicas, como energia – tal como nos bons velhos tempos geiselianos. Não só Minha Casa Minha Vida nasceu na Casa Civil em tratativas com as sete irmãs empreiteiras que se sabe, todo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) corre por fora, e por aí vamos, de escuta em escuta, como se diz no jargão da autenticidade social, ora mais forte, ora menos, e sempre existem atores que berram mais alto. “Nos ocupamos demais com as institucionalidades e esquecemos as ruas.” Ocorre, nas palavras das pesquisadoras, justamente apreensivas com o desafio das ruas, que o “cacife da democracia participativa é a mobilização”. Estamos vendo – espero – que a mobilização total, com a qual o capitalismo se confunde ao banalizar, amalgamando-os, guerra e trabalho, mal se distingue de uma não menos total imobilidade, ou girar em falso perpétuo, como se queira. Por isso, fica a dúvida, não sei se compartilhada pelas autoras, que concluem a entrevista ainda sob o impacto do primeiro Junho, pois o segundo está a caminho, com calendário, agenda e tudo: “As próximas conferências serão o termômetro: as ruas vão conseguir ocupar conferências, ‘invadi-las’ com seus temas? Para além de querer mais saúde, mais e melhores políticas públicas, as ruas estão falando: nós queremos participar”<sup>[131]</sup>. Resta saber se as ruas e as conferências estão falando da mesma participação. Se fosse esse o caso, as revoltas de Junho teriam cumprido uma inusitada “revolução” de volta ao ponto de origem.

É hora de começar a olhar para o outro lado. O que não chegou a nenhum resultado. Nem chegará, talvez até nem pretenda. Aliás, não é minha a distinção, mas dos autores do balanço *20 centavos*, ao qual já nos referimos em mais de uma ocasião, e penso que não seja só deles. Como se pode ler na conclusão do livro, “os protestos de junho deixam dois legados opostos: de um lado, a explosão de manifestações com pautas difusas e sem qualquer orientação a resultados; de outro, a luta contra o aumento conduzida pelo MPL com profundo sentido de tática e estratégia”. Os autores não têm dúvida quanto à importância relativa de ambos, ao ressaltar a dupla vitória da tendência que soube superar o principismo no qual a outra se debatia:

A dupla vitória de reduzir o custo das passagens e trazer para a centralidade do debate político a tarifa zero por meio de uma ação autônoma com uma estratégia clara é o mais importante legado dos protestos de junho. Ele não é apenas um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil, mas um modelo de ação que combina a política horizontalista e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia.<sup>[132]</sup>

Quem sou eu para arbitrar? Cabe, no entanto, a dúvida: teria sido mesmo possível derrotar a maior concentração urbana de poder e dinheiro do país, como é o caso da máquina de crescimento chamada São Paulo, e ainda mais num ponto de honra midiático, onde a capitulação beira o suicídio político, sustentar a nota durante treze longos dias sem a intransigência principista da vertente indiferente a resultados, não teria sido esta mesma evidência pública do inegociável o sinal de virada de todas as humilhações acumuladas? Sei que a resposta será sim, que essa dimensão “antipolítica” é constitutiva do novo paradigma de luta que desfaz o consenso da paz armada – daí a necessidade do choque –, o consenso das “mediações” e representações que se multiplicam e replicam em torno de coisa nenhuma. Já ouvi até muito ativista admitir que sem a mão de gato da tática heterodoxa que se viu em ação, e que aliás ninguém encomendou, mas não surgiu do nada, o aumento da tarifa muito provavelmente não teria caído.

Recapitulemos. Os vinte centavos a menos não caíram do céu. Tampouco o céu foi tomado de assalto à maneira clássica. Foi preciso muito bloqueio, muito ônibus depredado, muita lixeira queimada, muito enfrentamento com a polícia, mas também muita assembleia de rua. Como lembrado mais uma vez, foi preciso, enfim, adicionar à desobediência civil uma forte dose de todas aquelas práticas que a paz armada de nossa interminável transição colocou na ilegalidade – ou manteve. Para que os vinte centavos caíssem foi preciso então *profanar*, nos termos de nosso visionário Silvio Mieli – algo muito mais intolerável que as vidraças quebradas de agências bancárias e assemelhados de marca de luxo –, os santuários do único monopólio que realmente importa, e pior, por gente comum, autoconvocada, monopólio cuja lei não escrita proíbe, desqualifica e demoniza “tudo o que poderia ser eficaz porque realizado diretamente. Nessa concepção de vida pública, toda e qualquer iniciativa cabe exclusivamente ao Estado, às instituições e às autoridades”. Quem gritou “Mais Estado!” – um blog paródico gerado em Belo Horizonte abriu cadastramento para um programa Mais Vândalos! – achava por certo que estava se contrapondo ao suposto “Mais Mercado!” da direita nas ruas, cujo Fla-Flu, aliás, não é assim tão raso, pois a direita leu o seu Polanyi e sabe muito bem que o mercado é uma construção política do Estado; quem gritou “Mais Estado!” na verdade estava mesmo era desconcertado e ressentido com tamanha ingratidão, com o rumo assumido por tais atos profanatórios de insurgência, seja qual for o conteúdo de experiência que uma tal visão venha uma hora precipitar. E por isso mesmo, tais anomalias são politicamente inassimiláveis, a depender, é claro, de como conseguirão transformar o extraordinário em cotidiano, para voltar à frase programática de Maurício Carvalho, do coletivo Juntos!. Mas o ponto não é este, e sim o que restou e parece não chegar a lugar nenhum, raciocinando ainda em termos de processo e resultado. A tal pauta difusa. Ou melhor, a ameaça difusa que ficou pairando no ar, depois que o perfil da moçada baixou ao se retirar para um discreto segundo plano, evitando talvez ser pacificada antes da hora.

Não é fácil achar o outro lado. Nele, tudo é difuso: sua indignação, sua pauta, sua ameaça. E, como vimos no caso do cão sem nome nem dono, a “insurgência” nasce antes do tempo pelas artes do seu contrário. Também parece ser este o caso da expressão “ameaça difusa”. Ela pode ser encontrada, dormindo ou prestes a dar o bote, num editorial da *Folha de S.Paulo* de 22 de julho de 2001, “Rebeldia primitiva”. O responsável pela ressurreição daquela peça do nosso museu da ideologia é o sociólogo Adalberto Cardoso, cujo artigo, no qual se dá o referido registro, logo mais passamos a comentar, para não dizer abusar sem a menor cerimônia, tal o valor arqueológico do achado<sup>[133]</sup>. Para variar, o editorialista encarregado de dar o recado da empresa que edita o jornal passou por algum curso de sociologia, quem sabe USP, também para variar, dando a entender que conhece o livro de Hobsbawm sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais, *Rebeldes primitivos*<sup>[134]</sup>. Não só dá a entender, mas seus temores sugerem que o compreendeu muito bem. Mesmo estando obviamente cansado de saber que não há mais banditismo social, muito menos movimentos milenaristas, no Brasil e no mundo na entrada do século XXI, como tampouco ainda existiam tais irrupções anacrônicas de violência pré-política no tempo em que Hobsbawm concluiu o seu livro, um sexto sentido, digamos, atávico para os “repentes de fúria” que marcaram um passado nem tão remoto assim no país o deixou de sobreaviso. Não era para tanto, afinal o século a que Hobsbawm confiara a prova da atualidade de sua

curiosidade de historiador – como escreveu, foi a consciência política que aqueles rebeldes primitivos adquiriram que tornou o século XX o mais revolucionário da história – acabara de morrer e ser enterrado como sinônimo de catástrofe. Mas não sua visão dual da fratura brasileira, que a década que se passara aprofundara ainda mais, quase nas suas mesmas palavras: de um lado do fosso, os amplos setores da sociedade cuja lógica de reprodução é a da desagregação social, do outro, a minoria globalizada, afluyente e influente, dois mundos cada vez mais incomunicáveis entre si. E se estranhando mutuamente. No alto da pirâmide, “um Estado em crise de financiamento, em boa medida alheio à grande maioria da população, dando acesso privilegiado a minorias organizadas e elites bem posicionadas” – e isto que o poder incumbente de turno desembrulhara todo o pacote conforme lhe encomendaram investidores e organismos multilaterais, verdade que eram tempos de apagão e os apoios começavam a minguar. Mas, olhando para o alto dessa pirâmide, “o que os diversos setores da sociedade brasileira, aos quais os frutos do desenvolvimento não chegam”, avistavam não deveria ser muito diferente do que os seus ancestrais primitivos e rebeldes entendiam por Estado, “soldados e policiais, prisões, cobradores de impostos, talvez funcionários públicos”<sup>[135]</sup>.

Ironia dos tempos históricos à parte – um Estado inacessível, cada vez mais reduzido ao seu mínimo denominador coercitivo, e inconformismos cada vez mais “arcaizantes” –, passemos ao inventário da desagregação naquele ano de 2001. No topo da lista, um clássico dos medos urbanos de então, os morros cariocas sob o domínio de um suposto Estado paralelo, tal qual o oficial ausente, mesclando brutalidade e intimidação ao arremedo pirata de alguma provisão social. Todavia, ao editorialista esclarecido interessa menos esta imagem inquietante porém chapada da desintegração em curso do que os termos cotidianos desse processo, a saber: as taxas endêmicas de quebra-quebras, saques e linchamentos, que só alcançam o noticiário, irrompendo em ciclos mais agudos ou frequentes, por algum motivo extraordinário, como nos casos mais recentes da seca castigando o Nordeste; a anarquia a que foi entregue Salvador nos piores dias da greve da polícia; o enésimo protesto de comunidades cariocas reagindo às arbitrariedades da polícia; dias depois, perueiros e polícia se enfrentando em Belo Horizonte. O panorama se completa com uma referência no citado editorial a dois parâmetros que permitiriam avaliar com precisão estatística o crescente embrutecimento do dia a dia na cidade de São Paulo:

Na sexta-feira, outro ônibus foi incendiado. Em 2000, a Prefeitura computou 636 depredações nestes veículos de transporte de passageiros; 38 foram queimados. Como as chacinas, que somaram 53 no ano passado e mataram 185 pessoas, os ataques contra ônibus vão ganhando status de rotina paulistana.

Não sei se deliberadamente buscada ou não, essa contabilidade em duas colunas – pessoa chacinada, ônibus queimado – é um retrato de época tão revelador quanto o seu barateamento pelo registro administrativo. Seja como for, salvo a ressaltada rotina sinistra, ao contrário dos ataques a ônibus, não há como incluir as chacinas no rol dos “protestos difusos e violentos”, cuja escalada inquietava o editorialista. Sendo assim, por que entraram na conta? Os corpos acumulados dos chacinados estariam enviando algum recado? De qualquer modo, o editorialista estava bem longe de ignorar – daí o bocejo cínico com que alinha os automatismos paralelos – que também se incendiam ônibus em protesto contra a violência policial desenfreada<sup>[136]</sup>. Ontem rotina – assinalada como quem destaca uma singularidade cultural –, hoje instituição.

Pois foi a persistência dessas ondas incendiárias que despertou a imaginação do sociólogo Adalberto Cardoso, raciocinando, aliás, como todo mundo, diante da evidência do estopim dos protestos, só que na primeira hora, quando a grande queima de ônibus mal começava a extrapolar a rubrica do *faits divers*. Mas justamente não se trata de um estopim qualquer, como sabemos. E o MPL foi obviamente o primeiro a encarar o paradoxo da utopia real em chamas, aliás, nem tão paradoxal assim, salvo a afinidade ancestral entranhada na imaginação do fogo entre destruição purificadora e libertação – tanto quanto o seu contrário: é só pensar no destino da Comuna de Paris segundo Zola, para não falar na mitologia wagneriana<sup>[137]</sup>. Não é esse o terreno do MPL, mas uma “tocha gigante”, como a *Folha de S.Paulo* se refere à piromania que teria tomado conta ultimamente das ruas da capital<sup>[138]</sup>, sempre comove, quanto mais não seja, pelo próprio poder hipnótico do fogo. No extremo oposto, o incêndio de favelas, criminoso mesmo quando é acidental, para não falar (como sempre) no *Reichstag*. Mas só agora o terreno da luta, e os dispositivos que o atravancam, parece óbvio, pois o transporte não é apenas ruim, é ruim há muito tempo:

As pessoas destroem os ônibus, e destroem recorrentemente os ônibus, por algum motivo. Se da década de 1940 até 2013 as pessoas continuam quebrando ônibus em momento de revolta popular, é preciso pensar por que as pessoas estão fazendo isso. E é porque aquilo é considerado por elas uma forma de opressão. É considerado algo terrível e violento. Porque não se escolhe aleatoriamente um alvo em um quebra-quebra. Não é uma escolha aleatória. Então, se destrói o ônibus porque ele é o símbolo de um cotidiano opressor, de um cotidiano violento. E aí ganha uma força e uma capilaridade muito grande. Porque o transporte é violento e, ao mesmo tempo, muito caro.<sup>[139]</sup>

Voltemos à “ameaça difusa” que deu o ar de sua graça no editorial de 2001 e retornou agora em traje de gala: como há uma década, os mesmos “protestos difusos e violentos”, os mesmos “repentes de fúria”, sinalizando uma “escalada de intimidação” – só que agora, de tão difusa a ameaça ultrapassou a “minoria globalizada e influente” do fim do século passado e alcançou seus sócios menores, embora politicamente majoritários, os gestores autointitulados desenvolvimentistas da

pacificação nacional em andamento, e momentaneamente abalada. Mas não avancemos o sinal. Um aviso de incêndio entre outros: com o ambíguo charme da rebeldia primitiva a menos, um outro editorial da mesma empresa jornalística, diante da onda incendiária de agora, depois de enumerar os mesmos indícios inquietantes de desagregação – entre os quais incluía, é bem verdade, os excessos de sua própria polícia, outro ritual cujo exorcismo vale menos que água benta –, abria com uma vinheta tipo Datena: “A depredação de patrimônio público ou privado, a título de protesto contra os mais variados problemas, tem se transformado numa perigosa e inaceitável rotina no cotidiano nacional”<sup>[140]</sup>. Entre o boletim de ocorrência e o arrazoado do juiz de vara cível, os vislumbres de *Aufklärung* sociológica esparsos no similar da década anterior desapareceram sem dar notícia.

Pois então. Pesquisando, em julho de 2013, o termo “ônibus queimado” no site do jornal *O Globo* e encontrando 559 ocorrências que cobriam o período de novembro de 2011 a julho de 2013 – quase uma notícia por dia sobre depredações de ônibus –, Adalberto Cardoso não pensava obviamente estar descobrindo a pólvora, identificando seja um padrão naquela extensão do repertório do protesto social, seja a centralidade da mobilidade urbana na vida das pessoas, sem a qual tudo o que a cidade promete “é vivido como privação e, no limite, como opressão”. Espírito e letra do discurso ativista, como se acabou de ver e se poderia multiplicar. Um *protesto regrado*, portanto, que de rebeldia primitiva não tem nada: pois moradores de um extremo periférico qualquer protestam contra enchentes queimando ônibus porque não conseguem chegar em casa, e se não depredam a ponte sobre o rio transbordado, ou um poste de iluminação, tampouco a própria casa ou os carros estacionados no caminho, é porque “a fúria não foi ‘primitiva’, no sentido do editorialista da *Folha*. Não se tratou de causar danos ao patrimônio público sem mais, nem de um dia de fúria coletiva que vandaliza tudo” – tratou-se, como foi dito, de um protesto regrado<sup>[141]</sup>.

Mas não dizia só isso o indigitado editorialista, que embora esclarecido nem por isso estava menos guiado pelos reflexos condicionados e acumulados ao longo de nossa interminável transição pacificadora: não há conflito que um bom dispositivo social não desarme, a começar pelo sistema dito político, cuja enésima reforma – assim como se reforma incansavelmente a escola, a prisão etc. – foi oferecida durante menos de 48 horas em junho passado (2013). E assim sendo, está dito e estabelecido, ontem como hoje, que o povo toca fogo em ônibus porque se trata de “uma grande massa desorganizada incapaz de acessar as instituições públicas para pressionar pelos seus interesses”, de modo que, incapaz de “movimentos coesos”, só pode mesmo desatinar nos repentes de fúria, numa rebeldia primitiva etc. etc. Todavia, nosso autor não saiu a campo para rebater essa panaceia desmoralizada e roída até o osso. Só as pedras de Brasília e adjacências fingem não saber que a política meramente política há tempos não pode mais nada salvo multiplicar seu poder de dano, sendo que a prova dos nove foi afinal produzida quando, em 2002, a maioria social no Brasil finalmente tornou-se maioria política. E nada<sup>[142]</sup>. As profanações de Junho – manifestantes dançando um samba rasgado na cobertura do Congresso Nacional – não são, portanto, repentes de fúria de rebeldes primitivos. O que resta saber é se os atos profanatórios da insurgência de Junho mudaram o vento que faz crescer essas ondas incendiárias. Os entrincheirados – para adotar de vez uma das categorias de James Holston –, compreensivelmente, ora sustentam a nota da escalada insurgente-criminosa e seu contraveneno de ilegalidades oficiais, ora banalizam o ciclo atual de protestos violentos, mais uma onda longa e rotineira, tomando, no entanto, o cuidado de situá-la num patamar mais elevado e duradouro de violências urbanas a serem administradas por mais uma rodada de providências securitárias.

No ponto a que chegamos, o Estado “prefere realmente ser julgado por seus inimigos a sê-lo por seus êxitos inexistentes”. Toda política antiterrorista segue esse preceito, enunciado por Guy Débord nos *Comentários* de 1988, como relembra Anselm Jappe, num dos ensaios de *Crédito à morte*<sup>[143]</sup>. Poderia ter remetido diretamente à fonte. A intermediação de Jappe não é fortuita. O leitor que porventura tenha procurado o artigo abre-te-sésamo de Silvio Mieli não só poderá avaliar as liberdades que tomei ao comentá-lo, mas poderá verificar o quanto sua visão de um tempo no qual as Revoluções que conhecemos na Modernidade darão lugar a sublevações em que o corpo social se insurgirá através de uma série de atos profanatórios, não digo que seja tributária, mas por assim dizer entrou em estado de alerta graças à leitura de um ensaio de Anselm Jappe, ao qual remete o leitor aludindo brevemente ao seu argumento, “Violência, mas para quê?”, incluído no livro citado. Uma amostra do raciocínio histórico que o alertou para o fato de que o fenômeno *black bloc* nos acontecimentos de junho não era trivial pede, sem dúvida, citação por extenso. A esta altura, podemos economizar a recapitulação das últimas três décadas de colapso administrado, que não devemos confundir com a sociedade “totalmente administrada”, como os frankfurtianos denominavam os míticos trinta anos gloriosos da ordem fordista do pós-guerra, cujo caráter de saída de emergência e fuga para a frente, rumo ao cataclismo nuclear que animava a “correria” das sociedades afluentes, jamais os enganou, dois desastres administrados emendando

um no outro, porém distintos, e responsável tal diferença no tempo do mundo pelas narrativas estilizadas em alternância, ora sobre as ruínas do futuro que não chegou, ora em torno da restauração da saída de emergência de anteontem, em que todos os embarcados pareciam se dar bem. Portanto, no pé em que estão as coisas, ficará cada vez mais difícil para os governados se deixarem governar como no tempo em que havia “valor” para distribuir e algum poder para repartir na margem, ao mesmo tempo que o Estado anuncia que é pegar ou largar, nenhuma mudança é mais possível, chegamos a uma engenharia institucional tão acabada e consolidada que ao Estado não resta mais nada senão oferecer aos seus cidadãos cada vez mais “proteção”, agora finalmente compreendida como segurança humana total, da segurança sanitária a operações de manutenção da Paz e imposição da Lei, passando pelas prestações monetárias continuadas e diretas, em suma, em graus variados mas contínuos, todos congenitamente vulneráveis e carecidos de proteção – estou parafraseando um tanto livremente, por isso volto ao ponto. Então: ficará cada vez mais difícil encontrar cidadãos aquiescentes.

Não se trata de justificar ou, ao contrário, de condenar a difusão de práticas classificadas “ilegais” e o recurso que o Estado define como “violência”. Pode-se simplesmente dizer uma coisa: vai ser muito difícil que os atos de contestação, que não deixarão de aumentar nos próximos anos, respeitem os parâmetros da “legalidade” concebidos precisamente no objetivo de condená-los à ineficácia.<sup>[144]</sup>

Ato contínuo “as questões de legitimidade, mais que de legalidade, vão ser colocadas de uma forma renovada. É possível que vejamos novamente acusados que, em vez de sempre proclamar sua inocência em termos de lei, defenderão diante dos tribunais com orgulho o que fizeram e aceitarão as consequências”. Como outrora “a grande maioria dos revolucionários históricos”, que “entravam e saíam da prisão sem emoções desmesuradas”? Podemos duvidar da propriedade da lembrança, salvo pelo contraste: é que para os rebeldes primitivos de hoje o futuro não é mais o que era para os revolucionários históricos.

Atos de sabotagem, portanto. E dá a impressão de que é isso que as autoridades temem acima de tudo. Eficácia da sabotagem: se hoje os cultivos de plantas que contêm organismos geneticamente modificados estão parcialmente suspensos na França e se uma boa parte da opinião pública os recusa, isso ocorre graças aos “ceifadores voluntários”, e não por causa de abaixo-assinados.

Dito isso, e muito mais que não relatei, entramos no capítulo dos avisos de incêndio, o grande porém de todo o argumento. Por exemplo: se uma guerra civil de verdade estourar, “não é difícil imaginar quem serão os primeiros a ser acordados em plena noite e colados ao muro”. Outro, surpreendentemente convencional: “Sentimentos de rejeição engendrados pelo mundo de hoje estão muito mais próximos do ódio sem objeto e dificilmente podem ser incluídos numa ‘política’ [?], qualquer que seja”. Na mesma linha: “É possível odiar o existente em nome de algo ainda pior”. Sem dúvida. Como também não se pode duvidar desta outra evidência histórica: “Admirar a violência e o ódio enquanto tais ajudará o sistema capitalista a descarregar a fúria de suas vítimas em bodes expiatórios”. Ou não tão histórica assim, para nós a outra novidade de Junho, à qual voltaremos mais adiante: ainda incipientes, mas não por muito tempo, milícias de direita se apresentaram em plena avenida Paulista e atuaram segundo um *script* que ainda não sabemos decifrar sem o auxílio de rótulos que nos remetam em sonho às ruas da República de Weimar ou à Roma dos anos 1920. Outro axioma igualmente irrefutável: ao longo de uma crise que já dura trinta anos, muitas coisas se degradaram, e desse apodrecimento não escapam também a violência e a ilegalidade. Desse juízo segue-se a pergunta que encerra o ensaio de Jappe e que Silvio Mieli transcreve, por considerá-la mais do que pertinente no atual cenário das turbulências brasileiras: “É muito provável que a couraça da ‘legalidade’ não demore a se estilhaçar, e não há o que lamentar. Mas nem todas as razões que empurram à violência são boas. Talvez a violência só devesse encontrar-se nas mãos das pessoas sem ódio e sem ressentimento. Mas será isso possível?”<sup>[145]</sup>.

Com efeito. Schiller achava que não. Mas não só ele, de fato um dos primeiros a levantar o argumento, recorrente desde então. A Revolução Francesa escalou até o máximo do Terror não porque sua violência, de qualquer modo incontornável, caiu em mãos erradas, mas porque não havia nem poderia haver “pessoas sem ódio e sem ressentimento” numa sociedade como a do Antigo Regime, corroída por séculos de opressão e consequente e irreversível mutilação daqueles a quem assujeitou do berço ao túmulo. Daí seu projeto de uma Educação Estética da Humanidade, um verdadeiro programa de desbarbarização *avant la lettre* (viriam outros depois, particularmente depois do apocalipse nazi e, sem muita surpresa, também ancorados na Educação depois da Catástrofe), do qual brotariam os sujeitos emancipados que no limite acabariam por tornar a reviravolta revolucionária dispensável. Tantas voltas para retornar ao paradoxo velho de guerra da Revolução Burguesa, segundo o Idealismo Alemão? Uma geração imaginando expedientes especulativos de obter os fins economizando os meios. Não é por certo o caso de nosso amigo Jappe – violência só nas mãos de quem tem amor para dar é coisa de ONG carioca da paz. Sarcasmo à parte, o impasse não é menos impressionante, afinal o moinho de gastar gente, operando hoje em escala planetária, é uma tremenda máquina de gerar ainda mais humilhação social. Segundo o psicólogo José Moura Gonçalves Filho, a humilhação é o mais radical e desestabilizador dos sofrimentos proletários. “A humilhação é golpe ou é frequentemente sentida como um golpe

iminente [...], o sentimento de uma pancada torna-se compulsivo, vira pressentimento”<sup>[146]</sup>. Noutro ensaio deste mesmo volume<sup>[147]</sup>, procurei situar melhor essa visão original de José Moura na cadeia de argumentos vinculando o cortejo de explosões urbanas na França – outra rotina, a primeira e maior delas – a situações de humilhação armadas através de um sistema sofisticado de “desrespeito institucional”. É como se quebra o sentimento de ter direitos, de sorte que, ocorrendo o milagre de um emprego qualquer, melhor trabalhar sem levantar os olhos. Mal podemos imaginar o Himalaia de humilhações *ressentidas* pelos milhões na fila de espera à boca dos guichês de ingresso num mundo afluyente que não para de encolher. Mas parece que a Teoria Crítica também não consegue imaginar a pequena humilhação suplementar que lhes inflige a cada linha de generalidades acerca da compulsão fetichista que os domina, afinal querem entrar e participar da festa, que é sempre a do consumo – um outro desrespeito institucional. Por esse trilho, a equação “subversão inteligente” e sofrimento social certamente não fechará nunca, pelo menos antes de virar gestão de política pública. Há um século e meio, nem tudo estava perdido. Sobre o pano de fundo do estado de sítio moral no qual se encontrava mergulhada a burguesia francesa – ruminando a novidade da má consciência que lhe envenenava a vida, primeiro por ter massacrado os operários parisienses sublevados em junho de 1848, logo depois por ter não menos sordidamente abdicado do poder político em favor de um golpe de estado que, no entanto, pedira aos céus –, seus ideólogos justamente inventaram um sentimento novo do mundo, o Ressentimento e sua constelação de paixões tristes, e como se isto não bastasse, atribuíram a fonte social desse mais sombrio dos afetos negativos ao desejo de vingança dos impotentes, que, a julgar pelo seu próprio interior forrado de rancores, projetavam na miséria moral da classe que haviam destroçado: todo proleta humilhado e ofendido é mesmo um poço de ódio e ressentimento. Pois sobre essa floresta assassina de clichês, cuja fortuna filosófica se conhece, levantou-se o verso luminoso de Baudelaire: *Sans haine et sans remords* [sem ódio e sem remorso]. Faz tempo, não estão mais disponíveis sujeitos assim. Quanto ao pote de mágoas que transbordou em Junho, com sorte ainda atinemos com o seu destino, antes que se esvazie de novo, tantos são os interessados em sugá-lo e transformá-lo numa cesta de produtos, candidaturas no topo da lista.

Voltemos ao editorial de 2001 sobre a rebeldia primitiva fermentando no Brasil contemporâneo. Ali também um padrão é seguido faz algum tempo. Por mais difusas que fossem as ameaças sinalizadas pelos indícios de desintegração alinhados pelo editorialista, havia uma cara nova em cena. E uma novidade tanto para a esquerda, movimentista ou institucional, quanto para a direita propriamente dita. Recapitulemos mais uma vez. Um ano antes, no 1º de Maio de 2000, ativistas de um novo tipo, inspirados pela Ação Global dos Povos, são presos depois de ousarem se manifestar em plena avenida Paulista. Ao voltarem à mesma avenida em 20 de abril do ano seguinte, em sintonia com os protestos de Quebec no mesmo dia contra a Cúpula das Américas, já são mais de 2 mil e duramente reprimidos, outra surpresa política que à época o assim denominado campo popular deixou passar sem maiores estremecimentos, e olhe que no primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, poucos meses antes, o MST e a Confédération Paysanne se juntaram para destruir um campo de transgênicos da multinacional Monsanto. Por fim, dois dias antes da matéria editorial que estamos tomando como baliza, dia 20 de julho, 5 mil ativistas protestavam de novo em São Paulo, na mesma avenida a um só tempo totem e tabu, enquanto em Gênova perto de 300 mil manifestantes entravam em choque com um aparato de força policial desproporcional, para dizer o menos, que viria a ser a norma nas batalhas de rua vindouras, a começar pelo assassinato de um militante por um tiro à queima-roupa, Carlo Giuliani. No dia seguinte, a *Folha de S.Paulo* incluiu os protestos antiglobalização e sua “disposição para o confronto físico” no pacote da ameaça difusa, cujo amplo espectro se viu. A ação direta e autônoma estreava assim como “rebeldia primitiva”, com direito ao tratamento reservado aos primitivos, como, aliás, o são todos os que desconhecem as virtudes da mediação e se entregam ao domínio de suas pulsões imediatistas. A amarração estava assim feita no mesmo pacote da violência pré-política. Embora personagem recém-chegado, era um entre outros. Com o passar do tempo, aliás despercebido, o amálgama foi caminhando para o centro da ameaça, que continuava a mesma, difusa como sempre, só que mais intensa a cada rodada. Até que Junho mostrou retrospectivamente que um padrão se estabelecera, como vimos na abertura dos nossos trabalhos: o processo de pacificação nacional encontra-se periodicamente sob ataque – como todo ato falho, o mais recente revela todo um cenário só aparentemente familiar: somos alvo de uma “guerra psicológica adversa” –, que se apresenta na forma de ondas, a de agora é novamente incendiária, afinal se trata de uma rotina, e como bandidos populares primitivos, e primitivos não tão populares, como ativistas de todo calibre, mas sobretudo os encapuzados, botam todos fogo em ônibus... quando não saqueiam ou lincham.

O padrão dessas racionalizações, como sugerido anteriormente, de fato é duplo, porém, trivializado ou assoprando o fogo, sempre se encontra um jeito de arrastar para o centro do redemoinho o inimigo político a ser neutralizado. No calor dos cinquenta ônibus incendiados só no mês de janeiro na Grande São Paulo, o jornalista Janio de Freitas botou tudo na conta de

uma presumida “regra brasileira das ondas” – na verdade, nem tão presumida assim, pois se trata de um dos mais veneráveis lugares-comuns acerca do caráter nacional brasileiro, o fôlego curto de uma proverbial veleidade em toda sorte de iniciativa, aliás falta de iniciativa, consistente e duradoura –, sosseguem, portanto, toda essa violência suburbana dará em nada. Eis a regra: “Os incidentes podem até surpreender no surgimento, mas também surpreenderão no murchar repentino, quando ascendiam com aparência indomável”<sup>[148]</sup>. Quer dizer, gastei meu latim, e o leitor, seu tempo, caso tenha chegado até aqui. Junho? Fogo de palha. A ordem pública é de fato uma desordem, porém mais aparentada aos ilegalismos populares, que o lendário major Vidigal controlava com mão de ferro no Rio de Janeiro do tempo de Dom João VI, do que a caminho de inverossímil estado caótico de insegurança generalizada, mera projeção paranoide da impressão de fato inquietante disseminada pelos incidentes que, afinal, apenas ressaltam o quão arraigada é a “desordem da ordem pública”. Até onde chegou a pegada da tradição crítica brasileira! As ondas vêm e voltam, a praia é sempre a mesma, “mesmo o *black bloc* do ano passado”. Podemos respirar? Tanto faz, o recado é outro, a incivilidade dos mascarados surfa na mesma onda dos arrastões de praia e shopping, assim como as ocupações de sem-teto também entram na onda de incêndios por encomenda de bandidos. “No momento, por sinal, eles [os bandidos] estão criando uma onda, esta contra as unidades da PM instaladas em várias favelas: voltam a infiltrar-se e criam conflitos para restabelecer-se”. Estava demorando. Para morrer na praia, é claro, em vários outros estados maiores e menores, desordens urbanas vão se sucedendo com a mesma cara: “ataques a ônibus, interrupção de estradas e baderna urbana”. Como o nome indica, Junho entra nesta última rubrica, para variar envolto pela mesma névoa dos tiros nas UPPs. É por essas e outras que tais ondas, por mais estilizadas como o eterno recomeço de um mar de Valéry, por vezes encrespam e ganham a força hostil de um real oponente.

*Força oponente*, para ser mais exato. Assim o Ministério da Defesa, em portaria de 19 de dezembro de 2013, denominou os demônios de junho, camuflando-os, entretanto, num cipoal bem conhecido de ameaças difusas e confusas, que remontam por certo àquele mesmo fundo, ao que parece inesgotável, de seres primitivos que de tempos em tempos se rebelam em dias de fúria. Por remotos que sejam, não são menos estreitos os laços de família entre o artigo de há pouco e o Manual de Garantia da Lei e da Ordem que define normas para o engajamento das Forças Armadas no papel de polícia, se as forças de segurança nacional não funcionarem<sup>[149]</sup>, manual que só pode ser obviamente tão direto como um cabo de esquadra, mas que nada impede de receber uma maquiagem, digamos, mais “dialética”, depois da faxina a que foi submetido, flexibilizando a Lei até o limite de sua suspensão dentro da Lei – fazer, em suma, um uso tático da Lei – e chamar de “desordem da ordem pública” a Ordem encarregada de garantir – e como não se trata nem de longe de garantismo, seria mais apropriado falar em gerenciar, mais exatamente calibrar a insegurança. Tirante o jargão jurídico-administrativo da caserna, é fácil reconhecer o coquetel de ameaças a ser enfrentado por mais este dispositivo contrainsurgente, só que desta vez nada extemporâneo, embora pareça ressuscitar quinquilharias do tempo em que forças ocultas adotavam estratégias de tensão para melhor dar o bote – como na Itália dos anos 1970, para não ficarmos só com a prata da casa. Antes do expurgo, a pedidos, das expressões mais cruas, entre elas a mais dramática “forças oponentes”, o documento listava entre as tais forças oponentes, além dos movimentos sociais e demais organizações que, com razão, estrilaram ante tamanha falta de tato, “organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições [...]” etc. – cuja promoção política a categoria de oponente parece ter surpreendido menos –, igualmente “pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos, ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações [...] provocando ou instigando ações radicais ou violentas”, sem se esquecer dos “indivíduos ou grupos que utilizam métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial”. No capítulo das “Principais Ameaças” a serem enfrentadas, caíram as seguintes frases mais polêmicas, como se diz: “ações contra a realização de pleitos eleitorais”, “bloqueio de vias públicas”, “depredação do patrimônio público e privado”, “distúrbios urbanos” (parece que só colonista prefere “baderna”), “paralisação de serviços críticos ou essenciais à população”, “sabotagem nos locais de grandes eventos”, “saques”. Também sumiram referências a operações psicológicas (não se sabe se a pedido da Presidência da República) e ao uso da Comunicação Social para a conquista e manutenção do apoio da população. Advertia-se, noutro parágrafo recauchutado, que o menor incidente poderia “ser explorado pelas forças oponentes ou pela mídia (sic)”, abastecendo a “propaganda adversa à atuação das Forças Armadas”. Admitamos que o Manual MD33-M-10 tenha ignorado a “regra brasileira das ondas” – não confiou no tino sociológico de nosso conselheiro Ayres, porém ligou os mesmos pontos cujo desenho há poucos meses ainda podia surpreender. De qualquer modo, ainda no capítulo Ameaças Difusas/Pauta Difusa, não deixa de ser preciosa a candura do lapso freudiano de apostila, a denegação que confirma por antecipação: o Ministério negou que o objetivo do Manual fosse dar condições à tropa de atuar durante a Copa do Mundo; tampouco seria o caso de tomar a iniciativa como uma resposta às manifestações de Junho. Nem eles sabem o que fazem, mas fazem assim mesmo, por reflexo. Caso soubessem o que é consciência, o certo seria dizer: não é nem de longe só por isso. Copa e Junho, e mais adiante Olimpíadas, são apenas aplicativos de ocasião, a verdade verdadeira é que o processo de pacificação nacional está ingressando num estágio de ajuste

da segurança interna à condição de potência emergente, arcando em sua ascensão com um lastro social negativo, embora inventivamente bem administrado. Se fosse só para prender e arrebentar, não carecia de mais uma cartilha. Trata-se de impor a paz, e mantê-la. Nesse sentido, a nota valorosa lançada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) assim que a indigitada portaria transpirou – “Editado o Ato Institucional n. 1 da era petista” – se equivoca, inclusive ao atribuí-la aos “setores mais retrógrados da sociedade”, nem acertaria se visasse os “mais avançados”, o metro não é mais esse. Tampouco ajuda recorrer à Constituição Cidadã de 1988, pois, segundo o artigo 142, cabe às Forças Armadas a “garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa destes, da lei e da ordem”. Como costuma lembrar um estudioso das instituições coercitivas como Jorge Zaverucha, há muitas “ordens” na Constituição, interna e internacional, constitucional, pública, social e econômica, e de todas elas, em boa lógica, as Forças Armadas são garantidoras, cabendo na prática àquelas mesmas Forças decidirem quando houve violação da lei e da ordem, já que o texto constitucional não define quem nem quando a lei e a ordem foram violadas, concluindo que, tudo somado, cabe às Forças Armadas “o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei”<sup>[150]</sup>.

No fim das contas, maquiado ou não, estamos diante de um manual de instruções para a condução de um processo de guerra interna não declarada. Outro despropósito? Sim e não. Daniel Biral, do grupo Advogados Ativistas, conta que, de junho a novembro, só em São Paulo, 373 pessoas estavam respondendo a processos investigativos ligados às manifestações. É um processo claro de criminalização de direitos assegurados pela Constituição, diz ele. Acrescentando que num evento recente o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso, interpelado sobre a violência policial nas manifestações, teria declarado, sem pestanejar: “Em nenhuma guerra os países respeitam as Convenções de Genebra, e vivemos de fato uma guerra interna no país”<sup>[151]</sup>. Até onde sei, passou batido e, mesmo que não tivesse, o espantoso é que alguém ainda se espante com a declaração, e sobretudo não saiba que é disso mesmo que se trata. Disso mesmo, mas exatamente o quê? O meretíssimo se exprimiu na língua morta de outro tempo. Para ser exato, nos termos de um antigo regime da guerra e sua continuação política. Os tempos agora são humanitários, por isso muita gente que não usar a faixa de pedestres vai morrer, como ouvi não faz muito um ativista, já proscrito e banido das manifestações, dizer serenamente num seminário<sup>[152]</sup>. Ficaremos na mesma, apelando para a Constituição. Assim como o obsoleto golpe de Estado tornou-se constitucional, para uma declaração de guerra interna basta uma portaria de um ministério a rigor decorativo, apesar do nome de gente grande, Ministério da Defesa, como no Hemisfério Norte. Está claro que para o tempo ao encontro do qual já estamos a caminho precisaremos de muito mais advogados ativistas, defensores populares, magistrados para a democracia e o que mais vier, embora saibamos que, com quase três décadas de democracia, a democracia rotineiramente chacina nas periferias e nos presídios, para não mencionar a sempiterna pistolagem a serviço do Partido da Terra<sup>[153]</sup>, a cuja tradição os novos tempos agregaram o controle direto do território pelas empresas que tocam megaprojetos, controle exercido inclusive pela mobilização de pequenos exércitos privados, à maneira das antigas companhias mercantilistas do século XVII, comerciais porém datadas de poderes de governo sobre seus territórios de negócios<sup>[154]</sup>.

A transição, ou redemocratização sempre em vias de se consolidar, como se queira, não corre mais pelo velho trilho regulado pela exceção soberana que o defunto liberalismo histórico recriou para uso próprio, ao desentranhá-la da Razão de Estado inventada pelo Absolutismo. A exceção de hoje confunde-se com o próprio governo. Um emaranhado de violações *ad hoc*, estritamente administrativo. Um sistema ritual de comandos indevassáveis, como vimos, se fui convincente, a racionalidade política que hoje governa o mundo – como outrora o sistema de racionalizações idealizado por Max Weber – é bem outra. Nela se exprime uma outra razão, uma Razão Pacificadora, sendo o seu governo, por isso mesmo, um governo armado, em todos os sentidos. Uma Razão Humanitária, como prefere dizer Didier Fassin, centrada, porém, nessa denominação, no governo das vidas precárias, vai se expandindo pelo conjunto da vida social, que por sua vez se apresenta cada vez mais como um cenário de traumatismos e reparações<sup>[155]</sup>. Mas “governadas”, e não pura e simplesmente reprimidas. Num presente essencialmente humanitário, novamente na acepção que inicialmente lhe deu Eyal Weizman, não espanta que essa Razão Pacificadora careça de cooperação armada para operar – e não se trata tão somente de intervenções humanitárias, elas próprias transe dramáticos de um mesmo paradigma dominante –, e operar num ambiente social e político muito além do *pas de deux* envelhecido Democracia e Ditadura. Vivemos fora do museu onde estes trastes podem ser visitados e apreciados na sua justa medida: Liberalismo (político ou econômico), Social-Democracia, Democracia Participativa (seção Últimas Aquisições), sem falar num outro museu, o da Revolução, a ser frequentado mais assiduamente, é verdade. É onde vivemos, numa ordem que poderia ser redescrita como *ademocrática* – como sugerido por Wendy Brown –, onde não faz mais o menor sentido contrapor a democracia liberal de nossos avós ao fantasma de um autoritarismo neoliberal. Enquanto a esquerda não se livrar desse entulho, nada terá a dizer a não ser chorar o leite derramado, que aliás nunca foi seu. Dizendo isso, estou apenas acompanhando o argumento final de Dardot e Laval<sup>[156]</sup>, no qual relembram que a esquerda, para bem ou para mal,

nunca se apresentou com uma alternativa propriamente sua. Sempre parasitou formas alheias de comando e gestão, quando não gerou formações monstruosas ao fundir num só bloco, porém com funções intercambiáveis, administração dos homens e governo das coisas – governo dos homens e administração das coisas, corrigiria Saint-Simon. Seja como for, pelo caminho trilhado até agora não chegaremos nunca à pedra filosofal. A primeira providência é bem simples: apenas olhar e ver que governos governam, o seu reino é o da necessidade, a segurança humana num reino de vulnerabilidades, e se é assim, não faz o menor sentido – malgrado dois séculos de ilusões – enxertar nesse reino, congenitamente securitário – nele todo mundo, cedo ou tarde, se desincumbirá de algum trabalho sujo, que não é trabalho por acaso, planejará efeitos colaterais inevitáveis etc. –, as nossas arvorezinhas da liberdade. Em bom português, esperar de governos que governem como se não fossem governos, mas blocos progressistas na cabine de comando, e como tais periodicamente plebiscitados: visto das alturas de tal cabine, por exemplo, travar o processo de acumulação é atentar contra a segurança do território. Não estou falando de nuvens nem arengando na sacristia depois da missa. Como sugerido em mais de uma ocasião ao longo destas páginas, Junho foi, antes de tudo, sobre isto: como somos governados, como nos governamos e como agora não queremos mais saber disso. Salvo, é claro, o secular progressismo brasileiro, justamente porque *há* governo, sempre uma benção numa sociedade que precisa *dar certo*, pois sempre haverá um resíduo inorgânico a ser absorvido pela máquina civilizatória. Ingratidão? Está certo o ministro. Do alto, é sempre isso que se vê. No dia 24 de janeiro de 2014, no Fórum Social em Porto Alegre, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República declarou que houve perplexidade no governo federal e até um sentimento de “ingratidão” em relação aos manifestantes de junho de 2013: “Nós ficamos perplexos”, esclarecendo que o “nós” abrangia governo e “movimentos sociais tradicionais”. Retratou-se no dia seguinte, afirmando que fora mal compreendido ao dizer “Fizemos tanto para essa gente, e agora eles se levantam contra nós”. Não é preciso recorrer às costas largas de nossas raízes coloniais. Não é mero ressentimento da gente de mando desapontada com a legião de clientes mal-agraçados. Mas como essa multidão de ingratos governou-se e foi governada até agora?

Por uma política de terapia social, responderia Edson Teles, pesquisador e militante veterano na luta dos familiares de mortos e desaparecidos pela Ditadura<sup>[157]</sup>. Desde que, oficialmente, com a Constituição de 1988, a assistência social deixou de ser filantropia e configurou-se como um modo essencial de lidar com o sofrimento de populações empobrecidas, fragilizadas e carentes de toda sorte de atenção, foi se consolidando no Brasil a ideia verdadeiramente consensual segundo a qual, sendo Democracia e Estado de Direito uma coisa só, a gradativa submissão do político ao ordenamento jurídico nada mais seria do que a expressão conforme de uma prática social fundamentada no discurso dos direitos humanos, de sorte que

os danos sofridos pelo sujeito político são objetivados por meio do tratamento da falta, como políticas positivas de reconhecimento e diminuição da injustiça. O sujeito ativo da democracia é identificado com a parte da sociedade capaz de se envolver com a solução do problema [...] em lugar da ação política, os novos atores sociais são instados a fomentar, no teatro da fabricação de resultados, a governança do sofrimento, através de uma mudança social contabilizada nos índices de desenvolvimento humano.

No centro do nosso presente humanitário encontra-se precisamente – mas não só – o processo de dissolução da *última utopia* – como foi caracterizado o *front* dos Direitos Humanos em seu período épico de confronto com a violência exterminista e desaparecedora inerente ao poder soberano enquanto tal –, para ser exato, seu processo de paulatina conversão de verdadeira antipolítica, em sua acepção libertária, em... política pública<sup>[158]</sup>. Conversão evidentemente dramática para os ativistas herdeiros dessa tradição militante que salvou vidas incontáveis no auge do Terror Branco na América Latina, por exemplo. Não deve ter sido fácil para nosso autor precisar reconhecer a presença dessa burocrática banalização do derradeiro horizonte utópico nas engrenagens das atuais tecnologias de controle social.

Participando do consenso da política contemporânea, o discurso dos direitos humanos legitima, paradoxalmente, tanto a resistência do indivíduo frente às violências sofridas quanto as políticas dos Estados nacionais, os maiores violadores de direitos. Desta forma, o militante e o ministro, o sem-terra e as forças de segurança, o destituído e a grande mídia são seus usuários.

E como já vimos, a ideia básica deste discurso, eminentemente terapêutico, é a de que estamos cercados de vítimas por todos os lados, que só serão assistidas graças ao império da lei distribuída pelos seus tribunais, um fazer em que tudo se negocia e barganha por consenso – o resto é “politização”, da qual Edson Teles dá como exemplo a carta do governo brasileiro ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 19 de julho de 2010, “na qual se propõe a negociação com os regimes autoritários com o intuito de evitar a ‘politização’”. Num quadro como esse, de boa governança dos indicadores de sofrimento social, rebelar-se só mesmo por ingratidão. E além do mais, por milagre, sendo impossível por princípio resistir a um tal consenso fabricado em torno da unanimidade dos direitos humanos. *Pois esse milagre ameaçou acontecer em Junho*.

Sinal de que há processos de subjetivação que as malhas dessa rede estão deixando passar. Uma preciosa descoberta sociológica de Regina Magalhães de Souza – a mesma “desconstrutora” do Discurso do Protagonismo Juvenil, à qual o leitor já foi apresentado – oferece algumas indicações a respeito. Ensinando sociologia por vontade própria numa gigantesca e monstruosa UniEsquina, Regina viu seus alunos – na maioria, trabalhadores pobres, em geral moradores das mais remotas

periferias – descobrindo aos poucos a existência de uma coisa chamada “sociedade” – que, segundo o consenso de há pouco, igualmente interpelado por Edson Teles, não existiria mais, apenas uma massa atomizada de vidas vulneráveis e individualizadas, e a rede de programas e socorristas que as gerencia, por um lado, e por outro, o lado ativo dos que “se viram” encarando, nas palavras de nossa autora, sua atuação social apenas como indivíduos exclusivamente responsáveis pela solução de seus problemas através da negociação com outros indivíduos cuidando igualmente de seus interesses particulares –, dando-se conta, ao mesmo tempo, que esta mesma recém-descoberta sociedade “lhes exige muito, mas não lhes oferece as condições de realizarem o que foi exigido”. Numa palavra, começaram a pensar. E a “reinterpretar sua posição no mundo, percebendo as conexões entre situações, experiências individuais e conjuntura histórica e social”<sup>[159]</sup>. Ora, segundo Regina, isso

só foi possível porque os discursos do poder contemporâneo, que prescrevem um tipo de relação entre indivíduo e sociedade, não haviam atingido esse segmento *sui generis* da sociedade. Pessoas pobres, com o dinheiro contado, tinham acesso apenas parcial ao mercado de consumo e ao modo de pensar propagados pela indústria cultural. Eram adultas, já haviam aprendido a resistir aos apelos da propaganda, não usavam roupas de grife, não navegavam pela internet. Moradores da periferia, mas que, por algum motivo, se mantiveram afastados dos movimentos sociais urbanos de reivindicação de direitos, dos sindicatos e dos partidos. Mas também não eram tão pobres a ponto de preencherem os requisitos para se tornarem os beneficiários de programas sociais, não se tornando objeto, portanto, do discurso das políticas públicas governamentais e não governamentais. Ou seja, parece que essas pessoas não foram atingidas ou totalmente atingidas [...] pelo discurso do *protagonismo* que nega a existência da sociedade apresentada como um aglomerado de indivíduos particulares em atividade e em negociação entre si [...] relativamente distantes do individualismo, padronização e coisificação promovidos pela indústria cultural, e sem participar, quer das “tradicionalistas”, quer das “novas formas de política”, essas pessoas não se transformaram em objetos de discurso do poder hegemônico na atualidade, o que lhes proporcionou inusitada abertura ao conhecimento e ao exercício do pensamento.

Pois Regina encontrou muitos deles nas ruas de Junho, que prontamente reconheceram a professora que os ajudara a redescobrir a sociedade escamoteada pelas tecnologias sociais de gestão e controle. Desses últimos peixes fora da rede (até quando? Planilhas e editais para apanhá-los já devem estar sendo desenhados) certamente não se poderá dizer que protestavam por pura ingratidão. Quanto ao milagre que os fizera voltar a pensar, alguma coisa ficamos sabendo agora. Duplo milagre, se incluirmos na conta a contribuição de um clássico, Durkheim, que reinventou sua disciplina no intuito de apaziguar as paixões políticas que periodicamente empurravam a França para o abismo da guerra social.

Falando muito simploriamente, creio que a massa dos manifestantes era de indivíduos *desamparados* e *sem discurso*, mas que por isso mesmo foram capazes de perceber o caráter subalterno e de segunda categoria de sua inserção na sociedade, no mercado de trabalho, no mercado de consumo, no nível superior de ensino, na vida da metrópole [...]. Os desamparados, sem-discurso, “excluídos do interior” (Bourdieu) descobriram que coletivamente podem manifestar-se contra uma sociedade que tudo exige e nada cumpre.<sup>[160]</sup>

Se não soubermos ou não pudermos contar com eles para a tarefa política da geração que vem, nada feito.

(Continua)

### *Postscriptum*

Na identificação do lado sombrio de Junho, nenhum cuidado será demais. Não sei se Celso Frederico cuidou de tomar essa precaução ao escrever que “o ‘demoníaco’ deu o ar de sua graça nas manifestações de junho, quando depredações, vandalismo e roubo de lojas aproximaram grupos punks, *black blocs*, policiais infiltrados, ladrões e adeptos da ação direta”<sup>[161]</sup>. Não sei se o amálgama é uma forma peculiar de conhecimento – embora a enumeração caótica em poesia seja –, mas nesse caso particular ele está no ar enevoado de Junho como uma vontade difusa de encontrar logo o mínimo denominador comum entre aquelas três categorias de coisas que compunham a estranha ontologia do antigo secretário de Defesa norte-americano Donald Rumsfeld: as coisas que nós sabemos que sabemos; as que nós sabemos que não sabemos; e, as mais inquietantes, as que nós não sabemos que não sabemos. Como estas últimas lhe tiravam o sono, acordava atirando a esmo. Espero não cair na tentação de cometer o amálgama simétrico, ao evocar a hoje antiga teoria argentina dos “dois demônios”, predominante nos primeiros anos da redemocratização sob Alfonsín. Para voltar à vida normal, pregava a doutrina que inspirou também os julgamentos paralelos dos militares e dos líderes guerrilheiros sobreviventes, era preciso que a Argentina exorcizasse os demônios do passado, um passado de violência política contínua e generalizada, como se sabe, porém convenientemente recortado para acomodar uma revisão da carnificina recente como o resultado do enfrentamento entre dois grupos, no limite socialmente marginais, identificados com a violência, os militares golpistas repressores e a esquerda radical, e por isso mesmo, igualmente terrorista. Descartava-se assim “a crise mais profunda na história argentina como uma mera sucessão de episódios sem sentido nos quais o país fora vitimizado por gangues rivais de sequestradores e assassinos vindos aparentemente do nada”<sup>[162]</sup>. Com as Forças Armadas ignominiosamente derrotadas na Guerra das Malvinas, essa fantasia de uma reconciliação nacional indolor tinha endereço certo, os violentos que quiseram mudar tudo, esses sim os verdadeiros possessos, possuídos pelo demônio das ideias abstratas, cuja passagem ao ato sempre despertou os outros endemoniados que desejam manter tudo

igual. Essa doutrina andou passeando por aqui, pregando igualmente a equivalência entre as duas violências que teriam tresloucadamente medido forças numa guerra particular. Mas não poderia pegar para valer, sem a sua contrapartida jurídica. Ao contrário da Argentina, por aqui os demônios fardados continuam à solta. Para não falar nos potentados e hierarcas que desceram aos infernos para convocá-los. Amálgama infeliz à parte, os demônios de agora – exorcizados por toda uma nova era de paz civil – abandonaram o corpo da nação para se refugiar numa outra manada de porcos, a que tomou conta das ruas de Junho, ao invés de cumprirem à risca seu destino evangélico, atirando-se de um precipício urbano qualquer para se afogar nas águas de algum jardim pantanal. Para que o exorcismo surta efeito, é preciso que o demônio diga o seu nome. Na parábola bem conhecida do Novo Testamento, o Possesso de Gerasa teria respondido: “Legião é o meu nome, porque somos inumeráveis”. Nas últimas páginas de *Os demônios*<sup>[1]</sup>, de Dostoiévski, o pai do principal deles, o ridículo liberal ocidentalizado de turno, cuja pantomima ideológica, se traz prestígio para os notáveis do distrito, não engana ninguém, muito menos sua protetora rica, da qual não é mais do que um agregado de casaca, evoca a Parábola, cujo teor o título do romance condensa e ilustra com o paroxismo final de incêndio, assassinatos e patifarias variadas, pelas mãos dos herdeiros pseudotudo que se possa imaginar de caricato em matéria de conspiração e ideias iconoclastas, tão artificialmente enxertadas e manuseadas com a inépcia de vigaristas como as da geração anterior de falatrões inócuos. O truque de Dostoiévski era pôr para gesticular, e quebrar, todo aquele elenco de *détraqués* num cenário impossível, porém ligeiramente deslocado para revelar o fundo falso de todo o progressismo europeu, entre outras ideias alucinadas, pelo prisma russo, é claro. Desse folhetim genial e sangrento, tirou-se muita bobagem depois do 11 de Setembro. Mesmo assim, Toni Negri e Michael Hardt cometeram a imprudência de colher justamente nesse imbróglio toda uma paráfrase incontornável da parábola que lhes interessava por sua vez comentar para melhor ilustrar o seu conceito de Multidão como “multiplicidade de singularidades que não pode encontrar unidade representativa em nenhum sentido”<sup>[163]</sup>. Não menos imprudente o autor do presente comentário sobre Junho, numa hora (11 de fevereiro de 2014) em que os porcos endemoniados não só incendeiam, depredam e saqueiam, como agora matam. Essa morte trágica de um jornalista foi a gota d’água na qual nos afogaremos todos. Daqui para frente, haverá muita morte acidental de um anarquista, e não será comédia. Embora sem saber se o que nos espera varrerá tudo o que foi escrito até aqui para a lata de lixo dos ornamentos filosóficos, continuemos. Não se trata de uma questão metafísica a ser disputada entre doutrinários qualificados, um diálogo platônico sobre o Uno e o Múltiplo, por exemplo, ou um capítulo da Ciência da Lógica sobre o lugar da particularidade entre o universal abstrato e as singularidades avulsas, mas não é menos verdade que o turbilhão terminológico dos dois autores incriminados nos arrasta para estas altas paragens da especulação. Por outro lado, por mais que os autores insistam que o conceito de Multidão é um conceito de classe, e que esta é determinada pela luta, ninguém acredita. Tanto melhor, no fundo a teoria não importa, no sentido de representação ou cópia conforme do mundo. Ou por outra, o que aparece aqui travestido na roupagem de um conceito teórico seria melhor descrito como expressão de uma prática antagonista de insubordinação diante de um tipo específico de comando, de preferência emanado de um poder soberano, a que nos habituamos chamar governo. Não importa o recheio ontológico ou sociológico com que levamos o conceito de Multidão ao forno, o que de fato está chocando e enfurecendo é o poder coletivo exibido por muitos corpos juntos na rua, demonstrando ser o mais efetivo instrumento de oposição, e pior ainda, sem clamar por um chefe – e não só aqui, essa praga está se alastrando pelo mundo. Capaz de agir em comum sem ser governada, desafia não só o Estado que necessita agora de um *povo* unido em torno da pátria de chuteiras, mas igualmente os partidos que precisam da *massa* de eleitores-consumidores organizados por nichos de demanda, bem como os movimentos e organizações sociais cujos cadastros definham se o *público-alvo* fica muito arisco, e o Capital, enfim, por tudo o que se disse, somado ao zelo indispensável aos envolvidos na procura de um bem escasso chamado emprego. Pois essa legião sem nome começou a mostrar a cara em Junho. Mas por que demoníaca?

dezembro de 2013-fevereiro de 2014

[1] Estou me referindo, como o leitor deve ter adivinhado, a *Cidade partida* (São Paulo, Companhia das Letras, 1994). Minha edição é a nona reimpressão, do ano 2000.

[2] Como relata Zuenir Ventura (*ibidem*, p. 90).

[3] “O AfroReggae só atua onde ninguém quer atuar”, entrevista de Eduardo Sá com Zé Junior, *Caros Amigos*, n. 186, set. 2012.

[4] *Ibidem*, p. 41-2. Para um balanço do deslumbramento dos políticos brasileiros que visitam Medellín, a reportagem de Daniela Pinheiro, “Mano Dura e obras públicas”, *Piauí*, nov. 2007, p. 46-53.

[5] Como lembrado por Marcos Barreira no capítulo sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro, “Cidade Olímpica”, no livro coletivo *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*, organizado por Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (São Paulo, Boitempo, 2013, Coleção Estado de Sítio), p. 148.

[6] Ver o comentário de Pedro Rocha de Oliveira inspirado pela afirmação de um comandante de UPP, segundo o qual os moradores precisam se acostumar com as “abordagens” nos territórios liberados. “E não perca no próximo programa: alguém morto sem motivo, ao vivo”, publicado em 14 out. 2013 no Blog da Boitempo (disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/14/e-nao-perca-no-proximo-programa-alguem-morto-sem-motivo-ao-vivo/>>). O princípio, como sempre numa Era de Expectativas Decrescentes, é o do *mal menor*. A pressão policial é preferível à opressão do tráfico ou àquela mais organizada, das milícias. Tese, aliás, abraçada com a força proverbial dos afogados pela esquerda legalista e punitiva, desde 2003 de passagem pelo governo. Ainda a respeito dessa alternativa sem alternativas, ver a entrevista de Frédi Vasconcellos e Mariana Gomes com Marcelo Freixo, “A escolha entre UPPs ou tráfico é uma armadilha”, *Caros Amigos*, maio 2013, p. 16-9. Em poucas palavras: à feição calamitosa do capitalismo contemporâneo – e cujo apodrecimento parece não anunciar mais nada – corresponde uma espécie de visão panglossiana às avessas, segundo a qual não viveríamos no melhor dos mundos possíveis, mas num outro mundo, não menos admirável, regido pelo princípio do menor de todos os males possíveis. A conclusão é de Eyal Weizman, refletindo sobre uma outra ocupação – a rigor, a mãe de todas as ocupações que hoje povoam o mundo –, a dos territórios da Palestina e o governo das suas populações segundo um dispositivo peculiar baseado no cálculo dos mínimos vitais compatíveis com o exercício contínuo porém calibrado da violência de qualquer forma inevitável e perene (cf. *The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence From Arendt to Gaza*, Londres, Verso, 2011). Teremos tempo para verificar se as novas abordagens pacificadoras são uma variante desse grande dispositivo “moderador” da violência distribuída segundo algoritmos de escolhas entre danos que de qualquer modo serão infligidos. Assim, na Faixa de Gaza sitiada rotineiramente, no exemplo de Weizman, o garrote israelense é calibrado segundo padrões de “mínimos humanitários”, dosando energia elétrica, calor e outras necessidades vitais, de modo a governar as pessoas confinando-as ao limite administrável da mera existência física. Não quero forçar nenhuma analogia chapada, apenas sugerir como promete ser amplo o espectro das abordagens que vem por aí. O espectro pode perfeitamente evoluir de espasmos paroxísticos como um espancamento de rua ou uma reintegração de posse selvagem à calibragem administrativa de níveis de pobreza.

[a] Rio de Janeiro, Azogue, 2008. (N. E.)

[7] São Paulo, Boitempo, 2013, p. 100-1 e 159-60, respectivamente.

[8] A “pacificação” – como lembrado, por exemplo, por Michel Misse – reiterou a lógica perversa da territorialização, daí as aspas de rigor, e, mais, com o tempo essa mesma lógica de conquista e controle estará pavimentando o caminho dos dois principais mercados ilegais: o que oferece drogas a varejo e o que oferece mercadorias políticas, “proteção”, no caso. Michel Misse, “Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, jul. 2011, p. 6-7. Desnecessário lembrar que nesse mesmo julho de 2011, dando um balanço nas consequências e pressupostos históricos da maior intervenção militar em favelas na cidade do Rio de Janeiro, a ocupação do Complexo do Alemão em novembro de 2010, Vera Malaguti Batista principiou sua peculiar “desconstrução” das UPPs e o “macabro consenso” que se formou à direita e à esquerda (vá lá) em torno delas justamente por uma problematização do conceito de território e sua sinistra genealogia brasileira enquanto alvo perene de ocupações militarizadas e massacres. “O Alemão é muito mais complexo”, texto apresentado no XVII Seminário de Ciências Criminais, São Paulo, 23 jul. 2011, incluído no volume coletivo *Paz armada* (Rio de Janeiro, Revan, 2012, Coleção Criminologia de Cordel).

[9] Comunicação no colóquio “Horizontes 2013/Cidades Rebeldes”, Faculdade de Direito-UFPR, Curitiba, 12 nov. 2013. Cito de acordo com o texto que a autora gentilmente me pôs à disposição.

[10] Para um apanhado geral dessas “zonas de arbítrio” em que operam as práticas de extorsão dos mercados de proteção, ver Vera da Silva Teles, *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal* (Belo Horizonte, Argumentum, 2012), em particular o capítulo 5 sobre a dimensão territorializada da gestão diferencial dos mais diversos ilegalismos em que só há, segundo o dito popular, “ou acordo, ou a morte, não a prisão”.

[11] A respeito dessa fusão inaugural de métodos de luta correspondentes a tempos históricos diferentes, ver as observações de Giuseppe Cocco em entrevista a Patrícia Benvenuti, “Abrir-se para a onda”, *Brasil de Fato*, 22 out. 2013, p. 4: “Quando os professores se mobilizaram, o fizeram de maneira tradicional, com passeatas, organizadas a partir do carro de som do sindicato, com uma dinâmica que não era aquela do movimento de junho, mas de repente a mobilização não encontrou nenhum espaço de negociação junto aos poderes públicos, nenhuma mediação por parte da Prefeitura e foi se radicalizando. A partir da ocupação da Câmara Municipal, passou a ser algo diferente, dialogando diretamente com o levante da multidão. É uma luta da categoria que acabou sendo uma luta da cidade. É uma movimentação da categoria, mas que se faz na brecha aberta pelo movimento de junho que, em particular no Rio de Janeiro, teve uma continuidade praticamente diária”.

[12] Pacote da Ilegalidade é o apelido carioca da parte mais acintosamente visível e alardeada do estado de exceção ainda, por assim dizer, juridicamente clássico. Na enumeração de Gabriela Azevedo, “abarca desde pronunciamentos do Executivo, embasando a suspensão do ordenamento e a identificação do inimigo, passando pelo posicionamento pouco (ou muito?) ortodoxo de certos magistrados (de sentenças altamente punitivas a originais restrições impostas quando da decisão da liberdade), chegando à instauração, por meio de decreto do executivo estadual n. 44.302 (qualquer coincidência com uma medida de exceção...), da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Políticas (Ceiv), que apesar da vida curta deixou frutos – diversos inquéritos policiais instaurados até correm ainda sob sigilo”. E por aí vamos no rol dos monstros, como na Lei dita das Máscaras (Lei Estadual n. 6.528, de 11 de setembro de 2013), Lei de Associações Criminosas (Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013), reativação da Lei de Segurança Nacional de 1983 (n. 7.170) etc. Para um outro complemento deste etc., como a iniciativa anunciada em 31 de outubro pelo ministro da Justiça de criação de tribunais itinerantes durante as manifestações, além de outras medidas relativas à ativação de legislação de exceção, ver André Sá Caldas, Eduardo Backer e Thiago Melo, “Surge um novo inimigo interno”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2013, p. 38. Ainda, para um elenco comentado de violações ocorridas no Rio durante e depois de junho, ver Taiguara Souza, professor de direito penal e membro da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, “Essa resposta altamente truculenta e violadora dos direitos fundamentais busca ocultar a legitimidade da reivindicação”, entrevista a Viviane Tavares, *Brasil de Fato*, 31 out.-6 nov. 2013, p. 10-3. Vale ressaltar na entrevista um tópico, no capítulo das grandes continuidades em nossa transição infundável e o regime híbrido que a caracteriza desde a conclusão oficial da ditadura: a visão segundo a qual “aquele cidadão que está nos protestos populares é considerado um inimigo que deve ser combatido, a ação da polícia remonta à ideia do toque de recolher, muito característico da época da ditadura, que é retirar o manifestante da rua”.

[13] Ao contrário da espera frustrada pelos bárbaros redentores no poema de Cavafis, *A espera dos bárbaros*, desta vez eles de fato chegaram: não seriam por certo a solução, mas a rima que afinal veio a confirmar os muitos anos de expectativa de um perigo eminente beirando a catástrofe, e sem a qual não se cristalizaria o “consenso macabro” que culminou nas UPPs. Não evoquei à toa o poema de Cavafis, mas para lembrar que ele fornece uma das epígrafes a *Cidade partida*, de Zuenir Ventura, cit., p. 53. A crise, cujo alarme fora soado vinte anos atrás, porém como sinal de largada para o *city marketing* da futura Cidade Olímpica, finalmente encontrara o inimigo dos seus sonhos.

[14] Publicado em *O Globo* online, o telegrama, como se dizia antigamente, também chamou atenção de Vera Malaguti Batista, que o incorporou ao seu argumento geral acerca do laboratório carioca de gestão policial da vida (“O Alemão é muito mais complexo”, cit., p. 77). Eduardo Tomazine ainda publicou uma segunda versão do artigo pioneiro, “A pacificação de favelas no Rio de Janeiro: a contra-insurgência preventiva?”, *Alterinfos América Latina*, 14 mar. 2011.

[15] E depois o nome do horror praticado pelos Contra na Nicarágua e El Salvador na última década da Guerra Fria. Veja-se o terceiro capítulo, “Going Primitive”, do livro de Greg Grandin sobre o laboratório centro-americano da carnificina praticada na fase de descida aos infernos da Guerra do Iraque, *Empire’s Workshop* (Nova York, Metropolitan Books, 2006).

[16] Venerado a ponto de merecer uma publicação pela editora da Universidade de Chicago (2007), acompanhada por uma introdução entusiasta da então diretora do

Centro Carter para Direitos Humanos, de Harvard. Sigo adiante o comentário de Eyal Weizman (*The Least of All Possible Evils*, cit., p. 17-9, 119 para as notas). Saudando a colaboração sem precedentes entre um centro de direitos humanos e as Forças Armadas, a referida diretora (Sarah Sewall, para ser preciso) lembrava que, numa ação militar, baixas civis em excesso, além de um possível erro moral, são antes de tudo uma tática *self-defeating*, e que por isso o Manual acertava em cheio ao permitir que o direito humanitário e os princípios dos direitos humanos se transformassem em ferramentas indispensáveis nas mãos das forças de ocupação empenhadas em “ganhar” as populações civis e se convertessem enfim naquilo que os Direitos Humanos se tornaram, uma técnica de governo, uma vez encerrado o período épico inaugural da luta contra os poderes exterministas e desaparecedores das ditaduras plantadas na América Latina, justamente, suprema ironia, na esteira da contrainsurgência histórica.

[17] Andrew Bacevich, *Washington Rules: America's Path to Permanent War* (Nova York, Metropolitan Books, 2010), cap. 5, “Counterfeit Coin”. Ainda do mesmo autor, “Social Work with Guns”, *London Review of Books*, 17 dez. 2009.

[18] Mary Kaldor, *Human Security: Reflections on Globalization and Intervention* (Cambridge, Polity Press, 2007), cap. 7. Para um comentário que nos concerne, se é verdade que hoje a Guerra não é mais guerra, mas antes de tudo Intervenção, e intervenção securitária, ver os dois livros de Frédéric Gros, *États de violence: essai sur la fin de la guerre* (Paris, Gallimard, 2006) e *Le principe sécurité* (Paris, Gallimard, 2012).

[19] Andrew Bacevich, *Washington Rules*, cit., p. 208. Grifo meu.

[20] Eyal Weizman, *The Least of All Possible Evils*, cit., p. 18.

[21] Mary Kaldor, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era* (Stanford, Stanford University Press, 2009), p. 125-30. Sobre este tópico contemporâneo crucial – a policialização das novas guerras e a correspondente militarização das forças policiais –, procurei reunir, num argumento só, algumas referências num estudo de 2002, “Notícias de uma guerra cosmopolita”, recolhido depois no volume de ensaios *Extinção* (São Paulo, Boitempo, 2007). No campo da crítica antissistêmica radical, surgiram pouco depois pelo menos duas contribuições: Robert Kurz, *Weltordnungskrieg: das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung*, em especial os capítulos sobre a Polícia do Mundo e o Estado de Exceção Global (Badhonnef, Horlemann, 2003); e Michael Hardt e Toni Negri, *Multitude: guerre et démocratie à l'âge de l'Empire* (Paris, La Découverte, 2004), parte 1. Para uma avaliação abrangente e atual do quanto essa fusão entre militarização e policialização avançou, bem como a convergência paralela entre guerras de baixa intensidade e policiamento de alta intensidade, ambos os processos transcorrendo preferencialmente num teatro cada vez mais urbanizado, a ponto de caracterizar o que está sendo chamado de “urbanismo militar”, ver Stephen Graham, *Cities Under Siege* (Londres, Verso, 2010), e, organizado pelo mesmo autor, *Cities, War and Terrorism* (Oxford, Blackwell, 2004). Estudando o laboratório carioca de militarização policial da vida, como assinalado, os autores de *Até o último homem* chegam a conclusões muito semelhantes. Está, portanto, na hora de fazer um balanço em mais esse capítulo da concomitante periferização do núcleo orgânico do sistema e “emergência”, não menos orgânica, da periferia, o conjunto confluindo num mundo único de tal modo “pacificado” que “até os cães serão vacinados”, como se podia ler no *Jornal do Brasil*, 2 jun. 1988, celebrando mais uma invasão definitiva da Rocinha pela Polícia Militar, enormidade incomensurável devidamente glosada pelos autores do livro mencionado a partir da página 264.

[22] Que neste caso específico Eduardo Tomazine batizou, como se lê no título de seu artigo, de “doutrina da pacificação”, uma particular engenharia carioca de controle social, combinando o “choque” característico do capitalismo de desastre segundo Naomi Klein (quando o medo e o desespero provocados por abalos emergenciais se transformam em oportunidade de negócio) com a acumulação por espoliação, como David Harvey denominou a permanência da acumulação primitiva histórica na engrenagem de reprodução e expansão do capitalismo contemporâneo. A “doutrina” dessa outra fórmula mágica da paz, para voltar a falar como os Racionais MC's, é obviamente uma paródia da fraseologia americana da *grand strategy* e se explica por que, na engenhosa construção de Tomazine, para soldar choque e espoliação na gestão de territórios na orla da nova onda de exploração econômica no Rio de Janeiro, é preciso um dispositivo especial de governo, as UPPs, frente e verso, coerção e serviço social, no qual o diplomata americano prontamente reconheceu um equivalente da estratégia atualizada da contrainsurgência, a qual, associada às novas tecnologias onusianas de *peacekeeping* – bem testadas pelos agentes nacionais no Haiti, por exemplo –, veio paradoxalmente desembarcar num ambiente metropolitano cujos conflitos só por metáfora poderiam ser verdadeiramente chamados de guerra. Contrainsurgência então meramente preventiva, como pergunta Tomazine na segunda versão do artigo? Seja como for, a mera prevenção – como estamos sugerindo desde o início – abriu um conjunto vazio de expectativas que praticamente suscitou o seu cumprimento num segundo tempo social.

[23] Mas quando sobreveio a devastação cataclísmica do terremoto, a Minustah (e o correspondente sorvedouro ongueiro de recursos internacionais) cuidou apenas de salvar a própria pele, aquartelando-se. No relato notável do antropólogo Omar Ribeiro Thomaz, a virtual “insurgência” do povo pobre e abandonado à própria sorte de Porto Príncipe apresentou-se então na forma de uma surpreendente (para os que temiam, entrincheirados em suas posições, o assalto de uma horda bárbara) capacidade de auto-organização e cuidado dos outros em proporções jamais vistas, sobretudo porque da ignorância em que vivemos do Haiti só se esperam estereótipos. Como a aproximação UPP-Minustah trivializou-se, à esquerda e à direita, não seria demais reconsiderar uma outra hipótese preliminar, além da sugerida linhas antes – todo esse enorme e próspero aparato de ajuda internacional não tem outra finalidade senão a de carrear ainda mais recursos para sua própria autorprodução –, a saber, que o polêmico impacto das tropas brasileiras no Haiti “não encontra eco para além de nossas próprias fronteiras”, numa sentença, “a presença específica brasileira naquele país é algo para consumo interno dos brasileiros” (Omar Ribeiro Thomaz, “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou”, *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 86, mar. 2010, p. 23-4). É por essas e outras que os observadores mais heterodoxos do laboratório carioca de administração social armada costumam privilegiar o vínculo direto dos vasos sociais comunicantes entre Porto Príncipe e Rio de Janeiro, destacando, por exemplo, que não foi obra do acaso a coincidência de que o comando das incursões militares no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro tenha sido entregue a um oficial superior veterano da Minustah. Cf. Felipe Brito, “Será guerra?”, em Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (orgs.), *Até o último homem*, cit., p. 221.

[24] Depois de se reportar ao mesmo despacho diplomático norte-americano acerca do Programa de Pacificação das Favelas e o renascimento (historicamente fraudulento) da doutrina da contrainsurgência, Felipe Brito, na passagem citada na nota anterior, se detém igualmente nas alternativas consideradas por Tomazine. Também descarta de saída a hipótese de uma contraofensiva do tráfico, cujos padrões comerciais não comportam qualquer inquietação política, salvo as barganhas de praxe. Mas acompanha nosso autor ao admitir que de fato não é fortuito o desconcertante parentesco entre a pacificação via UPPs e as iniciativas caracterizadas pelos novos Manuais de Campo das Forças Armadas americanas como de contrainsurgência. Curiosa equação retrospectiva, sem dúvida: o operador do varejo ilegal, cujo confronto armado com a autoridade estatal visava exclusivamente a viabilidade econômica do seu comércio, ao ser pacificado e “incluído” como um “empreendedor”, passa a ser revisto como um personagem cujo papel nunca exerceu, um *ex-insurgente*. A imaginação alimentada pelo discurso das novas guerras fecha a conta. É claro, quem não sabe dos vínculos óbvios entre as ditas insurgências que fervilham pelo mundo e os círculos inferiores do narcotráfico, sem falar no despotismo dos reis do morro, cujo domínio sobre populações abusadas, escala a menos, também teria tudo a ver com os relatos de horrores perpetrados pelos novos senhores da guerra mundo afora. Sarcasmo à parte, e como a blindagem do senso comum parece cada vez mais inexpugnável nos dias que correm, embora em vão, relembro que tais “visões cariocas da administração armada da vida social”, se têm algum ponto cego, certamente não é o desconhecimento ou a minimização de que “a presença de grupos armados com domínio sobre o território [...] é um pesadelo permanente para o conjunto da população carioca”, o que não as impede de destacar antes de tudo o outro ponto cego, real e simétrico, que esse tormento social só se tornou “um problema que demanda ações de emergência” – passada a retórica belicista do confronto – quando a iniciativa de diminuição da letalidade dos conflitos apresentou-se como exigência de uma reestruturação urbana concebida como cinturão de segurança para uma nova onda de investimentos expropriadores (“Será guerra?”, cit., p. 144-5).

[25] Livia de Tommasi e Dafne Velazco, “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária”, texto apresentado na 35ª reunião da Anpocs (Caxambu, 2011). Ver ainda Livia de Tommasi, “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”, *Política e Sociedade*, v. 2, n. 23, 2013; e também, sempre acerca da emergência da “subjetividade empreendedora” dos pobres promovida pela difusão de códigos e práticas internalizados por indivíduos “pacificados”, Dafne Velazco, “Intervenções sociais ligadas à juventude e à produção da ‘cidade integrada’ no

Rio de Janeiro”, manuscrito ainda inédito quando gentilmente cedido pela autora, como aliás os dois anteriormente citados. Visto pelo ângulo crítico desses estudos, o empreendedorismo dos pobres “libertados” pela pacificação aparece menos como o engodo que realmente é, nele incluído uma polarização social de segundo grau, apartando o pobre-incluído de seu semelhante que afundou um pouco mais, do que como uma bem-sucedida tecnologia de governo de condutas – para falar como Foucault, que é um pouco a língua política das autoras – e, como tal, perseguida por ser mobilizadora, algo como um arremedo de *engajamento*, que parece contagiar com um sopro redentor qualquer transação econômica ou social celebrada (e é este o nome, pois tudo termina em “evento”) no âmbito da comunidade envolvida, de sorte que a pacificação como dispositivo de condutas se realiza menos sobre do que através da população ativamente implicada num jogo concorrencial de novo tipo. De UPP em UPP, a contrainsurgência sem insurgência vai assim gerando o objeto do acordo tácito entre Estado, Empresas, Terceiro Setor, Comunidade, o simulacro de uma – como se diz no jargão piedoso – sociedade civil ativa e propositiva, o sonho de consumo no qual convergem as supracitadas entidades, regidas todas por uma mesma e nova racionalidade política, contra a qual ainda estamos aprendendo a lutar. Pois a Pacificação assim entendida não é mais um baluarte a ser tomado de assalto, e sim um processo de autoempresariamento sem fim – pouco importando o grau de ficção e padecimento no processo, bem como a predação concorrencial que ele necessariamente comporta. Do lado de cá também não pode mais haver *alvo*: o foco da paz armada nas favelas, conduzir-se como uma empresa de si mesmo, correndo de projeto em projeto, virou sim peixe dentro d’água, quem diria. Sem falar na sua armadura à prova de bala, o encaixe entre desenvolvimentistas sociais e protagonistas neoliberais – deixemos no ar o jargão. Dessa costura toda, dá notícia a dança dos papéis observada pelas autoras no artigo citado anteriormente: “Policiais que realizam atividades de educadores ou animadores sociais, oferecendo atividades esportivas, recreativas e de reforço escolar às crianças; gerentes de banco que funcionam como conselheiros de negócio e empreendimento, comerciantes que viram caixa de banco, líderes comunitários que gerenciam programas de governo, gestores públicos que transacionam empreendimentos privados”.

[26] Citado por Maurílio Lima Botelho, “Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres”, em Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (orgs.), *Até o último homem*, cit., p. 203. Antes, o autor comenta o programa Sebrae nas Comunidades Pacificadas – igualmente analisado em detalhe por Livia de Tommasi e Dafne Velazco, no artigo citado na nota anterior, que por sua vez destacam o mote do programa: o empresário é o verdadeiro protagonista do território pacificado, só que ainda não o sabia, pois todo aquele que se vira para viver é empresário –, depois de lembrar que, tudo bem pesado, o modelo alardeado das UPPs pode ser Medellín e a experiência de campo, Porto Príncipe, mas a linha instintivamente seguida é implantada pelos paramilitares cariocas, as milícias: “garantia repressiva de ordem e paz (até por toque de recolher) para fomentar a iniciativa privada e o desenvolvimento do mercado” (ibidem, p. 202) e, se assim é, alcançar a fronteira da ilegalidade pouco muda quanto ao fundo, à circulação da mercadoria política, à compra e venda de proteção e seus derivados. Para a conversão da ilegalidade em mercadoria política, a referência obrigatória são os estudos de Michel Misse, *Crime e violência no Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro, Lumen, 2011), em especial o cap. 10.

[27] Como diria Gabriel Feltran, estudando as relações entre política e violência em São Paulo, mais exatamente as estratégias de cooperação e conflito entre os diversos aparelhos de Estado e as “organizações” (dentro e fora da lei) com as quais disputa sua autoridade sobre o território. *Fronteiras de tensão* (São Paulo, Unesp, 2011).

[28] Sobre a ideia de “projeto” no capitalismo de hoje, ver Luc Boltanski e Ève Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme* (Paris, Gallimard, 1999) [ed. bras.: *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2009].

[29] Trecho citado por Vera Malaguti Batista, “O Alemão é muito mais complexo”, cit., p. 77. (Se fosse para avançar o sinal, ficaria difícil deixar de evocar os primórdios insurgentes do MST: “ocupar, resistir, produzir”. Só a simetria entre os extremos bem que valeria o CQD.)

[30] Ludmila Costhek Abílio, *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo* (Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH/ USP, 2005); José Cesar de Magalhães Júnior, *O mercado da dádiva: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas* (Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/ USP, 2006). Neste passo, parafraseei em linhas muito gerais a releitura do fantasma do Neoliberalismo que Pierre Dardot, Christian Laval e pesquisadores associados desentranharam de três aulas proféticas num remoto curso de Michel Foucault (*La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*, Paris, La Découverte, 2010). Em poucas palavras, o esquema parafraseado é mais ou menos o seguinte: o Neoliberalismo não seria nem uma ideologia, nem uma política econômica que devolveria aos mercados o que o Estado lhes roubara durante o breve parêntese do *welfare State*, nem um capitalismo tóxico ajustado à pureza consumada de sua matriz originária, nem uma patologia financeira cuja demasia seria curada por uma outra rodada de regulações comandadas por um Estado restaurado na plenitude de suas forças etc. Mas uma racionalidade antes de tudo política, mais precisamente, “governamental”, enfiando “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determina um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, implicando este último pelo menos duas novidades maiores: primeiro, que uma tal concorrência entre empresas-pessoas e sujeitos-empresas não significa, trivialmente, que doravante (mais de trinta anos...) o mercado devora toda a realidade, porém que a norma do mercado se estende e se impõe para além do mercado; segundo, que para se realizar tal princípio requer o consentimento ativo e participativo dos, justamente, concorrentes-empresas, que assim são governados não contra ou malgrado sua liberdade, mas através dela para que se conformem por si mesmos a certas normas. Dois minutos de reflexão e não é difícil afirmar que *de te fabula narratur*, reconhecer a transformação da Universidade numa organização: ontem, uma instituição estatutária, pesada, burocrática; hoje, uma fábrica enxuta de indivíduos dóceis e atormentados por um ritual de avaliação que não pode avaliar nada, apenas produzir mais sofrimento, sobretudo nos mais adaptados, porque dessa usina cruel se exige que funcione como uma empresa, embora obviamente não seja uma, daí a violência, por meio da qual, aí sim, se filia ao mercado real, pelo vínculo do trabalho intensificado, justamente – nada a ver com “privatização” ou coisa que o valha, ou melhor, a privatização, se for mesmo necessário manter a ideia feita, vem a ser precisamente essa engrenagem estritamente gerencial de consentimentos e coerções, engajamentos e submissões indiscerníveis. Ainda há pouco, Livia de Tommasi e Dafne Velazco não diziam coisa muito diferente, a saber: brigar contra as UPPs é uma luta vã enquanto não as compreendermos – como já dissemos e não custa insistir – como peças de um dispositivo de poder mais amplo cujo alvo é uma população territorializada a ser regulada por intermédio da construção política de mercados, e cujo objetivo é uma segurança muito mais que meramente securitária-policial.

[31] Esses dois retratos de época, dois flagrantes desse nosso “presente humanitário”, como diria Eyal Weizman, foram pescados por Felipe Brito no atual consenso carioca. O mote da porta de entrada policial para a cidadania escande a trilha sonora de um filme comemorativo dos duzentos anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, documentário no qual um camburão sobe a ruela de uma favela e, depois de muito esforço e barulho, estaciona, dele sai um policial que abre a caçamba, da qual surge então um cordão cívico de médicos, professores, assistentes sociais etc. Não haveria vinheta mais expressiva do atual caráter bifronte do Estado brasileiro, face Sul Global, altamente concentrada no país, a um tempo social e penal: assistir e punir, “bolsa tudo” e encarceramento em massa dos sobreviventes dos autos de resistência. Quanto à promoção da polícia a protagonista da transformação social, a fórmula, mas não a ideia, que circula no ar do tempo se deve a um dos modelos do Capitão Nascimento, primeiro filme. Cf. *Até o último homem*, cit., p.80-1. Sobre as portas giratórias por onde entram e saem esses atores inovadores, por exemplo, a militarização da fiscalização do comércio ambulante na cidade de São Paulo, entre outras dimensões do agregado composto por ordem social penal urbana e nova tecnologia política de gestão das cidades, ver Daniel Veloso Hirata, “A produção das cidades securitárias: polícias e políticas”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, mar. 2012, p. 10-1. Ver ainda Gabriela Moncau, “Kassab reforça o Estado policial em São Paulo”, *Caros Amigos*, jul. 2011.

[32] Na excelente formulação de Fábio Magalhães Candotti, *Em defesa da juventude: a participação como meio de governo* (Tese de Doutorado em Sociologia, Campinas, IFCH/ Unicamp, 2011). Voltaremos ao binômio, como se dizia na Ditadura, quando o tal binômio era outro, Segurança e Desenvolvimento. Resta saber o que restou desse binômio sinistro. P. S.: Poucos dias depois de redigir esta nota, a presidenta da República, em seu discurso de fim de ano (30 dez. 2013), declarou que o seu governo tornara-se há algum tempo o alvo preferencial de uma “guerra psicológica adversa” movida por “alguns setores” que “instilam desconfiança, em especial desconfiança injustificável”. Os dois jornalões de São Paulo reagiram. Em editorial de 1<sup>o</sup> de janeiro de 2014, o *Estado de S. Paulo* registrou a linguagem estapafúrdia e descabida, sem dar notícia, porém, de sua procedência de origem mais do que comprometedora. Já o colunista da *Folha de S. Paulo* Vinicius Torres Freire (31 dez. 2013, p. A12) destacou a incongruência de uma veterana da luta armada, pela qual pagou o preço da tortura e da prisão, recorrer àquela relíquia da Doutrina da Segurança Nacional, lembrando, por exemplo, que o Ato Institucional n. 14, baixado pela Junta em 1969, legalizava a pena de morte para crimes como “guerra psicológica”,

revolucionária ou subversiva, como se dizia então, concluindo: “É com pesar que a gente se pergunta o motivo de a presidente ter piorado ainda mais seus discursos assintáticos com essa mancha de péssima memória”. Se estamos no caminho certo, a chave do enigma não é nenhum viés autoritário banal – e ainda que fosse, não explicaria o lapso histórico inquietante –, mas sim a dimensão de poder – concentração, expansão e projeção – inerente à ideia histórica de Desenvolvimento, que implica, para além da mera tautologia da acumulação para continuar acumulando, a compulsão ao *catching up*, a ascensão a todo custo (quem não subir, cai) na escala hierárquica e assimétrica do capitalismo como sistema internacional. A prova dos nove veio com a Ditadura, que fundiu desenvolvimentismo e contrarrevolução preventiva. Diante dessa experiência traumática, armou-se o mito compensatório dos Anos Dourados que teríamos vivido no governo JK. Logo veremos se a Doutrina da Pacificação – para adotarmos a fórmula exata de Eduardo Tomazine – terá absorvido ou não a da Segurança Nacional, que por sua vez já não se distingue de sua versão urbana, patente no Urbanismo Militar, assinalado páginas atrás.

[33] Uma analogia arriscada talvez ajude não tanto a ideia, mas a imagem da peripécia que temos pela frente. Atribui-se a Teodoro Petkoff – que, por mais renegado que seja, ex-comunista e ex-guerrilheiro, não padece da cegueira ideológica dos seus aliados esqueléticos – o dito segundo o qual a simples chegada de Hugo Chávez ao poder, e ainda pela mais inquestionável das vias institucionais, foi não obstante o suficiente para desencadear uma verdadeira Contrarrevolução, diante da qual se viu na contingência de providenciar uma correspondente Revolução, até então inexistente. *Mutatis mutandis*, a nossa presumida insurgência deu o ar de sua graça, pelo menos aos olhos das várias tribos de branco, bons anos depois dos Contra botarem o bloco na rua.

[b] São Paulo, Boitempo, 2010. (N. E.)

[34] Lena Azevedo, “O Estado contra o povo”, *Caros Amigos*, n. 200, nov. 2013, p. 20-1.

[35] James Holston, *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993).

[36] São Paulo, Companhia das Letras, 2013. A edição original americana é de 2008.

[37] *Ibidem*, p. 63.

[38] *Ibidem*, p. 29.

[39] *Ibidem*, p. 34.

[40] *Ibidem*, p. 36.

[41] Tampouco me parece ser o caso de retomar, em contraponto, os capítulos correspondentes da tradição crítica brasileira no que concerne, por exemplo, aos vínculos de reprodução da força de trabalho e moradia popular na origem dos novos movimentos sociais. Para o sonho popular imemorial da casa própria e um apanhado da literatura crítica a respeito na virada dos anos 1970 para os 1980, ver Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo* (São Paulo, Paz e Terra, 1988), p. 99-114. Seja como for, a ênfase de Holston é na cidadania urbana e na mobilização urbana, e não nos novos movimentos sociais e sua extensa e amplamente conhecida literatura – o que muda muita coisa, como estamos vendo com a introdução da ideia de insurgência nesse contexto movimentista. Não seria menos interessante, também no âmbito daquele marco zero histórico, procurar o encaixe possível dessa denominação assim tão extemporânea – não se trata de mera sinonímia para rebeldia, resistência, contestação etc. – no debate da época acerca da identidade do novo sujeito que estaria emergindo, popular, autônomo, coletivo etc. Novamente impressiona o curto-circuito, ao ver assim o consumo de utilidades e objetos domésticos associado à conformação de uma subjetividade insurgente. E, de novo, a explicação se encontra na experiência histórica da autoconstrução, a ponto de quase se poder falar de um sujeito autoconstruído como tal, e na periferia, por certo. “Quando passaram a construir e montar suas casas”, afirma Holston, “as classes trabalhadoras assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores da vida urbana. Suas casas se tornaram textos legíveis que atestam essa mudança [na subjetividade], performances arquitetônicas tanto da aquisição de bens individuais e da competição por *status* como do drama coletivo de produzir as próprias periferias ao se apropriar e transformar o solo mesmo da cidade” (*Cidadania insurgente*, cit., p. 27). Ver ainda, no capítulo 7, “Cidadãos urbanos”, uma análise do modo pelo qual a novidade que a argumentação por direitos representou para os movimentos sociais urbanos permitiu que estes transcendessem a referência específica à lei, passando a significar uma “mudança na subjetividade: ou seja, a articulação era como uma performance que muda o *status* dos atores” (*ibidem*, p. 312). Pouco antes, uma inesperada analogia, ao introduzir a “guinada para os direitos” nos movimentos sociais urbanos: “Os argumentos baseados nos direitos motivaram os moradores das periferias não só porque forneciam uma estratégia com a qual lutar contra as grandes desigualdades e deficiências que enfrentavam em sua vida na cidade. Os discursos de revolução armada também fazem isso” (*ibidem*, p. 311). Se assim é, deve também valer outra analogia parcialmente esclarecedora da preferência do autor pelo repertório antagonístico da insurgência, mesmo que esta culmine na trincheira da propriedade privada: tudo se passa como se fosse necessário um suplemento de energia insurgente para transformar a condição de mero posseiro dependente de favores na de proprietário portador de direitos universalmente reconhecidos.

[42] Como se diz na historiografia do período, sobretudo quando se trata de recuperar a história do petismo e o surgimento do lulismo. Para Lincoln Secco, por exemplo, aquele partido novo que buscava sua vez e voz na vida brasileira só começaria a ser ouvido “depois da ameaça de uma verdadeira revolução democrática que de 1984 a 1989 sacudiu o país, embora não o suficiente” (*História do PT*, São Paulo, Ateliê, 2011, p. 76). Para um apanhado do que também chama de “primavera democrática”, ver André Singer, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo, Companhia das Letras, 2012), cap. 2.

[43] James Holston, *Cidadania insurgente*, cit., p. 349-50.

[44] Para um comentário sobre essa inscrição na via elevada de uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo, ver Teresa Caldeira, “Inscrição e circulação”, *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 94, nov. 2012, p. 58. “Esse tipo de manifesto urbano afirma o desejo de se apropriar da cidade percorrendo-a em todas as direções e reconhece a dificuldade de fazer isso devido ao custo dos transportes coletivos. Portanto, ocorre aí, ao mesmo tempo, a identificação de uma injustiça social e a reivindicação do direito à cidade” (*idem*). A autora com certeza reconheceria na utopia bem tangível de pular a catraca a cifra de um novo regime de cidadania insurgente, na acepção que lhe deu Holston e que estamos tentando adivinhar. Alargamento na disputa perene entre insurgentes e entrincheirados ou um passo novo? Penso que as duas coisas, pelo que pude depreender do que disse a autora para a reportagem de Cassiano Elek Machado e Graciliano Rocha, “Cientistas sociais procuram modelo para onda de protestos no Brasil”, *Folha de S.Paulo*, 23 jun. 2013, *Ilustríssima*, p. 3, no auge das manifestações de junho, para as quais antevia um desfecho semelhante aos motins que incendiaram as periferias francesas no outono de 2005. Indagado a respeito desse possível parentesco, o sociólogo francês Sebastian Roché, autor de um livro sobre aquelas revoltas de 2005, unanimemente consideradas como as mais extensas e intensas na história contemporânea da França – *Le frisson de l'émeute: violences urbaines et banlieues*, Paris, Seuil, 2006 –, confessa não ver muitos pontos de comparação: na França, diz ele, “não foram pobres destruindo o meio de vida de outros pobres. A burguesia ou o governo não foram os alvos. Nenhum espaço do poder foi sitiado ou tomado. Ninguém se aproximou, por exemplo, do parlamento nem da sede do governo” (como ocorreu no Brasil) (“Cientistas sociais procuram modelo para onda de protestos no Brasil”, cit.). Faltaram os 20 centimes. Trocadilhos à parte, seria muito otimista imaginar que a “cidadania insurgente” no Brasil teria queimado – mas por aqui muita coisa também pegou fogo – a etapa autodestrutiva da raiva? Seja como for, logo veremos, pois um segundo *round* está à caminho, com data marcada e tudo. Veremos também em que direção se terá ampliado o repertório da cidadania insurgente. Aliás, já era o caso no artigo citado: pichadores e grafiteiros, skatistas, rappers e *traceurs*, bem como praticantes de *break*, ao circularem incessantemente por toda São Paulo, outra coisa não fazem, através dessas performances “agressivas, ilícitas, arriscadas”, do que se insurgir – nos termos de Holston – contra o regime de “entrincheiramento espacial” a que a cidade foi submetida pelo condomínio que conduz a máquina urbana de crescimento. O sistema de enclaves fortificados no qual São Paulo se converteu – um real e sinistro emaranhado de entrincheirados e insurgentes – já havia sido estudado no livro bem conhecido de Teresa Caldeira, *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (São Paulo, Edusp/Editora 34, 2000).

[45] A propósito dessa querela infundável, ver Francisco de Oliveira, “O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”, *Novos Estudos*, São Paulo,

Cebrap, n. 74, mar. 2006. Acompanha a transcrição do debate que se seguiu à palestra original.

[46] Salvo por Plínio de Arruda Sampaio Jr., em cuja reconstituição e citações estou me apoiando, a partir de seu livro *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado* (Petrópolis, Vozes, 1999), p. 142-50.

[47] Citado em *ibidem*, p. 146.

[48] Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça* (Rio de Janeiro, Campus, 1979/ 1987). Para o comentário crítico de Holston, ver *Cidadania insurgente*, cit., p. 252-7.

[49] *Ibidem*, p. 257.

[50] Como nos tempos da Ditadura, a ideologia compensatória da casa própria voltou com tudo e, como toda ideologia que “pega”, com forte apoio na realidade, como admitem os primeiros críticos desse engodo de massa chamado Minha Casa Minha Vida, Mariana Fix e Pedro Arantes, “Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação”, *Brasil de Fato*, jul. 2009. Mas ao reapresentarem a casa própria como o derradeiro “bastião da sobrevivência popular”, e tudo o que daí decorre na ampla gama de significados reais e simbólicos da noção onipresente de segurança – da velhice com teto à proteção contra os despejos, passando pela segurança simbólica dos laços de solidariedade de bairro –, não deixam de assinalar mais um deslocamento na retaguarda dos entrincheirados populares, bem como o rebaixamento do antigo horizonte de “futuros alternativos”, pois a casa própria que o salário nunca pode comprar é hoje um bem ofertado no mercado de dádivas do governo.

[51] Pedro Fiori Arantes, “Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades”, artigo redigido a partir de sua intervenção na Conversa Aberta sobre as Manifestações, promovida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), 18 ago. 2013.

[52] *Idem*. Não se trata de negar, por exemplo, que o Estatuto da Cidade, nos termos em que Holston redescreve todo o processo, seja o resultado dos “movimentos de cidadania insurgente iniciados nos anos 1970” (*Cidadania insurgente*, cit., p. 376), mas de compreender como “aquilo deu nisso”. Como um autor que soube redefinir tão bem a dimensão insurgente da autoconstrução produtora de espaços autônomos na periferia interpretaria as sementes de “entrincheiramento” germinando num programa dito democrático-popular de Reforma Urbana?

[53] Se tudo isso faz algum sentido, na mesma medida torna-se até mais intrigante – por não ser sequer imaginável uma ressurreição da cidadania de tipo varguista, regulada pelo vínculo que atava profissão legalizada, contrato e direitos – a aposta de André Singer de que a redução da pobreza, amenizada pelo sistema de transferência direta, se dará de fato pela incorporação do subproletariado ao que chama de “cidadania trabalhista”. Ver, além do citado *Os sentidos do lulismo*, a entrevista a Luís Brasilino, “Novas expressões do conservadorismo brasileiro”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, out. 2012, p. 21.

[54] “‘Rolezinhos’ têm origem na luta pelo espaço urbano”, entrevista de James Holston a Eleonora de Lucena, *Folha de S.Paulo*, 19 jan. 2014, *Cotidiano*, p. C8.

[55] Silvio Mieli, “Black blocs”, *Brasil de Fato*, 25-31 jul. 2013, p. 3.

[56] Seria historicamente injusto não assinalar, entre a ciência política estabelecida e a esquerda da pesada, o *juste milieu* ocupado pelo cientista político que decifrou um dos sentidos do lulismo enquanto expressão política de todo um amplo setor da população pobre brasileira “destituído das condições mínimas de participação na luta de classes” (André Singer, *Os sentidos do lulismo*, cit., p. 77), o qual também reconheceu no “levante urbano desencadeado pelo Movimento Passe Livre (MPL)” não só uma “vitória extraordinária ao conquistar a redução do preço das passagens do transporte coletivo em São Paulo e em tantas outras cidades”, como admitiu que “nunca na história recente do país – e, talvez, nem na antiga – camadas populares tenham se levantado em tal proporção” (*idem*, “Esquerda ou direita?”, *Folha de S.Paulo*, 22 jun. 2013, p. A2). Mesmo com as ressalvas de praxe quanto à democracia, partidos e sindicatos, foram dois “levantes” numa única coluna.

[57] É preciso reconhecer, entretanto, que no piloto automático da esquerda que ainda não se conformou com a evidência de que manifestações de massa podem acontecer sem organizações de massa, dogma da pirâmide e sua base que ainda compartilha com a direita que se julga vitoriosa porque a “sua” mídia pautou o povaréu na rua assim que se recuperou da barriga comida nos primeiros atos, a poltrona vazia é apenas uma natureza morta, não constam sequer “os motivos que fizeram milhares de pessoas se levantarem do sofá” (Danilo Nakamura, “Crescimento econômico e desintegração social: as raízes do mal-estar brasileiro reveladas nas ‘jornadas de junho’”, *Marxismo21*, 5 jul. 2013). Apenas uma boa amostra de que a ideia de insurgência começou a fazer o seu caminho pela metáfora original de um corpo que se levanta – e, segundo passo, quebra um feitiço, derrubando no caminho outro tabu, o da cabeça feita pela lavagem ideológica da mídia e congêneres na indústria cultural: as pessoas sabem que se trata de enganação, mas mesmo assim agem como se não soubessem; em nada muda saber se a enganação é comercial ou oficial –, daí o enigma da força estranha que arrancou as pessoas do sofá, que as fez enfim se “insurgirem”.

[58] Na origem dessa *boutade* infeliz, encontra-se uma referência desajeitada e oculta à dimensão revolucionária do tédio, cujo fio Walter Benjamin principiou a desenrolar em Baudelaire e chegou até o “situacionista” Raoul Vaneigen, cujo *Traité de savoir-vivre à l’usage des jeunes générations* foi publicado exatamente um ano antes de Maio de 1968. Para uma análise muito original daquela conjuntura centrada justamente no tédio que acompanha o processo de modernização de uma sociedade pacificada como a francesa – o último conflito nacional grave, a guerra de independência da Argélia, terminara em 1962 –, e entendendo o tédio como um barômetro de época, um indicador do “tempo social que está fazendo”, ver os dois primeiros capítulos do livro de Jean-Pierre Le Goff, *Mai 68: L’Héritage Impossible* (Paris, La Découverte, 1998). É quase certo que o mencionado palpíte infeliz tenha tentado uma ligação direta, como se diz em futebol, com o artigo famoso de Pierre Viansson-Ponté, “La France s’ennuie”, publicado no *Le Monde* em 15 de março de... 1968. Menos de três meses depois, “a divina surpresa”, redimindo o articulista e confirmando mais uma vez aquele afeto negativo no papel de agente provocador coletivo. Se o Brasil se entediava ou não para valer antes de Junho, no fundo é o que todos queremos saber, frivolidades à parte. Nesse capítulo crucial dos sinais precursores da virada, sem propriamente entrar no assunto, o diretor responsável pela revista *Piauí* elegeu o filme *O som ao redor*, do cineasta pernambucano Kleber Mendonça Filho, lançado em janeiro desse outro ano que ainda não terminou, como muita gente anda dizendo, uma espécie de trilha sonora das revoltas de junho, sugerido mais no título da matéria editorial do que no corpo do texto, onde a trilha sonora é mesmo a vaia no estádio Mané Garrincha, na tarde de 15 de junho (Fernando de Barros e Silva, “O som ao redor”, *Piauí*, n. 82, jul. 2013, p. 7). Já que estamos recenseando, até uma ocorrência anódina alguma coisa assinala, onde se menciona a nova composição do *establishment*, “contra o qual as pessoas agora se insurgem”. Por outro lado, é apenas um gesto trivialmente óbvio pedido pela cena, o de Clodoaldo e seu irmão levantando-se da cadeira para o acerto de contas, que não poderemos dizer final, pois no plano seguinte o filme fecha com a explosão festiva do cachorro do vizinho, em *efigie*, é claro.

[59] Giorgio Agamben, *Profanações* (trad. e apr. Selvino Assmann, São Paulo, Boitempo, 2007). O original italiano é de 2005. As citações e referências que se seguem encontram-se entre as páginas 65 e 79 da edição brasileira.

[60] Ver a respeito a apresentação esclarecedora de Selvino Assmann, em *idem*.

[61] A melhor ilustração ainda é a do jogo, cujos vínculos originários com o sagrado são bem conhecidos: “As crianças que brincam com qualquer bugiganga que lhes cai nas mãos transformam em brinquedo também o que pertence à esfera da economia, da guerra, do direito e das outras atividades que estamos acostumados a considerar sérias. Um automóvel, uma arma de fogo, um contrato jurídico transformam-se improvisadamente em brinquedos. É comum, tanto nesses casos como na profanação do sagrado, a passagem de uma *religio*, que já é percebida como falsa e opressora para a negligência como *vera religio* [...]. Trata-se de um uso cujo tipo Kafka devia ter em mente quando escreveu em *O novo advogado* que o direito não mais aplicado, mas apenas estudado, é a porta da justiça. Da mesma forma que a *religio* não mais observada, mas jogada, abre a porta para o uso, assim também as potências da economia, da política e do direito, desativadas em jogo, tornam-se as portas de uma nova felicidade” (*ibidem*, p. 67). Isso dito, somos lembrados de que o jogo como órgão da profanação está em decadência em todo lugar. Pior, como o demonstram os espetáculos esportivos de massa, ao secularizarem uma intenção inconscientemente religiosa, são consumidos como uma nova liturgia, de sorte que “fazer com que o jogo volte à sua vocação puramente profana é uma tarefa política” (*ibidem*, p. 68).

- [62] No bom comentário de Selvino Assmann, em *ibidem*, p. 10.
- [63] Entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, 18 out. 2005, citada por Selvino Assmann, em *ibidem*, p. 11.
- [64] Entre nós, Michael Löwy consagrou-lhe uma conferência num colóquio promovido pela USP, há uns dois ou três anos, se não me engano, e acaba de organizar e apresentar uma coletânea de escritos pouco lidos de Walter Benjamin, a qual dá título o fragmento em questão: *O capitalismo como religião* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2013).
- [65] *Profanações*, cit., p. 70.
- [66] Walter Benjamin, *O capitalismo como religião*, cit., p. 21-2.
- [67] “Tudo bem pesado, o capitalismo é um sistema absurdo: nele, os assalariados perderam a propriedade do resultado do seu trabalho e a possibilidade de manter uma vida ativa fora da subordinação. Quanto aos capitalistas, eles se encontram acorrentados a um processo sem fim e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação das necessidades de consumo, sejam elas até mesmo necessidade de luxo. Para esses dois tipos de protagonista, a inserção no processo capitalista carece singularmente de justificações” (Luc Boltanski e Ève Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme*, cit., p. 41).
- [68] Günther Anders, *Kafka: pró e contra* (trad. Modesto Carone, São Paulo, CosacNaify, 2007), p. 105. A primeira tradução é de 1969.
- [69] *Idem*.
- [70] *Idem*, p. 106.
- [71] Sílvia Viana, *Rituais de sofrimento*, cit.
- [72] Isleide Fontenelle, “Vida, o reality show”, *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, v. 53, n. 3, maio-jun. 2013.
- [73] *Idem*.
- [74] Sílvia Viana, *Rituais de sofrimento*, cit., p. 169.
- [75] *Idem*, p. 161. Grifo meu.
- [76] Giorgio Agamben, “O que é um dispositivo?”, em *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (trad. Vinícius Honesko, Chapecó, Argos, 2009), p. 47.
- [77] Conforme relato de palestra motivacional para empresas ministrada por um oficial do Bope, analisada no livro de Sílvia Viana, *Rituais de sofrimento*, cit., p. 162. A propósito: na telinha dividida entre manifestantes pacíficos e vândalos baderneiros, como discriminar em cada um dos campos caveiras e invertebrados?
- [78] Giorgio Agamben, “O que é um dispositivo?”, cit., p. 40-1.
- [79] *Idem*, p. 46.
- [80] *Idem*, p. 49.
- [81] Como o descreve, por sua vez, Peter Pál Pelbart, *O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento* (São Paulo, N-1 Edições, 2013), p. 29.
- [82] Tiqqun, *Théorie du Bloom* (Paris, La Fabrique, 2000).
- [83] Yves Citron, “Une réaction symptomatique”, *Multitudes*, Paris, n. 35, jan. 2009, citado por Peter Pál Pelbart, *O avesso do nihilismo*, cit.
- [84] Num artigo de 1991, citado e comentado por Robert Kurz, em *Colapso da modernização* (6. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2004), p. 189.
- [85] Manolo, “Teses sobre a Revolta do Buzu”, *Passa Palavra*, set. 2011. Uma transformação análoga pode ter acontecido em junho de 2013, no que concerne à natureza da revolta popular deflagrada novamente pela questão específica do transporte. Neste sentido, não me parece inócua a variação no repertório que estamos tentando identificar desde o início.
- [86] Elena Judensnaider, Luciana Lima, Pablo Ortellado e Marcelo Pomar, *20 centavos: a luta contra o aumento* (São Paulo, Veneta, 2013).
- [87] Deixando mais uma vez a esquerda perplexa e a direita, indignada. “A força e as proporções assumidas pela luta contra o aumento das tarifas em São Paulo e outras capitais surpreenderam quase toda esquerda organizada. Um mês antes, dificilmente se previa que uma mobilização de rua fosse alterar de tal modo a conjuntura e impor uma derrota ao governo estadual e à Prefeitura, logo às vésperas da Copa das Confederações. Nossa dificuldade de compreender e responder a esse processo pode nos ajudar a explicar o preocupante avanço conservador no interior da mobilização” (Caio Martins Ferreira, “O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda diante das revoltas”, *Passa Palavra*, 22 jun. 2013). Voltaremos a este ponto cego.
- [88] Ver entrevista de Lucas Oliveira a Maria Carlotto, “Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos”, *Fevereiro*, n. 6, set. 2013.
- [89] “O chamado ‘espírito de carnaval’ – expressão lúdica de uma breve liberação dos rígidos quadros da existência cotidiana – aparece em alguns momentos. Após narrar a invasão dos bondes pela massa de garotos que marcam passagens, que forcem os motorneiros a levá-los para onde querem, observa o circunspecto *O Estado de S. Paulo*: ‘O mais deplorável, é que um bando de mocinhas, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada, tomando conta de três elétricos no largo da Sé’” (Boris Fausto, “Conflito social na República Oligárquica: a greve de 1917”, *Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 10, 1974, p. 88-9). Ver ainda Antonio Mendes Júnior e Ricardo Maranhão, *Brasil história, v. 3: República Velha* (São Paulo, Brasiliense, 1979), p. 319-20.
- [90] Paul Virílio, *Velocidade e política* (trad. Celso Paciornik, pref. Laymert Garcia dos Santos, São Paulo, Estação Liberdade, 1996), p. 21.
- [91] Interessado nos vínculos entre velocidade e política – e com um olho no desfecho sinistro do seu primeiro capítulo na crise da sociedade liberal-burguesa de entreguerras, resumido na frase de Goebbels em 1931, palavra de ordem durante a batalha entre fascistas e militantes socialistas e comunistas pela conquista de Berlim: “Quem conquistar a rua conquistará também o Estado!”, de sorte que o ponto cego compartilhado pelos dois campos inimigos consistia simplesmente na capacidade de “colocar em marcha”, “mobilizar”, como se põe em movimento um exército, no caso uma massa proletária rachada de alto a baixo e deslocada dos locais de produção para a rua, tanto pela força do desemprego quanto pela das organizações de classe, onde então se realizava a mutação decisiva, a configuração revolucionária, mas também contrarrevolucionária, se nos voltarmos para o lado oposto, operada no momento em que o substituto técnico da máquina torna-se ele próprio motor, máquina de assalto, isto é, “produtor de velocidade”, e essa corrida, é bom não esquecer, por se tratar de um movimento da lógica da corrida, os fascistas ganharam – Virílio está nos remetendo a uma era geológica da qual não se tem mais memória, muito embora seus vestígios ainda sejam perceptíveis na guerra de hoje entre Trânsito e Mobilidade, não sendo menor o risco dos contendedores compartilharem a mesma lógica da aceleração, mesmo quando os ativistas de hoje se dão ao luxo da vida em câmara lenta, com ou sem bicicleta. Dois ou três exemplos não serão demais, sobretudo se observarmos que a visão idiossincrática do Virílio de quarenta anos atrás está cada vez mais deixando de ser uma anomalia, pois para ele o poder burguês sempre foi militar antes de ser econômico. Por outro lado, sendo arquiteto de profissão, Virílio não acredita em urbanismo. A seu ver, a cidade é apenas uma paragem, uma plataforma de vigilância, “onde se associam instrumentalmente o olhar e a velocidade de locomoção dos veículos”. No fundo, o que existe é apenas “circulação habitável” (*ibidem*, p. 19-21). Um vestígio eloquente, tanto num vilarejo francês quanto na distópica Los Angeles: “Ao que parece, esqueceu-se que a rua é tão somente uma estrada atravessando uma aglomeração urbana, ainda que, a cada dia, entretanto, a legislação sobre a ‘limitação de velocidade’ dos veículos na cidade nos evoque essa continuidade do deslocamento” (*ibidem*, p. 21). Outra heresia: apenas secundariamente o poder político do Estado é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Num plano mais material, ele é sobretudo um poder de polícia num sentido muito peculiar: “serviço

de manutenção do sistema viário”, por isso, continua, desde a aurora da revolução burguesa, o poder político sempre associou “a ordem social com o controle da circulação – das pessoas, das mercadorias – e a revolução, o levante, com o engarrafamento, o estacionamento ilícito, o engavetamento, a colisão” (ibidem, p. 28). Último aviso aos navegantes: “Desde a tomada do poder, o governo nazista ofereceu ao proletariado alemão *esportes e transportes*. Acabam-se as revoltas, não há necessidade de muita repressão; basta esvaziar a rua prometendo a todos a estrada: é o objetivo político do Volkswagen, verdadeiro plebiscito, já que Hitler convenceu 170 mil cidadãos a adquiri-lo apesar de não haver um único disponível” (ibidem, p. 37; grifo meu).

[92] Espero não abusar dos bons argumentos de Daniel Guimarães Tertschitsch (“Deslocamento é lugar”, *Urbânia*, Pressa, n. 4, 2010) ao estender até eles essa reminiscência apenas sugerida de vento utópico que parece soprar em todas as revoltas populares, e mais especialmente, é claro, naquelas cujo detonador envolve o pesadelo do transporte como um mau sonho encobridor de uma secreta convocação para outras viagens. A verdade para a qual Daniel chamou atenção, ao rediscutir em nova chave a questão da mobilidade urbana, teria a ver com a equivalência em importância entre o “caminho” e o “destino”, de tal modo que “ir para um lugar já é, objetivamente, um lugar em si”. Como para a imensa maioria da população da cidade a vida gira em torno de dois eixos, um diurno, o trabalho, outro noturno, a formação para o trabalho, numa palavra, apenas ir e voltar dos locais do trabalho e do estudo, “o deslocamento já é trabalho” e, por isso mesmo, um lugar em que de algum modo já principiou o uso, ou abuso, de um tempo gasto e não pago. Assim sendo, quem deveria arcar com os custos do deslocamento para o trabalho seria o empregador. Na entrevista mencionada há pouco (“Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos”, cit.), Lucas Oliveira observa que, com a aprovação em 1985 da lei do vale-transporte, os quebra-quebras a bem dizer pararam, retornando apenas em 2003. Mas o argumento em favor da tarifa zero e do controle público sobre o sistema de transporte não para por aí, visa mais alto: “Por que encarar como legítimos apenas os deslocamentos para as funções ‘oficiais’ da cidade (trabalho e formação)?”. A dúvida é mais funda do que parece. Os insurretos de 1917, em São Paulo, também fizeram a experiência do deslocamento como lugar, subvertendo-lhe, porém, o sentido ao romperem o recorte de classe daquelas funções oficiais. Para os moleques de rua – talvez os mesmos que faziam tiro ao alvo nos postes de iluminação, facilitando a movimentação noturna dos trabalhadores amotinados –, mudar a seu bel-prazer as linhas dos bondes, embaralhando-as, podia ser, e de fato era, apenas um jogo. Mas, como vimos, nele também acontece a passagem que está nos interessando do sagrado ao profano, no caso, mais uma vez, pelo uso incongruente com o “oficial” de um dispositivo que não por acaso até hoje atende pelo nome popular de “condução”. É pouco? Sim, mas é por aí que se torcem as razões da governamentalidade. Ocorrências desses atos profanatórios durante a insurgência de Junho devem ter se multiplicado país afora. Por relato direto de manifestantes, sei de uma em Fortaleza, quando a onda de protestos se aproximou da praia proibida, a Arena Castelão, antes, durante e depois do jogo entre Brasil e México, dia 19 de junho – segundo os cronistas locais, a maior manifestação política na história da cidade. A altura tantas, o caldo do confronto foi engrossado pela adesão de um enxame de pivetes – vetinhos ou vetins – que capricharam num sem-número de manobras táticas, entre elas o sequestro de um ônibus, ato contínuo desviado na direção de um pelotão de cavalários da PM, não sem antes desembarcar os passageiros e confiscar-lhes os ingressos para o jogo. Mas como a barra da direção pesou mais do que podiam os braços do novo motorista, este pulou fora, deixando um saldo devedor atravessado na pista, um dispositivo-bagulho fora do uso oficial. Já não foi assim tão pouco além de ampliar o repertório.

[93] Sei muito bem que o MPL não é o princípio nem o fim de todas as coisas, bem como o famigerado mantra da Mobilidade Urbana. E que minha visão é muito paulista, para não dizer paulistana, mas não há nada que possa fazer a respeito.

[94] Citado em Daniel Guimarães Tertschitsch, “Deslocamento é lugar”, cit.

[95] Em *Últimos combates* (Petrópolis, Vozes, 1997).

[96] Para uma interpretação da nova constelação urbana em que proliferam esses “paraísos do mal”, como os chamam Mike Davis e Daniel Monk, nos quais “os ricos podem andar como deuses no jardim de pesadelo de seus mais profundos e secretos desejos”, ver Otilia Arantes, *Chai-na* (São Paulo, Edusp, 2011), p. 50-3. A seu ver, esses espaços urbanos extremos alicerçados no trabalho atroz de imigrantes acampados fora dos muros são “casulos de ansiedade armada, num planeta de megacidades favelizadas” (ibidem, p. 53).

[97] Francis Wolff, “A flecha do tempo e o rio do tempo: pensar o futuro”, em Adauto Novaes (org.), *Mutações: o futuro não é mais o que era* (São Paulo, Sesc, 2013), p. 41-3.

[98] Ibidem, p. 53.

[99] “Um avanço nas revoltas de trabalhadores humilhados pela CPTM”, *Passa Palavra*, 10 abr. 2012.

[100] Na boa observação de João Alexandre Peschanski, “O transporte público gratuito, uma utopia real”, em David Harvey, Erminia Maricato et. al., *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 59-63.

[101] Vasculhando mais uma vez a floresta de *prints* à minha volta, vejo que não estou só na hipótese de que a partir de Junho difundiu-se a percepção de que uma ameaça rondava o consenso Paz e Oportunidade, sobre o qual se erguera a reconciliação nacional uma vez curadas, ou simplesmente entregues à própria sorte, as feridas da Ditadura. Refiro-me ao fecho de um artigo de Henrique Costa. À vista da ressalva feita na nota 93, vale destacar que o autor, embora pesquise na USP, argumenta com matéria colhida principalmente no rescaldo carioca de Junho, do qual aliás partimos nós também. Rescaldo no qual o oficialismo, tal como o fogo de barragem midiática contra vândalos, baderneiros e arruaceiros, aos quais, de resto, o pronunciamento presidencial de junho prometeu tolerância zero, estendida mais adiante à “guerra psicológica adversa”, viu apenas “anomia niilista”, na bizarra expressão de um ideólogo de primeira linha, juntando-se aos correligionários que hoje “quebram a cabeça para desvendar a arapuca que se tornou a conjuntura do Brasil, todos há pouco muito crentes de que o subproletariado garantiria vida eterna ao petismo no poder” – crença que certamente pressupunha igual vida eterna ao subproletariado, e vida eterna dentro da ordem. Como do sonhado casamento com a casta dita neodesenvolvimentista parece que não sobrou nem um troco para a condução, “seria preciso achar um culpado”, nas palavras do autor. Sugerimos mais atrás um outro sonho, um sonho de paz: sonhava-se um mau sonho com esse culpado muito antes de ele finalmente encarnar, na brecha aberta pela ruptura que talvez estejamos testemunhando, embora o curso do nosso pequeno mundo tenha reentrado nos eixos, como se pode ver pelo número de ônibus queimados diariamente. “Mas a corda, talvez, tenha finalmente estourado. A mobilização em torno ao sumiço do pedreiro Amarildo na favela da Rocinha mostra que, de junho para cá, a consciência ultrapassou a medida convencional da luta de classes aceita como natural no Brasil. A paz armada proporcionada pelas Unidades de Polícia Pacificadora sofreu um abalo” (Henrique Costa, “O presente e o futuro das jornadas de junho”, *Carta Maior*, 11 ago. 2013).

[102] Como Pablo Ortellado, que assina o capítulo final do citado *20 centavos*.

[103] Nas palavras de Lucas Oliveira, na entrevista feita por Maria Carlotta: “A gente acertou até mesmo o dia em que o aumento ia cair. O aumento caiu no dia em que nós planejamos, de verdade. Foi um planejamento muito sistemático. Nós olhamos para o que aconteceu nas cidades que conseguiram barrar o aumento. O que aconteceu nessas cidades? Uma luta forte e intensa, em tanto tempo, e o grupo que chamou inicialmente as manifestações, a partir de um dado momento, não teve mais o controle sobre elas. Então, depois de estudar essas experiências, a gente concluiu: é isso que a gente precisa em São Paulo” (“Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos”, cit.).

[104] John Holloway, *Fissurar o capitalismo* (trad. Daniel Cunha, São Paulo, Publisher, 2013), p. 8.

[105] Ao contrário das reticências – para ser ameno – de realistas e pragmáticos, Holloway não está pregando o Sermão da Montanha ao dizer que é preciso mudar o mundo sem buscar redesenhar as estruturas de poder e dominação para melhor colocá-las “a nosso serviço”, como lembrado pela resenha do livro escrita por Júlio Delmanto, “Ótima hora para fissurar o capitalismo”, *Fórum*, 7 ago. 2013. Ótima hora não no horário estadocêntrico nacional, mas no calendário de Junho, que não por acaso talvez tenha assinalado essa mudança na temporalidade da rebelião, cuja conflitividade em nova chave tanto seus inimigos como (sobretudo) seus amigos querem “estatizar”. Foi sim por vinte centavos, mas não por Mais Estado!

[106] Erik Olin Wright, “Utopias reais para uma sociologia global”, *Diálogo Global*, v. 1, jul. 2011. Não creio forçar demais a mão se acrescentar que essa exploração prática em busca de utopias reais, ao “identificar configurações existentes que violam as lógicas básicas das instituições dominantes”, não deixa de ser uma estratégia de profanação que, por sua vez, nada mais tem a ver com a grandiloquência das *tabula rasa* do passado. Decididamente, os atos profanatórios identificados e convocados na pequena nota profética de Silvio Mieli não têm nada a ver com as transgressões características das vanguardas, históricas ou requeitadas. Conhecemos seu destino de progressiva perda de tensão e voltagem, até que a Indústria Cultural complete o serviço de abolição da distância estética que antes apartava as obras consagradas do comum dos mortais. Sirva novamente de advertência a armadilha proibicionista das *car-free cities*: o complexo político-industrial do transporte coletivo está aí operando e “profanando” as separações que caducarem. O efeito demonstração de Masdar City é uma inequívoca manifestação sobrevivencialista: descartando o aterro sanitário social acima do qual flutuam, os super-ricos estão mostrando que o capitalismo pode não ser necessariamente uma sociedade do automóvel. Porém, não mede sacrifícios (alheios) para acumular proibições: tabaco, droga, carro etc., a lista varia conforme dá voltas a espiral da crise. Multiplicando os zoneamentos de segurança: assim, numa cidade livre de veículos movidos a energia fóssil, será proibida a entrada de viventes e semoventes poluidores.

[c] Marcelo Miterhof, “Ônibus gratuito”, *Folha de S.Paulo*, 28 fev. 2013. (N. E.)

[107] Rodrigo Guimarães Nunes, “A organização dos sem organização: oito conceitos para pensar o ‘inverno brasileiro’”, *Le Monde Diplomatique*, jul. 2013.

[d] *Le siècle des chefs: une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890- -1940)* (Paris, Amsterdam, 2013). (N. E.)

[108] Que, para tal, remete a um artigo seu, “Las lecciones del 2011: tres tesis sobre organización”, *El Ciudadano*, 2 abr. 2013.

[e] “Virou profissão, das boas, ser um dirigente sindical”, diz fundador da CUT”, *Estado de S. Paulo*, 19 ago. 2013. (N. E.)

[109] Lincoln Secco, “As jornadas de junho”, em David Harvey, Ermínia Maricato et. al., *Cidades rebeldes*, cit.

[110] Em David Harvey, Ermínia Maricato et. al., *Cidades rebeldes*, cit., p. 79-82.

[111] Em *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 97, nov. 2013.

[112] Debate no Espaço Cult, registrado em “O que pensam os jovens que ocupam as ruas?”, *Cult*, n. 182, ago. 2013, p. 64.

[113] Sílvia Viana, “A guerra dos panos”, Blog da Boitempo, jun. 2013.

[114] Movimento Passe Livre, “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, em David Harvey, Ermínia Maricato et. al., *Cidades rebeldes*, cit., p. 16.

[115] Idem.

[116] Espero não estar armando um falso problema. Com a palavra, novamente, quem de direito: “Uma outra coisa que eu acho fundamental: ninguém pergunta para um movimento de moradia como você vai custear a reforma urbana, ninguém pergunta porque não é função do movimento social ser gestor público. A gente não quer ser gestor público. Dar opções e discutir isso politicamente, até porque a gente estuda o tema, tudo bem. Mas a função essencial do movimento social é mobilizar politicamente para garantir uma demanda, e criar formas de organização para isso, e não gerir o Estado” (Lucas Oliveira em entrevista com Maria Carlotto, “Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos”, cit.). Acredito, mas faltou acertar o relógio com o discurso do MPL no capítulo que lhe coube no livro *Cidades rebeldes*. Seja como for, uma coisa parece clara: o personagem cujo papel não se quer representar – e que tem a idade histórica da reinvenção pela esquerda da “política pública”, como foi rebatizada e aclimatada a ação pública dos dominantes numa sociedade antagônica –, o gestor público, continua em cena, e com ele se discutirá igualmente em cena aberta. Uma outra coisa também deveria estar clara: se de fato está acontecendo uma ruptura com as tecnologias sociais de poder normalizadas ao longo de nossa interminável Transição, junto com os ônibus também estão queimando as pontes que nos reconduziriam de volta a um novo marco zero da longa marcha através das instituições iniciada lá atrás pela esquerda de governo, no seu tempo uma tremenda novidade, hoje soterrada por uma avalanche de lugares-comuns fossilizados. Vasto assunto à espera de um juízo histórico por parte de uma tradição crítica, equipada com um filtro mágico, específico das configurações periféricas, através do qual o serviço público e seu Estado suscitaram verdadeiras vocações para a responsabilidade, como se dizia, produzindo inclusive conhecimento novo sobre um país envenenado pela herança colonial. A famigerada reforma gerencial do Estado – ou seu simulacro, pouco importa, que pôs nos trilhos o seu contrário, o nosso *crony capitalism* – foi inspirada pelos herdeiros dessa mesmíssima tradição crítica.

[117] Digamos que, em Junho – sob a espécie sensível de vinte centavos a mais –, resistiu-se a continuar sendo governado assim, e quase tudo consiste em saber decifrar retrospectivamente um tal “assim”. O novo se insinuou por essa brecha, não custa repetir. Daí o espanto, expresso inclusive numa linguagem que ninguém mais estava acostumado a ouvir, ou melhor, nem sabia que ainda existia. Daí o espanto suplementar ao ler estas linhas na revista *Piauí*: “A situação que se abriu é revolucionária. Nela, o inesperado é sempre a nota inicial. [...] isso não significa que o Brasil esteja às vésperas de uma revolução, longe disso. Situação revolucionária não quer dizer tomada de poder. Muito menos a mudança radical da sociedade. A expressão serve para descrever o período em que o povo dá mostras de que não quer mais viver como antes. E que o Estado não pode mais seguir governando como fazia até então. Isso está a acontecer no Brasil” (Mario Sergio Conti, “Rebelião”, *Piauí*, jul. 2013, p. 8).

[118] Esse fazer coisas está longe de ser inócuo – embora o seja, visto pelo ângulo do que se perdeu –, trata-se de uma “nova forma de política”, condizente com o tempo novo do futuro que já chegou, prescrita por ONGs, Corporações e Estado aos jovens que irão “protagonizar” alguma atividade em que bens e serviços serão oferecidos gratuitamente, por exemplo, na forma de trabalho voluntário. Ver a respeito dessa máquina de fabricar consensos – mais um dos atuais dispositivos de governo – o impressionante panorama analisado por Regina Magalhães de Sousa, *O discurso do protagonismo juvenil* (São Paulo, Paulus, 2008).

[119] Sílvia Viana, “Será que formulamos mal a pergunta?”, em David Harvey, Ermínia Maricato et. al., *Cidades rebeldes*, cit., p. 56. No rol desses falsos precursores dos acontecimentos que marcaram 2013 como “o ano em que começamos a vencer” (Erica, MPL, em “A tarefa é fortalecer as lutas sociais”, *Caros Amigos*, n. 196, jul. 2013) predominam empreendimentos ditos colaborativos, via de regra ligados à produção cultural e editais conexos, especializados em proclamar a seu modo um direito à cidade na forma de ocupações de espaços públicos nas quais se celebra o fato de estarem juntos naquele espaço fazendo alguma coisa mais ou menos indefinida, geralmente um festival de música com cara de ato público ou vice-versa. Podemos dizer quase sem erro que essa “ida à rua” está na origem da difusão daquela maquiagem do Direito à Cidade, mencionada páginas atrás, com cara de direito a visita e usufruto da paisagem urbana e seus equipamentos. A declaração de um animador dessas manifestações-culturais-espontâneas-que-estão-transformando-a-cidade de São Paulo, transcrita por Sílvia Viana, pode servir de ilustração igualmente espontânea do mosaico de estereótipos que movimentam o discurso analisado no citado livro de Regina Magalhães de Sousa, *O discurso do protagonismo juvenil*: “Os jovens estão cada vez mais presentes nas ruas. Hoje, temos grandes movimentos coletivos que contribuem para fortalecer a integração. Quando as pessoas ocupam os espaços, conseguem transformá-los e acabam se tornando protagonistas” (Sílvia Viana, “Será que formulamos mal a pergunta?”, cit., p. 59). Na contramão vinham outras Marchas, a da Maconha, e das Vadias etc., salvo engano, herdeiras em linha direta dos protestos antiglobalização de 2000 (São Paulo, praça da República, S26) e 2001 (São Paulo, avenida Paulista, A20), para ficar nos pioneiros. No primeiro, mil pessoas protestaram em frente à Bolsa de Valores, com tintas e pedras sendo arremessadas na sede da referida instituição, e 39 manifestantes presos depois de ocuparem o centro da cidade por toda a tarde. Na avenida Paulista, no ano seguinte, foram dois mil jovens. A polícia abriu então a sua nova caixa de ferramentas pacificadoras: 79 presos e mais de cem feridos (dados e histórico em André Ryoki e Pablo Ortellado, *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*, São Paulo, Conrad, 2004), só que dessa vez, como lembrado por um dos autores, a prefiguração anticapitalista encenada pelo processo alcançou um resultado anunciado desde o início, de sorte que os jovens manifestantes pela primeira vez não apanharam sozinhos, tampouco havia “protagonistas” de qualquer espécie. Como respondeu um militante à bisbilhotice fulanizadora de um repórter: “Anota aí: eu sou ninguém”. O comentário de Peter Pál Pelbart, depois de lembrar o acerto homérico do manifestante ao ressuscitar em pleno tumulto de rua a astúcia de Ulysses com o próprio nome Odísseu (Ninguém), ressalta o quanto a luta para tornar cada vez mais comum o que é comum, ao contagiar o próprio nome comum de quem luta, desnorteia os “dispositivos” que se lançam sobre ele (Peter Pál Pelbart, “Anota aí: eu sou ninguém”, *Folha de S.Paulo*, 19 jul. 2013, p. A3).

- [120] Como um *rally* que reuniu, há menos de um par de anos, no largo da Batata (zona oeste de São Paulo) – por onde começou, aliás, a megamanifestação de 17 de junho de 2013 –, um punhado de desavisados mais ou menos convencidos de que estavam ali para exprimir seu desconforto com os rumos tomados pela reurbanização do largo e seu entorno, tudo em nome do tal direito à cidade. Seria o caso então de remeter desde já os escaldados por tais banhos de espaço público ao projeto jornalístico investigativo Arquitetura da Gentrificação (ver o texto de Fabrício Muriana e Sabrina Duran, “PPP da habitação: parceria entre governo estadual de São Paulo e capital imobiliário ameaça até classe média”, *Arquitetura da Gentrificação*, disponível em <reporterbrasil.org.br/gentrificação/blog>) – e no tal *rally* ninguém sabia ao certo se era a favor ou contra a dita revitalização do largo.
- [121] Ver, entre outras boas análises, Rafael Alves da Silva, *A exaustão de Sísifo: gestão produtiva, trabalhador contemporâneo e novas formas de controle* (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campinas, IFCH/ Unicamp, 2008).
- [122] “Existe consenso em SP? Reflexões sobre a questão da cultura (2ª parte)”, *Passa Palavra*, 24 fev. 2013.
- [123] Gabriel Simeoni (MTST), em “A tarefa é fortalecer as lutas sociais”, cit.
- [124] Cristiano Navarro, Luís Brasilino e Renato Godoy, “O junho de 2013”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, jul. 2013, p. 5.
- [125] “A tarefa é fortalecer as lutas sociais”, cit.
- [126] Douglas Anfra, “Renascimento libertário da rua”, *Mouro*, São Paulo, Núcleo de Estudos da Capital, no prelo.
- [127] Entrevista de Sônia Fleury a Daniela Alarcon, “A sociedade está se apropriando do poder. Temos que revitalizar a democracia”, *Revista Adusp*, out. 2013.
- [128] Entrevista de Adrian Gurza Lavalle a Flavio Lobo, “Na pátria da democracia ‘pós-participativa’”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, jul. 2012, p. 32.
- [129] *Ibidem*, p. 33.
- [130] Ermínia Maricato, “Nunca fomos tão participativos”, *Carta Maior*, 26 nov. 2007.
- [131] Anna Luiza Salles Souto e Rosângela Dias Oliveira da Paz em entrevista a Francele Cocco, “A institucionalidade participativa”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, ago. 2013, p. 22-3.
- [132] Elena Judensnaider, Luciana Lima, Pablo Ortellado e Marcelo Pomar, *20 centavos*, cit., cap. final.
- [133] Adalberto Cardoso, “As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva”, *Insight/ Inteligência*, n. 62, jul.-set. 2013.
- [134] Eric Hobsbawm, *Rebeldes primitivos* (trad. Nice Rissone, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1970). A edição original é de 1959.
- [135] *Ibidem*, p. 14.
- [136] “Protestos por causa de assassinatos atribuídos por parentes das vítimas à Polícia Militar foram responsáveis por cerca de um terço de ataques a ônibus na capital neste ano. Três mortes terminaram em manifestações, com a destruição de nove dos 32 ônibus queimados na cidade – média de um por dia desde que 2014 começou” (“Um terço dos ataques foi em protesto por mortes na zona sul”, *O Estado de S. Paulo*, 30 jan. 2014, p. A13). Está, por certo, na ponta da língua o arremate, desde que 2014 começou e 2013 ainda não terminou nem terminará tão cedo. Muita coisa ainda vai entrar na conta de Junho. Resta a dúvida: por que somente em janeiro, seis meses depois, quando então, em um único mês, o número de veículos queimados superou o total de casos registrados no primeiro semestre de 2013, junho incluído?
- [137] Mexendo agora com fogo, seria indispensável remeter ao capítulo da tese recente de Acácio Augusto Sebastião Júnior sobre a revolta incendiária dos estudantes gregos em dezembro de 2008, *Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária* (Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2013).
- [138] *Folha de S.Paulo*, 25 jan. 2013, p. C2-3. Publicado na manhã dos confrontos da noite daquele mesmo dia de tiros e atropelamentos.
- [139] Entrevista de Lucas Oliveira a Maria Carlotto, “Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos”, cit. Tampouco foi aleatória a escolha das catracas na revolta de trabalhadores na estação de trem de Francisco Morato – ou aquilo que a CPTM chama de estação: um barracão de Brasilit sobre canos de ferro –, em 29 de março de 2012, analisada por Ronan no artigo do *Passa Palavra*, “Um avanço nas revoltas de trabalhadores humilhados pela CPTM”, cit.
- [140] “Onda incendiária”, *Folha de S.Paulo*, “Opinião”, 28 jan. 2014.
- [141] Adalberto Cardoso, “As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva”, cit., p. 25.
- [142] Obviamente, ao contrário do que pensa a metafísica clássica, esse “nada” tem mil propriedades, sobretudo na acepção brasileira do termo. Pode ser a Paz Total, como logo veremos. Pode ser também o da vida eterna de um sistema de transferências monetárias condicionadas, Providência verdadeiramente divina. Como disse, mil propriedades. *N. B.*: quando Chico de Oliveira lançou a tese da “irrelevância da política”, na esteira de sua hipótese bem conhecida do Ornitórrinco – cuja evolução truncada não carece mais de consciência –, a equipe do Cepat Informa (Curitiba) pediu-me que a comentasse, o que fiz nos limites de uma entrevista. Ver Paulo Arantes, “Qual política?”, em *Extinção*, cit., p. 285-92. Quanto à outra política, cuja extinção a Paz Total a caminho anuncia e persegue, a política como “dimensão primordial de encaminhamento das expectativas humanas”, o nervo mesmo da mobilização social das “pessoas comuns”, Greg Grandin, de quem estou emprestando a definição, sustenta que tal foi o objetivo primordial do arrastão aterrador que recobriu o continente desde a deposição de Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954, arrastão que nos alcançou em 1964 e prosseguiu Cone Sul adentro até retornar, nos anos 1980, à América Central dos derradeiros genocídios daquelas mais de três décadas de Contrainurgência. Ver o ensaio “1964”, em resposta à pergunta “o que resta da ditadura?”, publicado na p. 281-314 deste volume.
- [143] Anselm Jappe, *Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas* (trad. Robson de Oliveira, São Paulo, Hedra, 2013), p. 74.
- [144] *Ibidem*, p. 75. O artigo que estamos citando, “Violência, mas para quê?”, foi publicado originalmente na revista francesa *Lignes*, em 2009.
- [145] *Ibidem*, p. 85.
- [146] José Moura Gonçalves Filho, “Humilhação: um problema político em psicologia”, *Psicologia USP*, v. 9, n. 12, 1998.
- [147] “Alarme de incêndio no gueto francês”, publicado neste volume.
- [148] Janio de Freitas, “Um pouco de vida”, *Folha de S.Paulo*, 30 jan. 2014, p. A9.
- [149] Ver a reportagem de Wilson Tosta, “Após crítica, Defesa faz mudanças em manual”, *O Estado de S. Paulo*, 6 fev. 2014, p. A9. Ver ainda, do mesmo repórter, matéria anterior: “Defesa prevê Forças Armadas no papel de polícia”, *Estado de S. Paulo*, 22 jan. 2014, p. A5.
- [150] Jorge Zaverucha, “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988”, em Edson Teles e Vladimir Safatle (orgs.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (São Paulo, Boitempo, 2010), p. 48-9.
- [151] Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, “Fantasmas da ditadura”, *Caros Amigos*, dez. 2013, p. 25.
- [152] Numa das tantas cenas desconcertantes do filme *Cronicamente inviável* (2001), de Sérgio Bianchi, uma dondoca fantasiada de socióloga tucana atropela um menino de rua. Não está se desculpando ao dizer aos brados que o infeliz atravessara fora da faixa; na verdade, sai do carro passando uma descompostura, dirigindo-se à pequena audiência de curiosos que se formara à sua roda (seminário sobre as novas incivildades?), na vítima, seus familiares, educadores e o que mais for pelo descaso na

educação que não houve acerca das regras de trânsito.

[153] A história do Brasil sempre foi uma história de camponeses ameaçados e assassinados. Para eles, a guerra interna é permanente e dispensa manual de instruções. *Partido da Terra* é o título do livro de Alceu Luís Castilho, um levantamento sistemático e exaustivo de como os “políticos conquistaram o território brasileiro” e vice-versa, como o nosso sistema político-partidário é ocupado sistematicamente pelos donos do território. O capítulo da guerra é o último, sobre os escravizados, mortos e ameaçados. Ver Alceu Luís Castilho, *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro* (São Paulo, Contexto, 2012).

[154] Não precisamos recorrer ao exemplo clássico desse *revival* mercantilista, o “governo” de corporações como Halliburton e Bechtel sobre porções do território iraquiano, então reconquistado em 2003. Ver Paulo Arantes, “A viagem redonda do capitalismo de acesso”, em *Extinção*, cit., p. 176-8. À sombra dos megaprojetos e megaeventos, essa fusão de poder capitalista e poder territorialista opera por aqui numa escala jamais vista – a rigor, ela é a expressão integral do Brasil contemporâneo –, tanto nos confins da Amazônia, nos portos secos e propriamente ditos, como, antes de tudo, na cidade que Carlos Vainer vem chamando de Cidade de Exceção, a cidade-empresa sob governo direto do capital, e não se trata apenas do Rio de Janeiro Cidade Olímpica. Além de seu artigo bem conhecido, “Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro”, *Anais: encontros nacionais da Anpur*, v. 14, 2011, ver ainda sua mais recente entrevista, a Dario de Negreiros, “Rio promove ‘limpeza urbana’ e será mais desigual em 2016”, *Viomundo*, 30 jan. 2014. Em resumo, a cidade de exceção é uma cidade-empresa planejada para funcionar estrategicamente como uma empresa num mercado internacional de cidades que vendem localização para as grandes corporações que circulam pelo mundo. E como (falsa) empresa atuando numa situação de mercado politicamente construída (uma situação de mercado sem mercadorias reais: por qualquer ângulo que a observemos, a cidade enquanto tal não é uma mercadoria), precisa ser inteiramente despolitizada, como qualquer empresa, e sua legislação específica, indefinidamente derogada, flexibilizada, contornada. Seu governo se confunde com uma sequência de Operações Urbanas (que, por sua vez, integram o elenco das intervenções contemporâneas) impulsionadas pelos famigerados “instrumentos”, quase todos da família das Parcerias Público-Privadas. A última geração delas, fechando o pacote da mão baixa do capital no comando das cidades, inclui uma inovação espantosa, a “concessão urbanística”, outro instrumento, mediante o qual o poder de desapropriação do Estado é transferido para o setor privado, de sorte que um cartel de empresas, ao “ganhar” uma concessão para reurbanizar um bairro, torna-se de fato seu dono, podendo desapropriar para investir em megaempreendimentos imobiliários nesse território, que certamente precisará ser altamente protegido e vigiado, resposta armada incluída. Ver a respeito dessas patologias normalizadas a extensa reportagem de Fabrício Muriana e Sabrina Duran, “PPP da habitação: parceria entre governo estadual de São Paulo e capital imobiliário ameaça até classe média”, *Arquitetura da Gentrificação*, cit. É por essas e por outras que o discurso clássico das mediações passou desta para melhor faz tempo. Não há mais “mediações” nas cidades, todas as ligações são diretas.

[155] Didier Fassin, *La raison humanitaire* (Paris, Gallimard, 2010).

[156] Pierre Dardot e Christian Laval, *La nouvelle raison du monde*, cit., p. 469-75.

[157] Cito de acordo com os textos que tenho à mão, pois o autor se manifestou muitas vezes a respeito desse modelo de fusão jurídico-normalizadora que geralmente atende pelo nome de Estado Democrático de Direito. Por exemplo, “Democracia e estado de exceção: o conceito de ação na filosofia política contemporânea por meio do discurso dos direitos humanos”, inédito, e “Democracia, segurança pública e coragem para agir na política”, em Slavoj Žižek, Tariq Ali et. al., *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas* (São Paulo, Boitempo, 2012), p. 75-82, artigo publicado originalmente no blog da editora.

[158] Ver Samuel Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History* (Cambridge, The Belknap Press, 2010).

[159] Regina Magalhães de Souza, “Trabalhadores vão à faculdade: notas para uma investigação sobre sujeitos que voltam a estudar”, capítulo de um livro coletivo organizado por Nilton Ota e Luciano Pereira, ainda inédito.

[160] Idem, “Impressões sobre os manifestantes de junho na cidade de São Paulo”, inédito.

[161] Celso Frederico, “Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos”, *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, 2013, p. 17.

[162] Tulio Halperin Donghi, citado em Luis Roniger e Mario Sznajder, *O legado de violações dos direitos humanos no Cone Sul* (São Paulo, Perspectiva, 2004), p. 280.

[f] São Paulo, Editora 34, 2011. (N. E.)

[163] Michael Hardt e Antonio Negri, *Multidão* (trad. Clóvis Marques, Rio de Janeiro, Record, 2005), p. 186-9.